

Manual Compacto de
Sociologia

EXPEDIENTE

Presidente e editor	Italo Amadio
Diretora editorial	Katia Amadio
Coordenação e preparação	Adson Vasconcelos
Revisão	Marina Nogueira, Marcelo Joazeiro
Projeto Gráfico	Breno Henrique
Diagramação	Azza Graphstudio Ltda.
Pesquisa iconográfica	Luiz Fernando Botter

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vasconcelos, Ana

Manual compacto de sociologia / Ana Vasconcelos. -- 2. ed. -- São Paulo : Rideel, 2010.

1. Sociologia - Estudo e ensino I. Título.

10-01833

CDD-301.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia : Estudo e ensino 371.07

Todos os esforços foram feitos para identificar e confirmar a origem e autoria das imagens utilizadas nesta obra, bem como local, datas de nascimento e de morte de cada filósofo abordado. Os editores corrigirão e atualizarão em edições futuras informações e créditos incompletos ou involuntariamente omitidos. Solicitamos que entre em contato conosco caso algo de seu conhecimento possa complementar ou contestar informações apresentadas nesta obra.

ISBN 978-85-339-1982-2

© Copyright – todos os direitos reservados à:



Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
CEP 02519-000 – São Paulo – SP
www.editorarideel.com.br
e-mail: sac@rideel.com.br

Proibida qualquer reprodução, mecânica ou eletrônica,
total ou parcial, sem a permissão expressa do editor.

3 5 7 9 8 6 4

0 1 1 4

SUMÁRIO

Capítulo 1

Introdução à sociologia.....	9
Definição de sociologia.....	9
Objetivo da sociologia.....	11
A utilidade da sociologia.....	12
A ciência e o conhecimento.....	13
Cientistas relevantes.....	16
Teste seu saber.....	22

Capítulo 2

A sociologia pré-científica.....	25
Renascimento.....	25
Produção do período.....	29
Nicolau Maquiavel.....	29
Uma nova fase do pensamento.....	34
O iluminismo.....	34
Adam Smith e a ciência econômica.....	36
O liberalismo.....	38
Teste seu saber.....	41

Capítulo 3

Sociologia clássica.....	47
Positivismo.....	47
Augusto Comte.....	48
O darwinismo social.....	48
Charles Darwin.....	49
As mudanças sociais.....	51
A sociologia de Émile Durkheim.....	53
Consciência coletiva.....	54
Solidariedade mecânica e orgânica.....	55
Sociologia alemã.....	56
Karl Marx e as classes sociais.....	59
Contribuição de Marx para a sociologia.....	61
Teste seu saber.....	63

Capítulo 4

Objeto da sociologia.....	69
Conceito de fato social.....	69
Característica e natureza do fato social.....	70
Exterioridade.....	70
Coercitividade.....	70
Generalidade.....	71
Natureza.....	72
Conceito de ação social.....	74
Caracterização da ação social.....	75

Ação	76
Teste seu saber	78
Capítulo 5	
Estratificação social.....	81
Conceito de estratificação social.....	81
Tipos de estratificação social	84
Castas	84
Estamentos ou estato	87
Classes sociais.....	90
Estudos a respeito de classes sociais	91
Exclusão social.....	93
Teste seu saber	94
Capítulo 6	
Antropologia social.....	97
O surgimento da antropologia.....	97
Definição de antropologia social.....	99
O funcionalismo	100
O estruturalismo.....	100
Lévi-Strauss.....	101
Teste seu saber	103
Capítulo 7	
A sociologia brasileira.....	107
A Semana de Arte Moderna.....	108
Geração de 1930.....	109
Gilberto Freyre.....	110
Sérgio Buarque de Hollanda	110
Caio Prado Júnior.....	111
Florestan Fernandes.....	112
Darcy Ribeiro.....	113
Fernando Henrique Cardoso.....	115
Josué de Castro.....	115
Cristóvam Buarque	116
O golpe militar de 1964	116
Teste seu saber	119
Capítulo 8	
Sociedade e cultura	123
Definição de cultura	123
As funções da cultura	124
Mudanças culturais e aculturação	125
Teste seu saber	127
Capítulo 9	
Metodologia de pesquisa	129
Observação	129
Fontes de pesquisa	131

Questionário	131
Entrevista	131
Documento	131
Formulário	132
Cartografia	133
Amostragem	133
Levantamento histórico	133
História de vida	133
Análise de dados	134
Teste seu saber	135

Capítulo 10

Etnia.....	137
Os mitos raciais	137
Classificação racial	139
Etnocentrismo	141
Teste seu saber	144

Capítulo 11

Sociologia contemporânea	147
Violência e criminalidade	147
Violência e a função do estado	150
A violência e os meios de comunicação	151
Teste seu saber	153

Capítulo 12

Cidadania.....	157
Conceito de cidadania	157
<i>A Declaração dos direitos do homem e do cidadão.....</i>	<i>158</i>
Direitos humanos.....	166
Teste seu saber	177

Capítulo 13

Questões sociais contemporâneas.....	181
A questão racial e o preconceito.....	181
A sociologia e o preconceito.....	184
Questão ambiental.....	184
A questão da criança.....	186
Desemprego.....	192
Movimentos sociais.....	194
Teste seu saber	197

Respostas das atividades	201
---------------------------------------	------------

Siglas das instituições	203
--------------------------------------	------------

Bibliografia	205
---------------------------	------------

1

Introdução à sociologia

Definição de sociologia

O termo *sociologia* vem da fusão de dois termos: *societas* (do latim), que significa *sociedade*, e *logos* (do grego), que significa estudo, ciência. Desse modo, sociologia significa o *estudo científico da sociedade*, ou seja, o estudo das formas de convivência humana.

Em outras palavras, sociologia é a ciência que estuda o funcionamento da sociedade humana e as leis que a regem, bem como as relações sociais e as formas como elas se associam, levando em conta as interações sociais.

Também é objeto de estudo da sociologia os grupos sociais e seus fatos; a mobilidade social, os conflitos sociais, os processos recorrentes de estruturação e desestruturação, e os condicionamentos que os relacionamentos sociais exercem em relação à formação e à ação humana.

Fototeca Internacional



Multidão brincando o Carnaval, em cidade do Nordeste brasileiro.

Em síntese, sociologia é uma ciência que estuda a sociedade por meio da observação do comportamento humano em grupos, socialmente.

A sociologia tem uma base teórico-metodológica que serve para estudar os fenômenos sociais, tentando explicá-los, analisando os homens em suas relações de interdependência. Compreender as diferentes sociedades e culturas é um dos objetivos da sociologia.

Solange Menezes da Silva Demeterco. *Sociologia da educação*. Curitiba: IESDE, 2006.

Montesquieu (França, 1689-1755), Adam Smith (Escócia, 1723-1790), John Millar (Escócia, 1735-1801), entre outros, foram pensadores que em seus estudos já apresentavam preocupações em relação às sociedades humanas; contudo, o francês Augusto Comte¹ (1798-1857) é considerado o fundador da sociologia, pois em 1824, em uma carta que escreveu a um amigo, foi o primeiro a usar esse termo, como referência a uma ciência social que estava tentando estruturar, descrever.

Em 1826, Comte iniciou em sua casa uma série de cursos, dos quais resultou a obra *Curso de filosofia positiva*, publicada entre 1830 e 1842. Entra em cena o termo **sociologia**.

Creio que posso arriscar, neste momento esse novo termo, exatamente equivalente à minha expressão, já introduzida, de física social, para poder designar com um único nome aquela parte complementar da filosofia natural que se refere ao estudo positivo do conjunto de leis fundamentais próprias dos fenômenos sociais. A necessidade de tal denominação, para corresponder ao escopo particular deste livro, dará, espero, uma desculpa para este último exercício de um direito legítimo, que creio ter sempre usado com circunspeção, e sem deixar de experimentar uma profunda aversão pelo hábito do neologismo sistemático.

Augusto Comte. *Curso de filosofia positiva*, 1839.

O alemão Karl Marx (1818-1883) também contribuiu para o desenvolvimento da sociologia, visto ter estudado as relações sociais como decorrentes dos modos de produção e como fator de transformação da sociedade.

¹ Também conhecido por Auguste Comte.

Marx elaborou uma teoria para explicar o motivo das transformações que ocorrem na sociedade. Para ele, o fator econômico determinava o desenvolvimento da sociedade. Também defendia a ideia de que uma sociedade é capitalista pelo fato de ter propriedades privadas.

Posteriormente, o francês Émile Durkheim (1858-1917), com seu rigor científico e sua metodologia, classificou a sociologia como uma ciência com total credibilidade, e assim ela se desenvolveu academicamente. Durkheim é considerado o fundador da escola francesa de sociologia.

A sociologia é uma ciência relativamente nova. Surgiu quando a ciência estava se firmando e ao mesmo tempo se fragmentando. Além disso, o desenvolvimento dessa ciência ocorreu em meio a um grande conflito social. Ela ainda não está acabada, é uma ciência que ainda se encontra em formação, tendo como prioridade os indivíduos e suas relações sociais, dentro do contexto da sociedade humana.

Objetivo da sociologia

A sociologia estuda metodicamente a conduta do ser humano na sociedade. Sendo uma ciência, ela se caracteriza pelo seu objeto de estudo, bem como pelos métodos que utiliza. Nesse sentido, o objeto de estudo da sociologia é o próprio ser humano e suas relações na sociedade.

O objetivo da sociologia é estudar e/ou pesquisar os fatos sociais cientificamente, revelando a sociedade em sua realidade e não como ela deveria ser.

Antes mesmo de ser denominada sociologia, essa ciência já tinha como objeto de estudo a própria sociedade, pois sempre foi estimuladora de uma reflexão social.

Outro objetivo da sociologia, para além de estudar os fatos sociais, é aumentar o conhecimento que se tem a respeito do ser humano dentro de suas relações sociais.

A sociologia pretende investigar a ordem que orienta essas relações humanas, conduzindo, assim, a uma melhor visão da sociedade e melhor compreensão dos fatos que ocorrem em nossa volta.

A utilidade da sociologia

A sociologia encontra-se no campo das ciências humanas, mais especificamente dentro do campo das ciências sociais. O método utilizado nas ciências sociais é totalmente diferente do método das ciências naturais. A sociologia utiliza-se de métodos próprios para estudar a sociedade humana.

Enquanto as ciências naturais utilizam-se da observação, do cálculo, da previsibilidade e da demonstração, entre outros métodos, as ciências sociais utilizam-se de processos quantitativos e de observação.

Também, diferentemente das ciências naturais, as ciências sociais têm como objeto de estudo a própria sociedade.

Como os seres humanos vivem em sociedade, sabem dos seus problemas e de sua realidade, podem opinar sobre os problemas sociais e políticos. Afinal de contas, diariamente, os meios de comunicação apresentam informações necessárias para nos manter bem informados sobre o que ocorre em nossa sociedade e no mundo, de modo geral. Então, se todos conhecem os problemas sociais, também podem opinar sobre eles, sendo, portanto, cada ser humano uma espécie de sociólogo.

Nesse sentido, é possível questionar: “Para que, então, serve a sociologia?” E também: “Se toda ciência tem uma utilidade, qual seria, então, a utilidade da sociologia?”

Certamente, a maior parte dos seres humanos pode opinar ou ter uma ideia constituída acerca da sociedade em que vive; contudo, por não ser especialista, essas opiniões são meramente superficiais, pois tais pessoas não são treinadas para observar e analisar tecnicamente a sociedade.

É necessário ter conhecimento teórico para se analisar as relações sociais; ou seja, é vital ter conhecimentos sobre o assunto para, desse modo, compreendê-lo e interpretá-lo.

Dessa forma, não é possível a um leigo nesse assunto apresentar uma observação cientificamente segura. Certamente, a forma de observar a realidade social e compreendê-la não é uniforme e igual para todas as pessoas. Um sociólogo, ao observar a sociedade, está treinado para fazer uma abordagem da sociedade levando em consideração os

grupos étnicos, a divisão da sociedade em classes sociais, as diversas crenças religiosas, a linha de pobreza e várias outras questões sociais. Desse modo, suas observações e considerações têm o objetivo de proporcionar um melhor entendimento da sociedade e da relação do ser humano com seu semelhante.

A ciência e o conhecimento

Obter e produzir conhecimentos é uma característica dos seres humanos.

O ser humano é o único animal que precisa do aprendizado para realizar uma série de atividades que lhe são próprias: comercializar, obedecer, trabalhar, administrar etc.

Por outro lado, o ser humano tem a capacidade de refletir, julgar, analisar, escolher, recordar, entre outras ações resultantes de atribuição de significados à realidade, às coisas, aos acontecimentos, às outras pessoas. Também são características humanas: produzir linguagem e símbolos, comunicar-se e interagir. É em decorrência de todas essas capacidades e características que os seres humanos criam, desenvolvem e acumulam conhecimentos.

A palavra **ciência** tem origem no termo latino *scientia*, que significa *conhecimento*. Podemos dizer, então, que ciência é o saber da razão, metódico e demonstrável dos fatos e fenômenos que sucedem em nosso planeta.

O objetivo das ciências é chegar a conhecimentos exatos e abrangentes para exercer controle sobre o mundo natural.

Ao longo da história da humanidade, durante muitos séculos, o mito era usado como forma de explicação para o surgimento do mundo e tudo que ele compunha. A religião também era uma forma de explicação, pois, durante muito tempo, o saber estava ligado à religião, que respondia às mais variadas perguntas dos seres humanos, sempre ligando com o divino o surgimento da humanidade e de todas as coisas.

Entre os séculos VI e V a.C., com o surgimento da filosofia na Grécia Antiga, a crença nos mitos é derrubada e os pensadores da época passam a se preocupar com a questão do conhecimento. Nesse sentido, as explicações sobre o mundo e seus fenômenos adquirem forma racional.



A palavra **mito** vem do grego *mythos*, e significa *narrativa, conto, relato fabuloso*.

O **mito** é uma verdade instituída que não necessita de provas, portanto, não representa um conhecimento racional, como nas ciências.

Os mitos servem para tentar explicar de forma alegórica e simbólica os fenômenos da natureza, o surgimento do Universo, a criação de todas as coisas.

Esse tipo de narrativa está presente em todos os povos, merecendo destaque os gregos antigos e sua rica mitologia.

No Brasil, diversos mitos circulam socialmente, tais como: Saci-Pererê, Cuca, Boitatá, Mula sem cabeça etc. Também nossos povos indígenas possuem uma rica mitologia que explica a origem de muitos vegetais, animais e o surgimento do mundo.

Durante a Idade Média, essa forma racional de conhecimento foi superada por imposição da religião; mais precisamente pela Igreja católica, que exercia grande influência e poder social e político em todo o mundo ocidental conhecido. Nesse período, a Igreja detinha em seus domínios diferentes instrumentos do conhecimento humano, como livros e estudos, por exemplo, que não eram acessíveis ao povo.

Mais tarde, graças ao movimento renascentista ou ao renascimento (século XII), diversas transformações ocorreram, propiciando novamente que o saber e o conhecimento humano fossem desligados da religião e do divino.

No entanto, foi somente a partir do século XVII, quando o físico, matemático, astrônomo e filósofo italiano Galileu Galilei (1564-1642) introduziu o método científico, que a ciência passou a se constituir como disciplina.

Outro grande impulso para a ciência foi dado por Augusto Comte, o criador do positivismo,² no século XIX, que constituiu a base para o surgimento do cientificismo.

O cientificismo acredita que a ciência é a única forma que se tem para chegar ao conhecimento. Para Augusto Comte, as ciências complexas e concretas dependem das abstratas, e deveriam ser classificadas de acordo com o grau de simplicidade. Sua ordem, de acordo com

² O positivismo é abordado neste livro, mais adiante, no capítulo 3.

a hierarquia, seria: matemática, astronomia, física, química, fisiologia e sociologia, que, para ele, é a mais importante de todas.

Para Comte, apenas a ciência poderia levar o ser humano ao conhecimento. Para ele, quaisquer outras formas e tentativas de se chegar ao conhecimento deveriam ser desprezadas.

Segundo Comte, a sociologia é a ciência suprema, que deveria substituir todas as filosofias e todas as religiões. “Dela tudo parte e a ela tudo se reduz”, afirmava Comte.

No mundo moderno, a ciência tem uma elevada posição. Entretanto, tornou-se fragmentada; ou seja, ao longo do tempo, surgiram diversas ciências que cuidam, cada uma, de assuntos específicos.

Os cientistas utilizam o método científico para investigar um determinado fenômeno. Esse método é constituído inicialmente por: observação do fato, enunciado do fato, hipótese, experiência e conclusão.

Apesar de chegar a uma conclusão, nem sempre o cientista consegue chegar a uma solução para o problema que foi levantado, pois a ciência não tem uma solução pronta para todos os fatos levantados.

Na sociologia, assim como na ciência, também é usado um método para estudar as relações entre os seres humanos. Utiliza-se a sociologia de método de observação e experimentação para explicar a ação social do ser humano com regularidade e antecipação.

Bibliothèque Nationale, Paris



Augusto Comte

Cientistas relevantes

Albert Einstein

Albert Einstein nasceu em 1879, em Ulm, na Alemanha, proveniente de família judia que, em 1880, foi morar em Munique.

Apesar de judeu, Einstein não teve educação religiosa, tendo desenvolvido sozinho sua fé, e passando, posteriormente, a praticar os rituais judaicos.

Durante a infância, Einstein conheceu Max Talmud, que, na época, estudava medicina. Talmud introduziu Einstein em estudos de filosofia e ciência.

Em 1894, por problemas financeiros, a família de Einstein mudou-se para a Itália. Em 1896, Einstein renunciou a cidadania alemã; e, em 1901, naturalizou-se suíço, fazendo na cidade de Berna seus estudos universitários. Em 1903, casou-se com Mileva Maric, com quem teve três filhos.

Em 1905, Einstein escreveu quatro grandes artigos que se tornaram essenciais para os estudos da física. Em 1914, mudou-se para Berlim, e passou a lecionar na Universidade de Berlim. No ano seguinte, elaborou a *Teoria da relatividade geral*, que apresentava uma visão diferente das ideias da *Teoria da lei da gravitação*, elaborada pelo inglês Isaac Newton (1642-1727).

Em 1921, já bastante famoso, recebeu o Prêmio Nobel de Física. Em 1933, com o ditador nazista alemão Adolf Hitler (1889-1945) no poder, Einstein foi obrigado novamente a renunciar a cidadania alemã, passando a morar nos Estados Unidos da América. Em 1945, aposentou-se como professor universitário, falecendo em 1955.

Albert Einstein foi um relevante físico, sendo seu mais conhecido trabalho a *Teoria da relatividade geral*. Era sionista,³ e acreditava que no estado de Israel deveriam conviver pacificamente judeus e palestinos. Era extremamente pacifista; defendia os direitos civis e tinha ideias socialistas.

Apesar de suas teorias terem ajudado, de certa forma, a construir a bomba atômica, pois permitiram o avanço do conhecimento da energia atômica, Einstein era contra o uso de armas nucleares e lutava pela paz mundial.

³ Sionista: participante do movimento denominado sionismo, favorável à criação do Estado de Israel.

Nicolau Copérnico

Nicolau Copérnico nasceu em Torun, Polônia, em 1473, e faleceu em 1543, na cidade de Frauenburgo. Foi astrônomo, matemático, jurista, astrólogo, cônego e médico. Sua mais famosa contribuição para a ciência foi a *Teoria heliocêntrica do Sistema Solar*, descrita em sua obra *Da revolução de esferas celestes*.

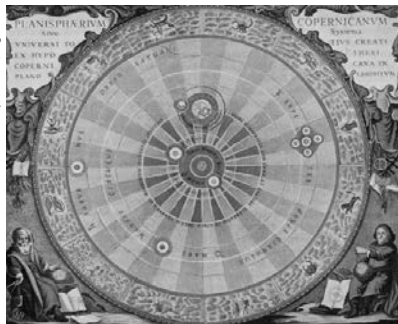
Nicolaus Copernicus Museum, Frombork, Polônia



Nicolau Copérnico

A **teoria heliocêntrica** de Copérnico colocava o Sol como o centro do Sistema Solar, totalmente diferente do que se pensava até então, pois, na época, acreditava-se que a Terra era o centro do Sistema Solar, sendo essa teoria conhecida como geocêntrica.

British Library, Londres, Inglaterra



Representação da teoria heliocêntrica.

A **teoria geocêntrica** baseava-se nas afirmações de Aristóteles e Ptolomeu, que não acreditavam que a Terra poderia se mover.

Apesar de sua teoria só ter sido publicada no ano em que faleceu, Copérnico já a havia desenvolvido muito tempo antes. Para Copérnico, a Terra orbitava em torno do Sol, que ficava parado. A Terra, para ele, girava em torno do seu eixo diariamente. Copérnico acreditava, também, que existiam outros planetas. Esse cientista explica as estações do ano e a origem dos equinócios. Muitos astrônomos concordaram em parte com Copérnico, e sua teoria acabou por influenciar diversos deles, como, por exemplo, Galileu Galilei e Kepler.⁴

Saiba



Aristóteles (384-322 a.C.), filósofo grego de extrema importância, considerado um dos maiores pensadores de todos os tempos, contribuiu significativamente com a filosofia, a educação, as ciências, além de outras áreas do conhecimento humano.

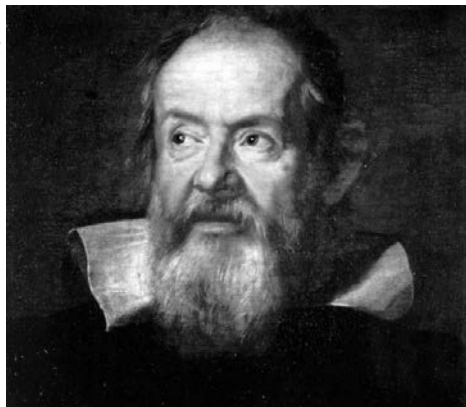
Ptolomeu (83-161 d.C.) foi um cientista grego reconhecido pela sua contribuição à matemática, astronomia, geografia e cartografia. É autor da obra *Almagesto* (significa *o grande tratado*), na qual compilou conhecimentos astronômicos referentes ao sistema cosmológico geocêntrico, isto é, uma teoria que coloca a Terra como o centro do Universo.

Galileu Galilei

Galileu Galilei foi um importante físico, matemático, astrônomo e filósofo. Ele nasceu em 1564, em Pisa, na Itália, e foi educado em um mosteiro em Florença. Iniciou seus estudos acadêmicos de medicina na Universidade de Pisa, em 1581, mas não pôde concluir os estudos por questões financeiras. Em 1585, retornou para Florença, tornando-se então professor de matemática.

Durante os anos de 1590 e 1591, realizou experimentos referentes à queda livre dos corpos e da gravidade. Em 1589, passou a lecionar matemática na Universidade de Pisa. Em 1592, tornou-se professor na Universidade de Pádua, lá permanecendo até 1610.

⁴ Johannes Kepler (Alemanha, 1571-1630), relevante astrônomo que formulou três leis fundamentais de mecânica celeste, conhecidas como leis de Kepler.



Galileu Galilei, óleo de Justus Sustermans (1636).

Galileu era adepto da teoria heliocêntrica e é considerado “o pai da ciência moderna”, pois desenvolveu diversos estudos e teorias a respeito. Foi ele quem apresentou os primeiros estudos referentes ao movimento uniforme acelerado. Elaborou também as leis dos corpos e o princípio da inércia. Mais tarde, suas ideias foram utilizadas e ampliadas por Isaac Newton.

Além de estudos e teorias, Galileu inventou e desenvolveu diversos aparelhos como a balança hidrostática, o termômetro, o relógio de pêndulo etc.

No final de 1609, iniciou o aperfeiçoamento do telescópio refrator e, com ele, fez diversas observações astronômicas, descobrindo manchas no Sol, montanhas na Lua, alguns dos satélites de Júpiter e anéis em Saturno.

As descobertas de Galileu trouxeram grande contribuição para a teoria heliocêntrica. Elas foram registradas no livro *Mensageiro das estrelas*, no qual defende o sistema heliocêntrico de Copérnico.

Após a publicação desse livro, foi nomeado matemático e filósofo grã-ducal, pelo grão-duque de Toscana, Cosimo II de Médici. Então, deixou Pisa e passou a residir em Florença.

Em 1611 fez demonstrações de seu telescópio em Roma e, nesse mesmo período, foi denunciado secretamente pela inquisição⁵ por blasfêmia.

Com a obra *Discurso sobre as coisas que estão sobre a água*, publicada em 1612, Galileu desacreditou a teoria de Aristóteles sobre os quatro elementos sublunares e do éter, que para Aristóteles era o único componente dos corpos celestes.

Em 1613, Galileu publicou a obra *História e demonstração sobre as manchas solares*, na qual apoiava a teoria de Copérnico.

Em 1616, o Tribunal do Santo Ofício proibiu Galileu de defender a teoria heliocêntrica, pois a mesma foi considerada uma heresia, visto que o clero julgava que não havia provas de que a Terra se movia e considerava essa hipótese completamente inadequada.

Em 1632, Galileu publicou a obra *Diálogos a respeito dos dois maiores sistemas: Ptolomaico e Copérnico*, mais conhecido simplesmente como *O diálogo*, demonstrando nessa obra sua posição favorável ao sistema heliocêntrico de Copérnico. Por conta dessa obra foi convocado a Roma para se explicar perante o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Por ele foi julgado e condenado em 1633, sob a acusação de defender, divulgar e ensinar a doutrina copérnica. Galileu não foi encarcerado, mas foi obrigado a renegar sua teoria, passando o resto de sua vida em prisão domiciliar.

Apesar de sua condenação, Galileu ainda escreveu, secretamente, a obra *Discurso a respeito de duas novas ciências*, publicada na Holanda, em 1638. Nessa obra, Galileu demonstrou a importância da observação dos fenômenos naturais para o conhecimento da natureza. Nesse sentido, ele é considerado o precursor do método científico moderno, ou seja, do método experimental.

Galileu faleceu no ano de 1642, e até hoje é inquestionável sua relevante contribuição para a ciência.

⁵ A inquisição foi instituída pela Igreja católica e consistia em uma espécie de tribunal do clero com o objetivo de apurar e punir pessoas por ideias ou atitudes consideradas heréticas, ou seja, contrárias à Igreja, a seus ensinamentos, dogmas e fé. Por conta da inquisição, milhares de pessoas foram perseguidas, torturadas e mortas, muitas delas queimadas vivas em fogueiras públicas.



Representação do julgamento de Galileu Galilei pela Inquisição, obra de pintor desconhecido.

A condenação de Galileu pela inquisição foi, na verdade, uma tentativa de salvar a teoria do geocentrismo, defendida por Aristóteles e Ptolomeu e adotada pela Igreja Católica. Pelo sistema aristotélico, a Terra era o centro do Universo e ficava totalmente imóvel, enquanto os demais corpos celestes orbitavam ao seu redor.

Em confronto à teoria geocêntrica, em 1514, Nicolau Copérnico divulgou a teoria heliocêntrica. Segundo essa teoria, o Sol era o centro do Universo. Desse modo, a Terra e os demais corpos celestes giravam em torno do Sol. Essa teoria não foi aceita, na época, pela Igreja católica.

1. (Seduc-CE) Entre outras características, uma sociedade pode ser definida como capitalista por ter:
 - a) divisão social do trabalho
 - b) trabalho escravo
 - c) sistema de escambo
 - d) propriedade privada
2. Inicialmente a sociologia foi denominada:
 - a) física quântica b) astrofísica
 - c) biofísica d) física social
 - e) nenhuma das anteriores
3. (Concurso-MG) No contexto histórico das transformações econômicas, políticas e sociais do século XVIII e XIX, a palavra “sociologia” aparece nos escritos de determinado autor que nessa época começou a escrever seu *Curso de filosofia positiva*. Seu nome é:
 - a) Émile Durkheim
 - b) Pierre-Joseph Proudhon
 - c) Charles Fourier
 - d) Augusto Comte
4. Durante muito tempo, a Igreja Católica imperou sobre o saber ligado à religião. Porém, a partir do século XVII, a ciência tomou um novo impulso com as descobertas de:
 - a) Aristóteles
 - b) Friederich Nietzsche
 - c) Galileu Galilei
 - d) Karl Marx
 - e) Platão
5. Os homens sempre buscaram uma forma de explicação para o surgimento do mundo. A primeira forma encontrada pelo homem para buscar o conhecimento foi:
 - a) a ciência b) o senso comum
 - c) a religião d) o mito
 - e) a historiografia
6. É da autoria de Augusto Comte:
 - a) *Curso de sociologia*
 - b) *Sociologia positiva*
 - c) *Curso de filosofia positiva*
 - d) *Análise crítica da sociologia*
 - e) nenhuma das anteriores

7. Para Karl Marx, as relações sociais:
- a) eram decorrentes do modo de produção.
 - b) eram decorrentes da relação dos indivíduos.
 - c) eram o resultado da valorização dos trabalhadores.
 - d) eram fruto da intelectualização do trabalho manual.
8. Pelo geocentrismo defendido por Ptolomeu e Aristóteles, a Terra seria:
- a) o centro do Universo, ficando totalmente imóvel, enquanto os outros corpos celestes orbitam ao seu redor.
 - b) um planeta que gira em torno do Sol, o centro do Universo.
 - c) o centro do Universo, e se movia ao redor dos outros corpos celestes.
 - d) um planeta que gira em torno do Sol, porém a Terra era o centro do Universo.
9. É da autoria de Albert Einstein:
- a) *Teoria geral da sociologia*
 - b) *Teoria geral da filosofia*
 - c) *Teoria da relatividade geral*
 - d) *Teoria geral da física quântica*

Descomplicando a sociologia

(Seduc-CE) A primeira corrente teórica sistematizada de pensamento sociológico foi o:

- a) positivismo
- b) organicismo
- c) darwinismo social
- d) cientificismo

Resolução e comentários

A primeira corrente de pensamento sociológico foi o positivismo, fundado por Augusto Comte. Para o positivismo, os princípios que regulam o mundo físico relacionam-se a acontecimentos exteriores ao ser humano; e os princípios que regulam o mundo social ligam-se às questões humanas. O positivismo é derivado do cientificismo, e, também, foi chamado de organicismo.

2

A sociologia pré-científica

A sociologia surgiu como uma disciplina no século XVI e é ainda considerada uma ciência nova. Seu surgimento se deu graças ao empenho de diversos estudiosos que tentavam compreender as situações novas da existência humana, decorrentes do momento de transição pelo qual a sociedade estava passando com a queda da sociedade feudal e a consolidação da era capitalista.

Vejamos, a seguir, fatos de extrema importância que precederam e marcaram o surgimento da sociologia.

Renascimento

Durante a Idade Média, o saber estava ligado à religião em decorrência do poderio da Igreja Católica. Com o renascimento, os textos da Antiguidade Clássica foram retomados e se redescobriu o prazer de estudar, investigar e conhecer o mundo sem temer os dogmas religiosos.

O termo *renascimento* foi criado e instituído pelo pintor, escultor e escritor italiano Giorgio Vasari (1511-1574). Trata-se de um movimento artístico, literário, científico, cultural e filosófico que ocorreu na Itália, entre os séculos XIV e XVI, percorrendo posteriormente toda a Europa. Marcou o fim do período medieval e o início do período moderno. É entendido como um período de ruptura com todo o aparato da Idade Média. Na Itália, foi mais expressivo nas cidades de Gênova, Veneza, Florença, Roma e Milão. Com o tempo, alcançou outras regiões da Europa, sobretudo a Inglaterra, a França e a Alemanha.

Os ideais do renascimento eram completamente diferentes dos medievais. Trata-se de um período histórico de regeneração e reforma de cunho social e cultural, que apresentou ideias renovadoras inspiradas na Antiguidade Clássica grega.

O renascimento é considerado também uma redescoberta do humanismo, colocando o ser humano como centro de todo conhecimento.

Foi um período em que o ser humano, após longo tempo mergulhado no obscurantismo do período medieval, ansiava pelo conhecimento científico e valorizava-se. Por isso, nessa época, o teocentrismo — Deus no centro de todas as coisas — é deixado de lado em prol do antropocentrismo — os seres humanos no centro de tudo.

O renascimento propiciou a primeira mudança do pensamento medieval, passando da visão teocêntrica para a antropocêntrica.

Nesse período, tomou forma o sistema intelectual dos humanistas, que se caracterizava pela superioridade do ser humano sobre a natureza, não aceitando mais plenamente o que a religião da Idade Média pregava. Os prazeres da vida e a posse de bens materiais foram redescobertos pelas sociedades da época.

Saiba

O *homem vitruviano* é uma imagem elaborada por Leonardo da Vinci, inspirada no trabalho do arquiteto romano Marcus Vitruvius Pollio, uma série de dez livros denominados *De architectura*, nos quais apresenta a relação existente entre simetria e perfeição.

Com base nesse trabalho, por volta de 1490, Leonardo da Vinci elaborou esse desenho em um de seus diários, desenho que se tornou uma das imagens mais conhecidas em todo o mundo.

Gallerie dell'Accademia



Leonardo da Vinci, *Homem vitruviano*, 1490.

Trata-se de um pentagrama humano, no qual aparece o corpo nu de um homem, simultaneamente dentro de um círculo e de um quadrado. Sua função é descrever as proporções do corpo humano. Esse trabalho é considerado um símbolo da simetria básica.

Durante o renascimento, diversos artistas e arquitetos retomaram os estudos que Vitruvius havia feito anteriormente no século I a.C., época em que viveu.

Os humanistas pregavam que o ser humano era portador de inúmeras habilidades que não puderam ser desenvolvidas durante o período medieval. Desse modo, começaram a divulgar a necessidade de mudança no currículo do ensino até então ministrado; queriam a introdução dos estudos de história, filosofia, literatura, matemática e oratória.

Os humanistas apoiavam-se nas obras dos gregos e romanos, eram contrários aos textos aprovados pela Igreja, e criaram uma cultura inovadora, totalmente voltada para o ser humano.

Nesse contexto, para a produção de cultura e arte a figura dos mecenas foi de extrema relevância.

Mecenas eram pessoas abastadas que patrocinavam e contribuíam financeiramente para a produção e difusão de cultura, arte e conhecimentos em geral.

Os mais relevantes escritores italianos desse período foram Dante Alighieri (1265-1321), autor de *A divina comédia*; Petrarca (1304-1374), autor de *Cancioneiro*; Nicolau Maquiavel (1469-1527), autor de *O príncipe*.

Entre os principais pintores e escultores italianos, podemos citar: Giotto (1266-1337), Sandro Botticelli (1445-1510), Leonardo da Vinci (1452-1519); Michelangelo Buonarroti (1475-1564); Rafael de Sanzio (1483-1520).



O massacre dos inocentes, afresco de Giotto, 1302-1306.



Mona Lisa, de Leonardo da Vinci, 1503-1507.

Saiba



O renascimento se expandiu para outros países da Europa. Dentre seus escritores, podemos destacar:

- **Portugal:** Luís de Camões (cerca de 1524-1580), autor de *Os lusíadas*;
- **Espanha:** Miguel de Cervantes (1547-1616), autor de *Dom Quixote de la mancha*;
- **Inglaterra:** Thomas Morus, autor de *Utopia*; William Shakespeare, que, entre outras obras, escreveu a peça *Romeu e Julieta*.
- **França:** Erasmo de Roterdã⁶, autor de *Elogio da loucura*.

Dentre os pintores não-italianos, destacam-se o alemão Albert Dürer (1471-1528) e o holandês Rembrandt Harmenszoon Van Rijn (1606-1669).



Lição de Anatomia do Dr. Nicolaes Tulp, óleo de Harmenszoon Van Rijn Rembrandt (1632).

⁶ Erasmo era da cidade holandesa de Roterdã; no entanto, percorreu e morou em diversos países da Europa.

As ideias renascentistas contribuíram para que surgissem diversos inventos, entre eles a Imprensa, que acabou por impulsionar as comunicações e as interações humanas, além da difusão em maior escala de obras literárias.

Também, nesse período, o desejo de conhecimento aliado ao desenvolvimento cartográfico permitiu aos europeus irem em busca de novas terras — dando início, assim, às grandes navegações, que culminaram com a conquista da América e a exploração do Oriente, por exemplo.

Produção do período

Quanto à produção de obras referentes à vida social e política durante o renascimento, Thomas Morus escreveu *Utopia*, descrevendo um lugar imaginário, perfeito, harmonioso e equilibrado.

Ao contrário de como deveria ser a sociedade de Thomas Morus, Nicolau Maquiavel, considerado o pai da ciência política, mostrou a mais pura e cruel sociedade existente na época, através de sua obra *O príncipe*. Esse livro é uma espécie de manual político, no qual se ensina como permanecer no poder a qualquer custo.

Os dois pensadores citados têm em comum a certeza de que todo governante deve ser justo e sábio; e que, através da política, existe a possibilidade de uma sociedade se tornar mais igualitária, com os cidadãos exercendo plenamente seus direitos e, principalmente, sendo felizes e vivendo em harmonia.

A obra de Maquiavel é considerada uma contribuição maior ao desenvolvimento do pensamento sociológico, pois o autor procurou conhecer e apresentar a sociedade do modo como ela é, não se tratando de uma sociedade imaginária como a de Morus.

Nicolau Maquiavel

Maquiavel nasceu em Florença, Itália, em 1469. Estudou gramática, latim e matemática. Foi secretário de estado de Florença, embaixador e chanceler, tendo viajado diversas vezes em missões diplomáticas para outros países. Também lidava com as relações exteriores e a renovação da milícia cívica doméstica, que era o conjunto de tropas existentes no país.

Em 1512, Maquiavel foi destituído de seus cargos. Em 1513, vítima de um complô, foi preso e torturado, somente vindo a ser libertado pelo fato de o Papa Leão X ter feito uma intervenção a seu favor. Foi nesse mesmo ano de 1513 que escreveu sua obra prima, *O príncipe*, dedicando-a a Lourenço de Médicis II, que depôs Soderini, o então governante de Florença.

A obra *O príncipe* foi uma tentativa de Maquiavel de retornar ao poder, porém seu objetivo não logrou êxito.

Finalmente, em 1526, Maquiavel foi nomeado novamente chanceler em Florença, além de provedor, mas faleceu no ano seguinte, em 1527. Suas principais obras são *O príncipe*; *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*; *A arte da guerra*; *Histórias florentinas*; *Mandrágora*.

Na obra *O príncipe*, Maquiavel fala sobre as relações que um monarca deve ter com os nobres, o clero e também com o povo. Descreve como conquistar o poder e mantê-lo. Dá ainda instruções de como o monarca deve explorar ao máximo seus poderes, além de ensinar a manipular a vontade do povo. A obra *O príncipe* é uma análise fiel de como era o poder político na época em que Maquiavel viveu.

Palazzo Vecchio (Palazzo della Signoria), Florença



Retrato de Nicolau Maquiavel, por Santi di Tito.

Quando Maquiavel usa o termo *príncipe*, relaciona essa palavra a qualquer governante, quer seja ele rei, presidente, imperador ou príncipe.

Maquiavel inicia a obra *O príncipe* revelando as transformações políticas que estão acontecendo naquela época, período do renascimento, e fazendo uma reflexão sobre aquele ambiente político. Este é o trecho inicial do livro:

Todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm poder sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados.

Os principados são hereditários, quando pelo sangue seu senhor tenha sido desde longo tempo príncipe, ou são novos.

Os novos podem ser totalmente novos, como foi Milão para Francisco Sforza, ou são como membros acrescidos ao Estado hereditário do príncipe que os conquista, como é o caso do reino de Nápoles em relação ao rei da Espanha.

Esses domínios assim adquiridos estão acostumados a viver submetidos a um príncipe ou habituados a ser livres e são conquistados com as armas de outros ou com as próprias ou ainda pela sorte ou por virtude.

Leia, a seguir, mais um trecho da obra *O príncipe*:

O que convém a um príncipe para ser estimado

Nada faz estimar tanto um príncipe como as grandes campanhas e os raros exemplos que dá de si. [...]

É também bastante útil para um príncipe dar de si exemplos raros na forma de agir em seu próprio Estado — semelhantes àqueles que são narrados sobre senhor Barnabo de Milão — quando surge a oportunidade de alguém realizar alguma coisa extraordinária, de bem ou de mal, na vida civil e procurar um modo de premiá-lo ou puni-lo, de forma que isso seja bastante comentado.

Acima de tudo, um príncipe deve empenhar-se em deixar após si, em cada ação sua, fama de grande homem e de excelente ânimo.

Um príncipe é estimado ainda, quando é verdadeiro amigo e verdadeiro inimigo, isto é, quando sem qualquer consideração se revela em favor de um, contra o outro. Esta atitude é sempre mais útil do que ficar neutro, porque, se dois poderosos vizinhos teus entrarem em guerra, ou são do tipo que, ao vencer um deles, tenhas que temer o vencedor, ou não. [...]

Os príncipes irresolutos, para evitar os perigos presentes, seguem na maioria das vezes o caminho da neutralidade e, na maioria das vezes, caem em ruína.

Mas quando o príncipe se define com galhardia em favor de uma das partes, se aquele a quem te aliás vence, mesmo que seja tão poderoso que venhas a ficar à sua discrição, ele tem obrigação para contigo e está ligado a ti pela amizade. [...]

Um príncipe deve ainda mostrar-se amante das virtudes, dando hospitalidade aos homens virtuosos e honrando os melhores numa arte.

Ao mesmo tempo, deve animar seus cidadãos a exercer pacificamente suas atividades no comércio, na agricultura e em qualquer outra ocupação dos homens, de modo que o agricultor não tema melhorar suas propriedades, por receio de que as mesmas lhe sejam tomadas, e o comerciante não deixe de abrir um comércio por medo das taxas.

Mas deve também instituir prêmios para aqueles que quiserem realizar essas coisas e para todos aqueles que pensam em engrandecer, por qualquer modo, sua cidade ou seu Estado. Além disso, nas épocas convenientes do ano, deve distrair o povo com festas e espetáculos. E porque toda cidade está dividida em corporações ou em circunscrições, deve cuidar dessas coletividades, reunir-se com elas algumas vezes, dar provas de humanidade e munificência, mantendo sempre firme, não obstante, a majestade de sua dignidade.

Nesse trecho, Maquiavel explica como um governante deve proceder para se tornar querido por todos, desde o mais humilde cidadão até o mais renomado.

Maquiavel é considerado o pai da ciência política, pois desempenhou um papel bastante importante nessa época, propondo mudanças que viriam marcar todo esse período.

Através da obra de Maquiavel, surgiu uma nova visão da política enquanto atividade autônoma, totalmente independente, que acabou levando à formação de Estados livres e bastante poderosos. Ele fez do poder objeto de todos os seus pensamentos.

A obra *O príncipe* foi bastante criticada, tanto na época em que foi escrita como séculos depois. No entanto, o que mais importa é que esse livro expôs conceitos religiosos e morais até então considerados intocáveis, e, principalmente, descreveu com nítida clareza e perfeição esse período histórico e político.

O que mais impressiona nessa obra é o fato de Maquiavel narrar o que realmente acontecia. Ele não deduziu qual seria a melhor forma de governo, simplesmente fez uma reflexão sobre os fatos tais como eram.

Sua obra foi proibida e sua imagem vinculada à de um homem que não tinha princípios, um homem que queria destruir as instituições existentes na sociedade da época e que queria arruinar a religião. Contudo, na verdade, Maquiavel foi um homem que, com sua capacidade, inteligência e coragem, conseguiu mostrar a corte e a política italiana como realmente eram na época em que esse autor viveu.

Alguns críticos julgam a obra de Maquiavel cínica, por mostrar o dilema entre política e moral, mas, por outro lado, extremamente brilhante em suas colocações. Por meio de sua obra, Maquiavel pretendia que o governante, qualquer que fosse, conseguisse unificar a Itália e a libertar de invasores de outros países, demonstrando, assim, bastante patriotismo.

Em relação à religião, Maquiavel escreveu, na obra *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*, Livro II:

[...] nossa religião, ao mostrar-nos a verdade e o verdadeiro caminho, faz com que negligenciemos a glória deste mundo. Os pagãos, ao contrário, pelo fato de a estimarem muito e de verem nela o supremo bem, empreendiam suas ações com muito mais denodo; é o que podemos inferir da maioria de suas instituições, a começar pela magnificência de seus sacrifícios, muito maior se comparada à humildade de nossas cerimônias religiosas, cuja pompa, mais adúladora do que grandiosa, nada tem de feroz nem de atrevida. Suas cerimônias eram não só pomposas, mas acrescidas de sacrifícios sangrentos, pelo massacre de inúmeros animais; o que tornava os homens tão ferozes, tão terríveis quanto o espetáculo que contemplavam. Por outro lado, a religião pagã só deifica homens gloriosos na terra, como generais e chefes de Estado. Nossa religião glorifica de preferência os humildes votados à vida contemplativa do que os homens de ação. Ela coloca a felicidade suprema na humildade, na abjeção, no desprezo às coisas humanas; a outra, ao contrário, fazia essa felicidade consistir na grandeza de espírito, na força do corpo e em todas as qualidades que tornam temíveis os homens. [...]

Parece-me, então, que esses princípios, ao tornarem os povos mais débeis, acabaram por fazê-los presa fácil dos maus. Estes últimos viram que podiam tyrannizar, tranquilamente, homens que, para ganharem o paraíso, preferem receber os golpes do que revidá-los. Mas se este mundo se efeminou, se o céu parece desarmado, acusemos tão-somente a preguiça e não segundo a virtude. Se eles tivessem considerado que essa religião nos permite exaltar e defender a pátria, honrá-la e nos tornar capazes de defendê-la.

Nesse trecho, o leitor pode ter a impressão de que se afirma que o paganismo⁷ é melhor que o cristianismo,⁸ pois faz objeções a este. No entanto, é preciso recordar que Maquiavel tinha o desejo de que a Itália fosse unificada; e o fato de a Igreja representar o poder temporal colocava o cristianismo como um entrave à unificação pretendida por Maquiavel, que via no príncipe seu grande unificador.

⁷ Paganismo é a religião em que se adoram diversos deuses.

⁸ Cristianismo é a religião que se baseia na doutrina dos evangelhos.

Séculos separam as ideias de Maquiavel do populismo, que é um tipo de governo que garante os interesses da elite econômica, porém apresenta um discurso que conquistava as massas populares, pois utiliza-se de apelos emocionais, parecendo atender às necessidades do povo.

Essa política foi largamente utilizada no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas (1882-1930) e na Argentina por Juan Domingo Perón (1895-1974).

Em *O príncipe*, Maquiavel dá conselhos a respeito do que o governante deve fazer para permanecer no poder. No populismo, o governante utiliza-se de discursos apelativos para também permanecer no poder.

Uma nova fase do pensamento

Durante os séculos XVII e XVIII, face às grandes transformações, a sociedade foi desenvolvendo um modo próprio de pensar, livrando-se das estruturas estabelecidas pelo feudalismo e pela monarquia do período medieval.

As teorias que vigoravam davam conta de que o ser humano tinha a capacidade de pensar, refletir, opinar, escolher etc. Assim, surgia a necessidade de escolha dos próprios governantes, de ter liberdade de ação econômica, de realizar acordos sociais e coletivos para o bem de todos etc. Ou seja, pregava-se: liberdade econômica, política e jurídica. Essa fase do pensamento é chamada de **ilustração** ou **iluminismo**.

O iluminismo

O iluminismo foi um movimento cultural que se desenvolveu na França, Alemanha, Holanda e Inglaterra, durante os séculos XVII e XVIII. Esse movimento postulava o domínio da razão e das ciências sobre a visão teocêntrica, que, para os iluministas, só fazia atrasar o desenvolvimento humano e científico. A ciência e a educação foram extremamente valorizadas nessa época.

O desenvolvimento cultural que havia se iniciado no renascimento foi ampliado com o iluminismo, trazendo à tona ideias libertárias em relação à vida social, política e econômica. O lema do iluminismo era liberdade, igualdade e fraternidade.

De fato, o iluminismo propiciou grandes avanços científicos e políticos, como a Revolução Industrial, a compilação de conhecimentos científicos, entre outros. Seus ideais também serviram de base e influência para a Revolução Francesa, a independência das colônias inglesas e a Inconfidência mineira.

Saiba



A **Revolução Francesa**, ocorrida no século XVIII, representa um dos acontecimentos mais relevantes da história da humanidade e é usada como marco para indicar o início da era contemporânea.

Na época, a economia francesa vivia uma forte crise, e o povo estava mergulhado em miséria e injustiças. A insatisfação era geral. Desse modo, por meio de uma série de acontecimentos, os revolucionários franceses, valendo-se dos ideais de igualdade e fraternidade do iluminismo, enfrentaram o poder do rei Luís XVI, resistiram e foram às ruas até derrubar o poder da monarquia.

Bibliothèque Nationale, Paris



Representação da Jornada de 20 de junho de 1792, quando o povo armado apresenta uma petição a Luís XVI no castelo das Tulherias.

Musée Carnavalet, Paris



A Família real é recolhida na prisão do Temple.

Os principais pensadores do iluminismo foram o inglês John Locke (1632-1704) e, os franceses Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Diderot (1713-1784), D'Alembert (1717-1783) e o suíço de língua francesa Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Os iluministas foram influenciados pelos renascentistas e negavam que a natureza era regida por Deus, pois acreditavam que as forças da natureza eram regidas por leis físicas. Por isso, valorizavam plenamente as ciências.

As teorias sociais desenvolvidas pelo iluminismo são consideradas os primórdios da investigação científica da sociedade.

Voltaire Foundation, Oxford



A Santa Ceia do Patriarca, obra de Jean Huber (1772-1773). Voltaire está à cabeceira, com o braço levantado. D'Alembert está à sua direita. Diderot aparece de perfil, à direita do leitor.

Adam Smith e a ciência econômica

Nessa época, surgem também as ideias de livre iniciativa, liberdade de comércio, de salários, de concorrência de preços, ou seja, começa a se desenvolver uma nova ordem econômica, na qual o economista Adam Smith teve um papel de destaque.

Adam Smith (1723-1790) nasceu na Escócia. Kursou a Universidade de Oxford e, posteriormente, tornou-se professor de filosofia na Universidade de Glasgow, entre 1751 a 1754. Foi um brilhante professor e escritor.



Glasgow University Library Special Collections

Adam Smith

Smith foi o primeiro a lançar as bases para as ciências econômicas, sendo considerado o pai da economia.

Adam Smith não concordava com a intervenção do Estado na economia e valorizava o trabalho, pois considerava a divisão da mão de obra essencial para enriquecer uma nação. Para ele, o trabalho é a fonte da riqueza de um país.

Smith é o autor da obra *A riqueza das nações*, publicada em 1776, na qual define a economia como uma ciência. Nessa obra, ele descreve a liberdade econômica como essencial para a prosperidade de uma nação; defende ideias sobre a divisão do trabalho; explica a função da moeda e a função dos bancos dentro da economia.

Adam Smith acreditava que a Providência (Deus) fizera tudo de forma perfeita e que se os indivíduos fossem deixados livres, sem interferência do Estado, iriam se ajudar e buscar o melhor para si e para a sociedade, atitudes que levariam a um excelente resultado, sendo esse resultado fruto da “mão-invisível”.

Leia, a seguir, um trecho da obra *A riqueza das nações*.

Um comerciante está acostumado a empregar o seu dinheiro principalmente em projetos lucrativos, ao passo que um simples cavalheiro rural costuma empregar o seu em despesas. Um frequentemente vê seu dinheiro afastar-se e voltar às suas mãos com lucro; o outro, quando se separa do dinheiro, raramente espera vê-lo de novo. Esses hábitos diferentes afetam naturalmente os seus temperamentos. [...] O comerciante é, em geral, um empreendedor audacioso; o cavalheiro rural, um tímido em seus empreendimentos [...].

O liberalismo

O liberalismo é uma doutrina política que defende a liberdade do indivíduo perante o exercício dos direitos e da lei. Apoia a livre iniciativa dentro de um governo e a livre concorrência na economia.

Os princípios mais relevantes do liberalismo são: os direitos individuais e civis, o direito à liberdade e à propriedade, eleições livres, sendo contrários ao sistema de governo onde haja rei ou hierarquia.

Os liberalistas são favoráveis, ainda, à igualdade de direitos para todos e à livre expressão de ideias e pensamentos.

Esse movimento se originou na Grécia Antiga, com Aristóteles (384-322 a.C.) e, depois, com Cícero (106-43 a.C.),⁹ mas foi durante o iluminismo, no século XVII, que adquiriu força. Seus seguidores eram contrários à monarquia e ao mercantilismo, além de se oporem ao rigor da ortodoxia.

Para o liberalismo, o mais importante era a liberdade, vista como um direito primordial a todos os indivíduos.



Source: State Hermitage Museum, São Petersburgo

John Locke, óleo de Sir Godfrey Kneller.

O filósofo inglês John Locke (1632-1704), que viveu no século XVII, foi o idealizador das ideias liberais. Para ele, eram fundamentais: a liberdade econômica e a intelectual.

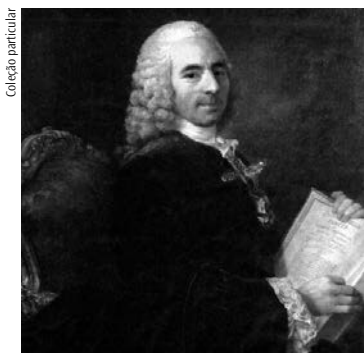
Locke desenvolveu a “Teoria do direito natural”, que viria, mais tarde, a influenciar a Revolução Francesa e a definição de direitos humanos.

⁹ Cícero, advogado, orador, filósofo, escritor e político romano. Viveu algum tempo na Grécia e é autor de diversos tratados filosóficos.

O liberalismo econômico surgiu durante o fim do mercantilismo,¹⁰ no final do século XVIII, sendo o economista francês François Quesnay (1694-1774) um de seus principais representantes.

A principal ideia do liberalismo era a total independência da economia de qualquer preceito externo a ela mesma, ou seja, acreditava-se que a economia não poderia sofrer nenhum tipo de interferência.

Quesnay pregava que a agricultura era a verdadeira atividade produtiva, opondo-se ao mercantilismo, que afirmava ser a indústria e o comércio exterior as fontes de riquezas da nação. Para ele, a indústria apenas modificava a matéria-prima. Desse modo, as pessoas mais importantes para a sociedade seriam os agricultores, verdadeiros produtores, segundo esse economista.



Coleção particular

François Quesnay

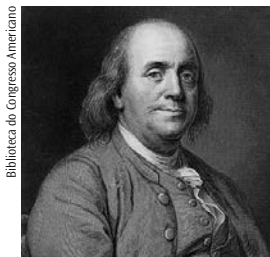
Ele propunha também a liberdade econômica e criou a ideia de oferta e procura, pois acreditava que, quanto mais se procurasse um produto, maior seria o seu preço e vice-versa.

Para Quesnay, deveria ser produzido e consumido apenas o necessário para que houvesse liberdade, equilíbrio e estabilidade no preço dos produtos.

¹⁰ O **mercantilismo** representa um conjunto de práticas econômicas adotadas pelo Estado absolutista na Europa, entre os séculos XV e XVIII, com a finalidade de obter e de preservar riquezas. Nessa época, todas as regras de economia eram impostas e ditadas pelo Estado. Pregava-se a ideia de que a riqueza de uma nação era mensurada pela quantidade de ouro e prata que ela dispunha.

O economista francês Vincent de Gournay (1712-1759) foi também relevante para a economia, pois defendia a ideia de que o comércio e a indústria deveriam ter total liberdade, porque somente dessa forma poderiam crescer.

Outro pensador que defendeu a importância da liberdade industrial para os norte-americanos foi o estadunidense Benjamin Franklin (1706-1790).



Biblioteca do Congresso Americano

Benjamin Franklin

Apesar da importância de todos esses pensadores, o maior representante do liberalismo foi Adam Smith.

Ele é considerado o pai da teoria econômica, e defendia a ideia de que o Estado deveria se desvincular das questões econômicas dos indivíduos e do mercado, devendo viver em função de suas próprias iniciativas.

Adam Smith comparou as teorias de François Quesnay e de Vincent de Gournay, concluindo que o crescimento da economia e a acumulação de riquezas ocorrem pelo trabalho livre, sem nenhum tipo de intervenção.

Em sua obra mais relevante — *A riqueza das nações* —, Adam Smith explica porque o governo não deveria intervir em certos campos da economia. Ele acreditava que o governo somente poderia intervir em termos fiscais, em setores que não interferissem na economia.

Para Adam Smith, o total de ouro de uma nação não representava sua riqueza, e sim sua produção de riquezas.

Adam defendia a livre concorrência e a lei da oferta e da procura, além de tratar a economia como uma ciência.

1. (FGV-SP) Leia o texto:

Nunca uma civilização dera tão grande lugar à pintura e à música, nem erguera ao céu tão altas cúpulas, nem elevara ao nível da alta literatura tantas línguas nacionais encerradas em tão exíguo espaço. Nunca no passado da humanidade tinham surgido tantas invenções em tão pouco tempo. Pois o renascimento foi, especialmente, progresso técnico; deu ao homem do Ocidente maior domínio sobre um mundo mais bem conhecido. Ensinou-lhe a atravessar os oceanos, a fabricar ferro fundido, a servir-se das armas de fogo, a contar as horas com um motor, a imprimir, a utilizar dia a dia a letra de câmbio e o seguro marítimo.

Delumeau, Jean Delumeau. *A Civilização do renascimento*. vol. 1, p. 23.

A respeito do renascimento é correto afirmar:

- a) O termo foi criado no século XVI por Giorgio Vasari e transmite uma visão depreciativa da cultura clássica e valorativa da cultura medieval.
 - b) As alterações culturais experimentadas durante o renascimento limitaram-se a questões estéticas, completamente divorciadas das transformações sociais, políticas, religiosas e econômicas do período.
 - c) Cenas do Antigo Testamento, episódios da vida de Jesus, retratos de santos e mártires compunham os principais temas da arte renascentista, evidenciando uma perspectiva teocêntrica de valorização do sagrado.
 - d) A propagação da cultura renascentista esteve articulada ao impulso das atividades mercantis e ao desenvolvimento da imprensa, que possibilitou a difusão em maior escala das obras literárias.
- 2. (Uniaraxá-MG) “O renascimento não pode ser considerado como um simples retorno à cultura greco-romana, por uma razão evidente: nenhuma cultura renasce fora de seu tempo”. (Cotrim, 1993).**

Relacionado ao renascimento podemos afirmar, exceto:

- a) a influência da cultura greco-romana na Itália dificultou a produção de obras de arte;
- b) dentre os principais valores do renascimento destaca-se o antropocentrismo;
- c) os burgueses enriquecidos protegiam os artistas, sendo denominados mecenas;
- d) o renascimento está intimamente ligado ao desenvolvimento econômico ocorrido na Itália.

3. (UFC-CE) Leia um trecho da obra de Tomás Morus.

Quando reconsidero ou observo os estados florescentes, não vejo neles, Deus me perdoe, senão uma espécie de conspiração dos ricos para cuidar de seus interesses pessoais.

Tomás Morus. *A utopia*. Porto Alegre: L&PM, 1997. p. 163.

Este trecho do livro *Utopia*, de Tomás Morus, publicado em 1516, no qual o autor descreve um lugar imaginário sem propriedade privada nem dinheiro, onde prevalece a preocupação com a felicidade coletiva, deve ser atribuído ao seguinte movimento:

- a) ao renascimento, movimento de renovação cultural que se preocupava com o homem e sua organização social.
 - b) ao anarquismo, que pregava a destruição do Estado.
 - c) ao iluminismo, que propunha a divisão dos três poderes: legislativo, executivo e judiciário.
 - d) ao socialismo, que propunha a tomada do poder pelo proletariado.
 - e) à Reforma Protestante, que questionava o poder da Igreja de Roma de interferir nas políticas nacionais.
- 4. (PUC-PR) O filósofo italiano Nicolau Maquiavel observou que havia uma distância entre o ideal de política e a realidade política de sua época. Na sua obra *O príncipe*, nos diz:**
- Não pode e não deve um príncipe prudente manter a palavra empenhada quando tal observância se volte contra ele e hajam desaparecido as raízes que a motivaram. [...] Nas ações de todos os homens, especialmente os príncipes, [...] os fins é que contam. Faça, pois, o príncipe tudo para alcançar e manter o poder; os meios de que se valer serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo atenta sempre para aquilo que parece ser e para os resultados.

Nicolau Maquiavel. *O príncipe*.

Segundo o texto, é correto afirmar que:

- I. Para Maquiavel, a política, fundamentada na moral cristã, tem como objetivo a manutenção do poder do estado.
- II. O governante deve fazer aquilo que, a cada momento, mostrar-se interessante para conservar seu poder. Não está ligado a uma questão moral, mas a uma decisão que atente contra a lógica do poder.
- III. Moral e política caminham juntas, por isso os fins justificam os meios.
- IV. Maquiavel define a vida social como um campo de forças, que por sua vez devem se manter equilibradas para prosperar.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III.
- b) Somente II e IV.
- c) Somente I e III.
- d) II, III, IV.
- e) Somente II e III.

5. (PUC-RJ) Analise as afirmativas abaixo referentes ao iluminismo:

- I. Muitas das ideias propostas pelos filósofos iluministas são, hoje, elementos essenciais da identidade da sociedade ocidental.
- II. O pensamento iluminista caracterizou-se pela ênfase conferida à razão, entendida como inerente à condição humana.
- III. Diversos pensadores iluministas conferiram uma importância central à educação enquanto instrumento promotor da civilização.
- IV. A filosofia iluminista proclamou a liberdade como direito incontestável de todo ser humano.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- b) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

6. (FESP) A expressão “populismo”, que incorpora lemas do tipo “rouba, mas faz”, define um estilo onde o político:

- a) tem, necessariamente, origem popular;
- b) só faz promessas que pode cumprir depois de eleito;
- c) deve pertencer a um partido que congrega apenas trabalhadores;
- d) faz do nacionalismo a sua única bandeira;
- e) conquista as massas com apelos emocionais e atraentes.

7. (Fuvest-SP) Leia o texto.

A autoridade do príncipe é limitada pelas leis da natureza e do estado [...]. O príncipe não pode, portanto, dispor de seu poder e de seus súditos sem o consentimento da nação e independentemente da escolha estabelecida no contrato de submissão.

Diderot, artigo “Autoridade política”. Em: *Enciclopédia*. 1751.

Tendo por base esse texto da *Enciclopédia*, é correto afirmar que o autor:

- a) pressupunha, como os demais iluministas, que os direitos de cidadania política eram iguais para todos os grupos sociais e étnicos.
- b) propunha o princípio político que estabelecia leis para legitimar o poder republicano e democrático.
- c) apoiava uma política para o estado, submetida aos princípios da escolha dos dirigentes da nação, por meio do voto universal.
- d) acreditava, como os demais filósofos do iluminismo, na revolução armada como único meio para a deposição de monarcas absolutistas.
- e) defendia, como a maioria dos filósofos iluministas, os princípios do liberalismo político que se contrapunham aos regimes absolutistas.

- 8.** Em decorrência de um grande movimento intelectual que se iniciou na Inglaterra do século XVII, mas teve como epicentro a França e se disseminou por várias regiões do mundo ocidental, o século XVIII europeu foi conhecido como:
- a) século das trevas
 - b) liberalismo
 - c) século das luzes
 - d) século da utopia
 - e) século do mercantilismo
- 9.** Maquiavel é considerado:
- a) o pai da metafísica
 - b) o criador da ciência política
 - c) o pai da ficção científica
 - d) o fundador do comunismo
 - e) o criador da psicologia moderna

Descomplicando a sociologia

(Enem) Leia os textos

[...] um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro corta, um quarto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer a cabeça do alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes [...]

Adam Smith. *A Riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. vol. 1



A respeito do texto e do quadrinho são feitas as seguintes afirmações:

- I. Ambos retratam a intensa divisão do trabalho, à qual são submetidos os operários.
- II. O texto refere-se à produção informatizada, e o quadrinho, à produção artesanal.
- III. Ambos contêm a ideia de que o produto da atividade industrial não depende do conhecimento de todo o processo por parte do operário.

Dentre essas afirmações, apenas:

- a) I está correta.
- b) II está correta.
- c) III está correta.
- d) I e II estão corretas.
- e) I e III estão corretas.

Resolução e comentários

O texto de Adam Smith foi escrito no século XVIII, na mesma época do início da Revolução Industrial, na qual a divisão do trabalho era bastante relevante quanto ao aumento da produtividade. Essa tendência atingiu seu ápice na atualidade, posto que em uma linha de montagem o trabalhador, geralmente, é especialista em um único conhecimento, sendo assim excluído globalmente do processo do qual ele faz parte. Nesse sentido, a resposta correta está na alternativa **e**.

3

Sociologia clássica

O positivismo foi a primeira corrente de pensamento propriamente sociológico que organizou cientificamente princípios relativos aos seres humanos e à sociedade.

Positivismo

O positivismo propagou-se em meados do século XIX e teve como primeiro pensador, mentor e sistematizador Augusto Comte (1798-1857).

Como ciência da sociedade, o positivismo estabeleceu conceitos e metodologia de investigação científica da natureza humana e da sociedade.

O positivismo buscava o porquê das coisas por meio da razão humana. Também procurava a explicação da natureza por meio das leis naturais, diferente dos antigos pensadores, que explicavam a realidade humana a partir de acontecimentos exteriores aos seres humanos.

Essa corrente de pensamento está ligada a questões humanas e reconhece a existência de princípios reguladores do mundo físico e do mundo social. Por derivar do cientificismo, o conhecimento positivista teve a finalidade de substituir antigos conceitos teológicos e filosóficos da explicação da realidade humana.

O positivismo reconhecia que os princípios reguladores do mundo físico e do mundo social são diferentes quanto a sua essência.

Foi através do pensamento positivista que os primeiros cientistas sociais se sentiram atraídos para o método de investigação. Augusto Comte denominou de física social as suas investigações da sociedade, antes de aplicar o termo *sociologia*.

A corrente social positivista procurava explicações na vida social, da mesma maneira que os cientistas procuravam explicar a vida natural.

Para os positivistas, a sociedade era um organismo composto de diferentes partes integradas e harmônicas. Por esse motivo, o positivismo era também chamado de *organicismo*.

Augusto Comte

Filósofo e matemático, Isidore Auguste Marie François nasceu em Montpellier, a 19 de janeiro de 1798. Seus primeiros estudos foram no Liceu de Montpellier e, mais tarde, na Escola Politécnica de Paris. Estudou medicina em Montpellier; retornando a Paris, viveu de aulas e publicações em jornais.

Entre 1830 e 1842, Comte publicou sua primeira e grande obra em seis volumes chamada de *Curso de filosofia positivista*.

Comte deixou o magistério em 1846, dedicando-se mais às questões religiosas. Ao romper com o catolicismo, fundou a Religião da Humanidade. Com o intuito de propagar sua religião, manteve contato com monarcas, políticos e intelectuais, pondo em prática suas ideias sociais. Através de seus estudos sociológicos procurou compreender a sociedade para, assim, organizá-la e reformá-la em seguida.

Este pensador francês causou polêmica no mundo. Para Comte, somente seriam válidas as análises das sociedades quando feitas com verdadeiro espírito científico, ou seja, com objetividade e por meio de um método de investigação. Portanto, para Comte o estudo das relações humanas deveria ocorrer por uma nova ciência, cujo nome ele denominou de *sociologia*, não se limitando apenas à análise, mas propondo normas do comportamento.

Para Comte, a sociologia abrange parte da psicologia, toda a economia, política, ética e filosofia da história. Além disso, acreditava que todas as investigações da sociologia devem levar em consideração o processo de desenvolvimento social histórico.

Comte influenciou e continua a influenciar os estudos dos fenômenos sociais. Para ele, é natural que uma sociedade evolua e se torne mais avançada.

O darwinismo social

Durante o século XIX, países da Europa, como Inglaterra, França, Alemanha e Itália, se apoderaram, dominaram e conquistaram áreas

da África e da Ásia, cujos costumes sociais e a própria sociedade eram diferentes da sociedade capitalista europeia.

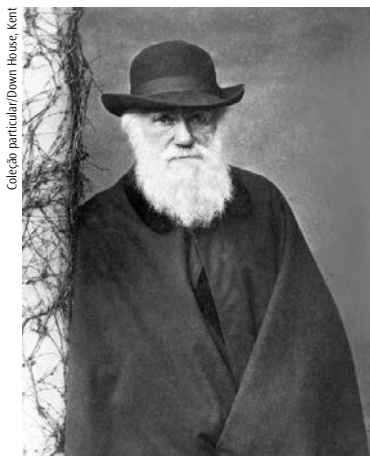
Nesse sentido, foi bastante intensa a atuação e tentativa dos europeus sobre os povos conquistados (aos quais julgavam atrasados) na tentativa de lhes impor os costumes e valores da sociedade industrial europeia, pois acreditavam que o modelo europeu representava a modernidade, o avanço, o paradigma mais alto de uma organização social.

Os europeus tomaram por base muitas das ideias de Charles Darwin, sobretudo as que tentam explicar a evolução biológica das espécies. A aplicação destas concepções fez surgir o chamado *darwinismo social* ou *evolucionismo*.

O darwinismo social é a crença de que as sociedades podem mudar, evoluindo sempre de um estágio inferior para outro superior, aperfeiçoando-se e garantindo a sobrevivência dos indivíduos e das sociedades mais evoluídas.

Charles Darwin

Charles Darwin nasceu em 1809, na cidade de Shrewsbury, Inglaterra. Iniciou seus estudos de medicina aos dezesseis anos, na Universidade de Edimburgo.



Charles Darwin

Como naturalista, Darwin convenceu os cientistas de sua época sobre o processo da evolução, propondo uma teoria para a explicação de como ela se dá por meio da seleção natural e sexual. Com essa teoria da evolução, Darwin se tornou um cientista influente e reconhecido internacionalmente.

Darwin também estudava e interessava-se por biologia, história natural e teologia.

Em 1831, Darwin foi convidado a realizar uma longa viagem de navio (1831-1836). Na verdade, tratou-se de uma expedição científica que percorreu o Oceano Pacífico nas costas da América do Sul e passou por quase todos os continentes e ilhas maiores, contornando o mundo.

A realização dessa viagem colaborou para que Darwin desenvolvesse um trabalho voltado para a pesquisa, pois, durante a viagem, pelos diversos lugares onde passou, Darwin formou uma coletânea de espécies de animais (fósseis e vivos), plantas e rochas.

Retornando à Inglaterra, Darwin deu início ao trabalho com as anotações que havia feito na viagem sobre a evolução, dando forma, assim, ao que mais tarde foi denominado de *evolução das espécies*.

Nessas suas observações referentes à natureza, Darwin estudou a diversificação das espécies, desenvolvendo a *Teoria da seleção natural*, que foi aceita em quase todo o mundo científico. Em sua teoria, Darwin defende a ideia de que a evolução biológica ocorreu por uma seleção natural.

Ele procurou demonstrar que, na seleção natural, sobrevivem os indivíduos que melhor se adaptam aos fenômenos naturais, os que se destacam entre seus semelhantes. Sobrevivem também os que são ou estão imunes a doenças. Esses indivíduos sobreviverão e se multiplicarão, enquanto os fracos poderão não sobreviver e desaparecer.

Em seu livro *Origem das espécies*, Darwin escreveu sobre a diversificação das espécies da fauna da América meridional. Leia um trecho:

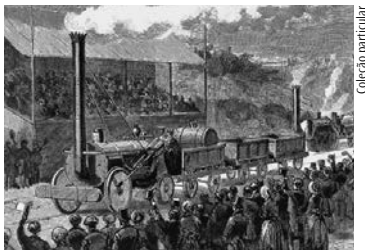
As relações geológicas que existem entre a fauna extinta da América meridional, assim como certos fatos relativos à distribuição dos seres organizados que povoam este continente, impressionaram-me profundamente quando da minha viagem a bordo do Beagle, na condição de naturalista. Estes fatos [...] parecem lançar alguma luz sobre a origem das espécies [...] julguei que, acumulando pacientemente todos

os dados relativos a este assunto e examinando-os sob todos os aspectos, poderia, talvez, elucidar esta questão.

As teorias de Darwin se contrapunham à crença no surgimento da vida do modo como é narrado na *Bíblia*. Inicialmente, ele não discordava da *Bíblia*, mas suas crenças começaram a mudar durante a viagem. Como ortodoxo que era, citava a *Bíblia* como uma autoridade moral e via a história do Velho Testamento com uma falsa verdade.

Segundo a doutrina evolucionista de Darwin, apresentada na obra *A origem do homem*, a espécie humana é descendente do macaco. Darwin foi profundamente criticado pela Igreja, posto que ela vê o homem à imagem e semelhança de Deus.

As mudanças sociais



A locomotiva foi um dos símbolos da Revolução Industrial, permitindo o transporte de pessoas e cargas por longas distâncias.

A Revolução Industrial na Europa colocou fim a velhos conceitos feudais, surgindo, desse modo, uma sociedade capitalista. No final do século XIX, a livre concorrência comercial passou por grandes transformações: a concorrência que antes era muito grande passou a ser limitada, surgindo, assim, os monopólios¹¹ e os oligopólios,¹² associados aos grandes bancos, dando origem ao capitalismo financeiro. Nessa

¹¹ Monopólio é quando uma única empresa ou o governo detém todo o mercado de um determinado serviço ou produto e, desse modo, pode impor o preço praticado, sem que haja concorrência.

¹² O oligopólio é a concentração de produto ou serviços em um pequeno número de empresas que efetuam algum tipo de acordo para definir o preço praticado, impossibilitando a livre concorrência e o favorecimento do consumidor.

época, nascem as grandes empresas, oriundas dos pequenos negócios que se uniram aos bancos para sustentar e financiar sua expansão.

Para garantir a continuidade do crescimento capitalista, era necessário conquistar novos territórios. A meta era conquistar a África e a Ásia, para ter acesso às matérias-primas a baixo custo e mão de obra barata; significava também a introdução de seus produtos industrializados, aumentando o mercado consumidor, transformando a África e a Ásia em colônias, introduzindo os valores capitalistas como forma de se manterem. Para encobrir a violenta dominação, a colonização foi transformada em missão civilizadora.

Os países capitalistas introduziam seus produtos nas civilizações dominadas e justificavam a dominação como forma de melhorar o desenvolvimento dessas civilizações. Aos dominados, cabia deixar suas formas tradicionais de vida e incorporar valores dos colonizadores.

Os pensadores positivistas uniram as concepções orgânicas e evolucionistas inspiradas no pensamento de Darwin sobre a evolução das espécies. Para eles, as civilizações colonizadas da África, Ásia, Oceania e América eram como fósseis vivos primitivos que deveriam evoluir, e as sociedades com tecnologia simples deveriam caminhar para o desenvolvimento, atingindo maior complexidade e progresso, até alcançar o alto nível de progresso.

Entretanto, apesar de todo esse otimismo positivista em relação à sociedade industrial e capitalista da Europa do século XVIII, quanto mais o desenvolvimento industrial se ampliava, mais surgiam conflitos sociais. Em pouco tempo, os explorados, os operários, os empobrecidos e outros menos favorecidos começaram a se organizar em busca de ver atendidas as suas reivindicações e as suas necessidades. Criou-se então as ideias de “ordem e progresso”, estabelecendo-se, assim, dois movimentos sociais.

Segundo essa concepção, um movimento dinâmico levaria à evolução, como descrito anteriormente, e o outro processo, estático, ajustaria todas as pessoas às condições estabelecidas de forma a garantir um funcionamento adequado da sociedade em benefício da maioria. Desse modo, *ordem* seria o ajuste e a integração de todos os elementos no organismo social, e *progresso*, as mudanças que culminariam com a evolução da sociedade.

Esse pensamento propunha a contenção dos movimentos reivindicatórios em prol de toda a sociedade, a fim de evitar riscos à ordem e ao progresso.

Para Comte, realmente havia dois movimentos na sociedade: um dinâmico (a evolução) e outro estático (preservação da organização social).

Para os positivistas, desde que fosse preciso assegurar os interesses permanentes e as instituições, os movimentos reivindicatórios deveriam ser controlados, pensamento que representa e possibilita uma intervenção na sociedade.

A sociologia de Émile Durkheim

Comte é inquestionavelmente o pai da sociologia; contudo, coube ao francês Émile Durkheim, um dos fundadores da sociologia, os estudos teóricos sociológicos mais relevantes, que ajudaram a construir e delinear o campo da sociologia e elevá-la à categoria de disciplina científica, desmembrando-a da filosofia social.

Durkheim nasceu em Épinal, em 1858 e faleceu em Paris, em 1917. Preocupou-se em estudar os fatos sociais, definindo com maior precisão os objetos, os métodos e as aplicações da sociologia. Essas definições estão presentes em sua obra *As regras do método científico*, de 1895.

Uma das principais preocupações de Durkheim era investigar e decifrar os fatos que possibilitam a *coesão social* — como unidade e estabilidade — e a permanência das relações sociais ao longo do tempo. Para ele, a existência e manutenção de um grupo social depende de um mínimo de consenso e solidariedade entre seus integrantes constituintes.

Durkheim investigou a força das regras e dos fatos sociais sobre os indivíduos, o que chamou de *coerção social*. Investigou também as *sanções* e as penalidades sofridas pelos indivíduos quando estes se voltam contra as regras e os fatos sociais.

Para Durkheim, os fatos sociais existem independentes da vontade do indivíduo, antes mesmo de ele nascer, e são impostos pela coerção social.

Ele creditava à educação um papel relevante e coercitivo, pois, por meio dela, as regras sociais se internalizam nas pessoas de tal modo que se tornam hábitos.

Na obra *A divisão do trabalho social* (1893), Durkheim expõe dois princípios essenciais: consciência coletiva e solidariedade mecânica e orgânica.

Consciência coletiva

Consciência coletiva é um conjunto de ideias morais e normativas, crenças e sentimentos que são comuns aos membros de uma comunidade, que permanece ao longo do tempo e une gerações. Também envolve quase completamente a mentalidade e a mortalidade do indivíduo.

Para Durkheim, existem duas consciências num indivíduo: a coletiva e a individual. A coletiva é compartilhada com o grupo, e a segunda é própria do indivíduo.

Nas sociedades primitivas, a consciência coletiva e as normas aplicadas ao indivíduo são rígidas. As normas dessa sociedade dão origem aos valores de igualdade, liberdade, fraternidade e justiça. É uma sociedade caracterizada pela solidariedade mecânica, por apresentar semelhança entre seus membros. Para que a sociedade primitiva sobreviva, deve haver a coerção social aplicando normas severas e repressivas.

Na obra citada, Émile Durkheim definiu a consciência coletiva como:

Conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade que forma um sistema determinado com vida própria.

Émile Durkheim. *Da divisão do trabalho social*.

Para a teoria sociológica de Durkheim, os fatos sociais têm existência própria e independem daquilo que pensa e faz cada indivíduo em particular.

Apesar de cada pessoa ter o seu modo próprio de agir, se comportar, compreender as coisas, interpretar a vida — ou seja, uma “consciência individual” —; qualquer sociedade, independentemente de seu

tamanho, tem normas padronizadas de pensamento e conduta — ou seja, uma “consciência coletiva”.

Solidariedade mecânica e orgânica

Para Durkheim, é o desenvolvimento da divisão do trabalho que permite a transformação da sociedade. A divisão do trabalho baseia-se nas diferenças das pessoas, dando origem a uma nova organização social.

A **solidariedade mecânica** fundamenta-se na adesão total do indivíduo ao grupo ao qual pertence, e a **orgânica** fundamenta-se na cooperação dos indivíduos e dos grupos. A transição de uma para outra impõe transformações na estrutura social que implicam mudanças em seus fundamentos morais, as quais podem levar a estados de anomia.

Para Durkheim, a primeira observação dos fatos sociais é considerada como coisa, e os objetos que lhe são exteriores deveriam ser medidos, observados e comparados, independentes do que os indivíduos envolvidos pensem ou declarem a seu respeito. As coisas opõem-se às ideias. Portanto, a sociologia estuda e analisa os fenômenos sociais.

O pesquisador, ao analisar os fatos sociais como coisa, deve ser objetivo e estabelecer significado ao fenômeno estudado. Durkheim queria definir a sociologia como ciência, rompendo com as ideias do senso comum, que interpretavam de maneira vulgar a realidade social.

A explicação dos fenômenos sociais tem de procurar a causa que os produz e a função que desempenham. Os fenômenos devem ser considerados em suas manifestações coletivas, diferenciando-se dos acontecimentos individuais ou acidentais.

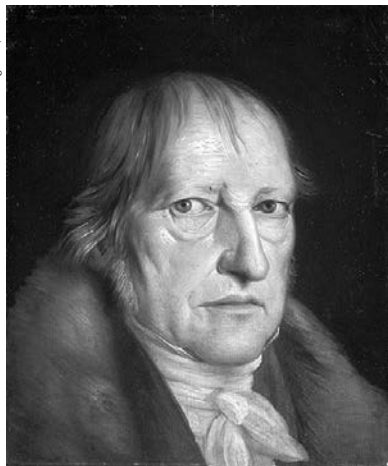
Toda sociedade apresenta certa regularidade; algumas ultrapassam as normas em determinado momento, isso em sociedades de mesmo nível ou estágio de evolução.

A sociologia não só explica a sociedade como também encontra soluções para a vida social. A sociedade, como um todo orgânico, apresenta estados normais e doentios. O fato social é considerado norma quando se encontra generalizado pela sociedade, ou ao desempenhar alguma atividade importante para adaptação ou sua evolução.

Sociologia alemã

O desenvolvimento do capitalismo econômico proporcionou riqueza entre as nações, originando o poder político e econômico, revelando vários aspectos em relação aos problemas sociais. As constantes modificações econômicas aceleraram a evolução política e o convívio entre as pessoas.

Nationalgalerie, Berlim



Hegel, por Jacob Schlesinger (1825).

O desenvolvimento econômico ocasionou o surgimento das chamadas "doutrinas socialistas", nas quais pensadores com suas teorias amenizavam as injustiças que estavam imperando na distribuição de riquezas e na exploração da mão de obra trabalhadora, provocando as diferenças entre os homens.

Pensadores socialistas realizavam análises da realidade social, com a intenção de mudar as instituições e os costumes em vigor e radicalmente alterar a ordem política.

O influente filósofo alemão Hegel (1770-1831) iniciou o entrosamento entre a filosofia e as ciências sociais. Sua dialética dava origem à explicação da mudança ocorrida no Universo.



Na Grécia Antiga, dialética era considerada a arte do diálogo. Posteriormente, foi considerada a arte da argumentação, da contraposição de ideias.

Na verdade, o conceito de dialética foi utilizado, em diferentes momentos, por diversas doutrinas filosóficas com significados particulares em cada uma delas.

Para Hegel, a dialética é um movimento racional que pode transpor uma contradição. Ou seja, a dialética utiliza a tese, a antítese e a síntese como elementos básicos para a argumentação. A tese é uma ideia inicial, a antítese é a oposição à tese e a síntese é o resultado do confronto entre a tese e a antítese. A síntese torna-se uma nova tese.

Na metade do século XIX, surge a “reação positivista”, a primeira corrente de pensamento iniciando alguns princípios referentes ao homem e à sociedade, na tentativa de explicá-los cientificamente.

O pensamento positivista predominou em países como França e Inglaterra no século XIX. A reação positivista começou com o primeiro representante, Augusto Comte (1798-1857), que lutou para que todos os ramos de estudos obedecessem à objetividade. Na classificação das ciências, colocou a matemática como base para a compreensão de tudo que se referia ao ser humano e sua relação com as ciências. Diferentemente dos socialistas, as análises da sociedade seriam válidas com verdadeiro espírito científico, e possuiriam objetividade, afastando-se das ciências em geral, constituindo assim uma nova ciência, a *sociologia*, que não se limitou apenas à análise social, mas proporcionou normas de comportamento.

Na Alemanha, o positivismo não causou grande impacto, isso pelo fato de a industrialização ter ocorrido tardiamente. Nesse país, o processo de unificação como nação demorou a ocorrer. O que predominou na Alemanha foi o idealismo de Immanuel Kant e Georg Wilhelm Friedrich Hegel, que tiveram grande influência no pensamento sociológico desenvolvido por Ferdinand Tönnies, Georg Simmel, Werner Sombart e Max Weber.

Segundo a corrente filosófica alemã, o fruto do conhecimento tem relação com a razão e com os objetos do mundo; portanto, o objetivo do conhecimento é a forma de como se conduz o ato de conhecer.

A sociologia alemã teve grande influência na elaboração dos conceitos e do método de pesquisa. Isso porque seus pensadores pregavam que os acontecimentos de uma pessoa não são apenas vividos, como também pensados; de acordo com esses pensadores a ciência não compreende apenas exterioridade, mas também com a maneira que o indivíduo interioriza.

Os positivistas e os idealistas alemães viam a história de modos diferentes. Para os positivistas, a história seria um processo global de evolução humana. Nesse processo, não há lugar para os processos particulares e individuais.

Os idealistas se opunham a esse pensamento, pois acreditavam que a pesquisa histórica fundamentada em coleta de documentos era imprescindível para o estudo e compreensão da sociedade e de seus estágios de evolução. Desse modo, os idealistas valorizavam o caráter particular, específico de cada grupo social.

Um dos idealistas alemães mais relevantes foi Max Weber (1864-1920), que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da sociologia.

Weber uniu duas concepções em seus estudos: a sociologia associada e a historiografia. Ele propunha que, para um pesquisador concluir algo sobre qualquer sociedade, era preciso analisar documentos e realizar um esforço interpretativo dessas fontes. Ou seja, a perspectiva de Weber era social e histórica, pois, para ele, cada especificidade social era importante.

Segundo Weber, a ação social ou conduta humana é bastante relevante, posto que, para ele, todo ser humano estabelece uma ligação entre o motivo da ação, a ação em si e os resultados, efeitos ou consequências dessa ação. Desse modo, para Weber, os fatos que envolvem a sociedade se originam no plano individual.

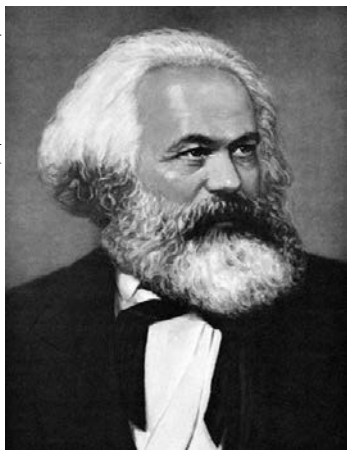
Em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber estabelece relações e conexões entre a religião e a sociedade, comprovando que os valores do protestantismo agiam de forma positiva sob o comportamento social de seus seguidores, levando-os a ser bem-sucedidos nos negócios e no caráter.

Karl Marx e as classes sociais

O alemão Karl Marx (1818-1883), filósofo social e economista, foi o fundador do materialismo histórico. Foi o primeiro a empregar o termo “classe social”, utilizando este conceito sem uma definição precisa. Muitos de seus questionamentos em sua obra *O capital* não foram respondidos; seu contexto teórico, além de possuir certa discrepância, era também contraditório.

No final de *O capital* há a afirmação de que uma classe não deve ser identificada conforme a renda na divisão do trabalho, por que daria origem a várias classes. A definição mais aceita nos livros marxistas foi a de Lênin:

Coleção particular/Charmel Arquivos



Karl Marx

As classes são grandes grupos de pessoas que diferem umas das outras pelo lugar ocupado por elas num sistema historicamente determinado de produção social, por sua relação (na maioria dos casos fixada e formulada em lei) com os meios de produção, por consequência, pelas dimensões e métodos de adquirir a parcela da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas onde uma se pode apropriar do trabalho da outra, devido aos lugares diferentes que ocupam num sistema definido de economia social.

Lênin. *Estrutura de classes na consciência social*.
Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p. 89-90.

Em suas obras, Marx sugeria uma ampla mudança nas áreas política, social e econômica. Para ele, o capitalismo *alienou* o trabalhador dos meios de produção, pois este conhecia apenas parte desse processo; e o alienou da política, propondo que ele fosse representado por outros. Dessa forma, um dos conceitos fundamentais na teoria marxista é a **alienação**.

O surgimento do capitalismo originou o acúmulo de capital nas mãos de uma minoria com a intenção de obter cada vez mais lucro, controlando os meios de produção e explorando a maioria da população trabalhadora. Desse modo, para Marx, o capitalismo dividiu as pessoas em proprietários e não-proprietários dos meios de produção, gerando a desigualdade social.

No sistema capitalista, por necessidade de sobreviver, o operário vende sua força de trabalho, recebendo em troca um salário. Sua mão de obra é, por assim dizer, uma espécie de mercadoria para os donos dos meios de produção, ou seja, os capitalistas que exploram a força de trabalho do proletariado.

Karl Marx, em sua análise, define que existem dois tipos de classe fundamentais ao capitalismo: os trabalhadores e a minoria não-produtora, ou classe dominante, que detém o controle dos meios de produção e que tira o excedente da maioria produtora.

Para o capitalismo, a relação dos agrupamentos individuais e o meio de produção são necessários, isto é, geram a divisão do trabalho, que é necessária para a produção de excedentes.

Para Marx, a dominação econômica e a dominação política estão relacionadas, isto porque os meios de produção levam ao controle político. Portanto, a compreensão da exploração econômica é compreendida pela relação existente entre essas duas classes.

A classe econômica, para se manter no poder político e econômico, procura explicar de forma racional sua ideologia para os trabalhadores e o motivo pelo qual devem aceitar sua situação.

A relação entre o proprietário e o não-proprietário é antagônica, conflitante, pois seus interesses são diferentes. O proprietário procura manter-se em sua posição como dono dos meios de produção, preservando seus direitos, explorando ao máximo a massa trabalhadora com baixo salário e aumento das horas trabalhadas. Os trabalhadores que

veem injusta esta exploração manifestam-se lutando pela diminuição das horas trabalhadas e por melhores salários com participação dos lucros.

A relação entre a classe trabalhadora e a classe de proprietários é necessária, pois uma não existe sem a outra. Os que não possuem os meios de produção vendem sua força de trabalho, que é a sua única propriedade e que assegura sua sobrevivência. O proprietário apropria-se dos meios de produção, explorando os produtos dos trabalhadores.

Contribuição de Marx para a sociologia

Karl Marx foi influenciado pelas ideias do filósofo Hegel. Marx teve uma intensa vida política, foi um efetivo defensor dos direitos dos proletários e combatia a desigualdade. Denunciava as contradições sociais e propunha formas de superá-las.

Em Paris, conheceu Friedrich Engels. Tornaram-se amigos e, juntos, escreveram o *Manifesto do Partido Comunista*, a obra inicial do **marxismo** ou **socialismo científico**.

Saiba



O socialismo científico era uma teoria política e social que previa a vitória dos trabalhadores sobre a burguesia. Para Marx, a sociedade e as estruturas que surgiram dessa revolução seriam chamadas de **comunismo**, e o processo de transição do capitalismo para o comunismo seria chamado de **socialismo**.

Nesse sentido, o comunismo pode ser entendido como um sistema econômico, político e social que tem por finalidade a criação de uma sociedade sem classes dominantes, ou seja, tudo seria comum a todos, não haveria propriedade privada.

Marx foi o fundador do materialismo histórico e influenciou várias correntes de pensamento; suas ideias revolucionárias influenciaram diversos pensadores.

Como teórico, contribuiu para o desenvolvimento da sociologia. Para ele, as relações sociais são fatores transformadores da sociedade. Ele afirmava que a investigação e o estudo das formas de produção eram essenciais para entender o funcionamento e a organização da sociedade.

Inicialmente, a obra *O capital* não foi ignorada pela sociologia, pois estava voltada para todos os homens. Sua expressão adquiriu uma extensão de ideias revolucionárias. Em sua obra citava as contradições básicas da sociedade capitalista e as possibilidades de sua superação.

Os teóricos marxistas queriam a transformação social por completo, introduzindo o domínio da justiça e da razão eterna. A propriedade privada para eles deveria deixar de existir, eliminando por completo a competitividade. Esse novo sistema deveria ser introduzido através de propaganda, tornando-se um exemplo para as outras sociedades. O trabalhador estaria na frente das decisões ocorridas, e, em relação à disputa política entre as classes sociais, o proletariado seria o revolucionário que acabaria com a desigualdade.

As ideias de Marx influenciaram não só o desenvolvimento da ciência e da filosofia, como também o movimento das classes operárias no mundo todo. Marx foi um revolucionário; participou de movimentos revolucionários com o objetivo de aniquilar o capitalismo e as instituições estatais para libertar o trabalhador proletário. Marx passou toda a sua vida engajado nesse projeto político-social.

Saiba



O materialismo histórico proposto por Marx é um estudo metodológico da sociedade, da história e também da economia. Para Marx, as atividades humanas estão relacionadas às condições materiais, e acabam por determinar a história. A luta entre classes antagônicas move a história e só desaparecerá com a implantação do comunismo.

1. (Seduc-CE) Para Durkheim, o objeto da sociologia era:
 - a) método sociológico
 - b) coerção social
 - c) fato social
 - d) solidariedade

2. Estes versos de uma antiga música referem-se a uma das novas ideias espalhadas pelas classes urbanas da sociedade brasileira, no final do século XIX.

O amor vem por princípio, e a ordem por base;
O progresso é que deve vir por fim.
Desprezaste esta lei de Augusto Comte
E foste ser feliz longe de mim.

(Noel Rosa / Orestes Barbosa)

Assinale a alternativa que diz respeito à filosofia mencionada nos versos:

- a) Positivismo
 - b) Socialismo
 - c) Existencialismo
 - d) Marxismo
 - e) Liberalismo
-
3. (Mackenzie-SP) Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1829-1895) acreditavam que era preciso conhecer a estrutura econômica para entender o funcionamento da sociedade e as mudanças ocorridas na história da humanidade. Para que se compreendam as ideias coletivas, o funcionamento do estado, o modo como algumas classes sociais dominam as outras, é necessário estudar como os indivíduos se relacionam para trabalhar e produzir.

O nome dado a essa teoria, sobre as leis do desenvolvimento social e concepção da história, é:

 - a) materialismo histórico
 - b) socialismo utópico
 - c) capitalismo
 - d) anarquismo
 - e) impressionismo

 4. (Insaf-PE) A grande singularidade do marxismo é:
 - a) o homem existencialmente interpretado.
 - b) o homem economicamente interpretado.
 - c) o homem subjetivamente interpretado.
 - d) o homem idealmente interpretado.

5. (Seduc-CE) Um dos conceitos fundamentais da teoria marxista é o de:
- a) utopia
 - b) idealismo
 - c) evolução
 - d) alienação
6. Para o filósofo positivista, a sociologia procura estudar e compreender:
- a) a sociedade para organizá-la e reformá-la depois.
 - b) o povo, que está dividido em classes com o desenvolvimento do capitalismo.
 - c) as diferenças da sociedade para melhor compreendê-la.
 - d) nenhuma das alternativas está correta.
7. De acordo com a teoria de Durkheim, a consciência coletiva pode definir numa sociedade:
- a) o que é moral, reprovado ou criminoso.
 - b) não define nada, por ser um constante conflito interno.
 - c) o que é de cada um, não importando a regra que é estabelecida.
 - d) A variação de estágio apresentada pelas diferentes classes sociais.
8. (UEL-PR) Segundo Émile Durkheim:
- [...] constitui uma lei da história que a solidariedade mecânica, a qual a princípio é quase única, perca terreno progressivamente e que a solidariedade orgânica, pouco a pouco, se torne preponderante".

Émile Durkheim. *A divisão social do trabalho*.

Por esta lei, segundo o autor, nas sociedades simples, organizadas em hordas e clãs, prevalece a solidariedade por semelhança, também chamada de solidariedade mecânica. Nas organizações sociais mais complexas, prevalece a solidariedade orgânica, que é aquela que resulta do aprofundamento da especialização profissional. De acordo com a teoria de Durkheim, é correto afirmar que:

- a) As sociedades tendem a evoluir da solidariedade orgânica para a solidariedade mecânica, em função da multiplicação dos clãs.
- b) Na situação em que prevalece a solidariedade mecânica, as sociedades não evoluem para a solidariedade orgânica.
- c) As sociedades tendem a evoluir da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, em função da intensificação da divisão do trabalho.
- d) Na situação em que prevalece a divisão social do trabalho, as sociedades não desenvolvem formas de solidariedade.
- e) Na situação em que prevalecem clãs e hordas, as sociedades não desenvolvem formas de solidariedade e, por isso, tendem a desaparecer progressivamente.

9. Leia o texto.

A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes, homens livres e escravos, patrícios e plebeus, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, têm permanecido em constantes oposições uns aos outros, envolvidos numa guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou pela destruição das duas classes em luta.

Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*.

Deste texto, podemos deduzir que Marx, em sua formação filosófica e histórica, pressupõe que a história do homem é uma luta constante entre interesses constantes, embora nem sempre se manifeste em forma de guerra. Essas divergências ocorrem em toda relação social e nos mais diversos níveis da sociedade no decorrer do tempo, desde que surgiu a propriedade privada.

A que Marx se refere?

- a) à classe alta, pois os donos da produção controlam a classe baixa, que são os que vendem sua força de trabalho.
- b) aos meios de produção, que são o principal agente transformador da sociedade.
- c) aos capitalistas, que veem os trabalhadores como mercadorias.
- d) nenhuma das alternativas está correta.

10. (UEL-PR) Leia o texto:

O misterioso da forma da mercadoria reside no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho, como características objetivas dos próprios produtos do trabalho e, ao mesmo tempo, também da relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.

Karl Marx. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 71. Adaptado.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que, para Marx:

- a) As mercadorias, por serem objetos, são destituídas de qualquer vinculação com os seus produtores.
- b) As mercadorias materializam a harmonia presente na realização do trabalho alienado.
- c) Os trabalhadores, independentemente da maneira como produzem a mercadoria, são alijados do processo de produção.
- d) As mercadorias constituem-se em um elemento pacificador das relações entre patrões e trabalhadores.
- e) A mercadoria, no contexto do modo capitalista de produção, possui caráter fetichista, refletindo os aspectos sociais do trabalho.

- 11.** (UEL-PR) O sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) considera a “comunhão de valores morais” a condição fundamental e primeira para a construção da coesão social. Para ele, a moral (conjunto de valores e juízos direcionados à vida em comum) é o amálgama que une os indivíduos à vida em grupo. A moral traça as orientações da conduta ideal para as pessoas, e parte do seu conteúdo se materializa em normas e regras. Durkheim afirma o papel do regulamento moral para a integração social, insistindo que a moral é o mínimo indispensável, sem o qual as sociedades não podem viver em harmonia. Esses pressupostos, a respeito das condições para o bom convívio dos indivíduos numa coletividade, permitem a formulação de uma avaliação específica sobre o problema da criminalidade violenta praticada por jovens no Brasil, hoje.

Indicam-se, a seguir, algumas possíveis propostas de ação para enfrentar esse problema. Assinale a alternativa que está em conformidade imediata com os pressupostos sociológicos mostrados no texto.

- a) Priorizar o combate ao narcotráfico, ao crime organizado, aos esquadrões da morte e a unificação das polícias.
- b) Estimular a produção econômica para a geração de empregos, enfatizando aqueles voltados à população de 15 a 24 anos.
- c) Promover a instituição familiar; reforçar o papel socializador da escola com ênfase na educação para a paz e para a cidadania e melhorar o funcionamento do sistema legal.
- d) Detectar antecipadamente os jovens portadores de personalidade irritável, impulsiva e impaciente e providenciar o tratamento terapêutico como política pública.
- e) Investir no controle da natalidade, reduzindo o número de nascimentos a médias compatíveis com os índices de desenvolvimento econômico previstos.

Descomplicando a sociologia

(UFU-MG) A assertiva a seguir resume formulações teóricas da sociologia sobre coesão social e anomia. Leia-a e assinale a alternativa que indica a(s) formulação(ões) correta(s) na tradição teórica de Émile Durkheim.

- I. A solidariedade mecânica, como base da coesão social, perde terreno para a solidariedade orgânica, quando aumenta a divisão social do trabalho, como se observa na transição das sociedades agrárias para as sociedades urbano-industriais.
- II. A solidariedade mecânica funda-se na adesão total do indivíduo ao grupo ao qual pertence, enquanto a solidariedade orgânica tem fundamento na cooperação dos indivíduos e grupos, segundo a interdependência de suas funções sociais.
- III. A transição da solidariedade mecânica para a orgânica impõe transformações na estrutura social, incluindo mudanças em seus fundamentos morais que, quando mal assimiladas, podem levar a estados de anomia, como se vê em alguns casos de suicídio.
- IV. A anomia corresponde a situações de desorganização pessoal e social decorrentes da ausência de consciência coletiva, da luta de classes e do desencantamento do mundo próprios das sociedades de consumo, formadas por hordas e clãs sem identidade.

- a) Apenas as assertivas II e III são corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II são corretas.
- c) As assertivas I, II e IV são corretas.
- d) As assertivas I, II e III são corretas.

Resolução e comentários

Émile Durkheim acreditava que a existência da sociedade necessita de mecanismos integradores, que são coletivamente estabelecidos. Para ele, esses fatos sociais são os responsáveis pela edificação existente dos laços de coesão e também de solidariedade social, o que faria com que os indivíduos vivessem em sociedade.

Nas sociedades primitivas, seria o resultado da pressão coercitiva da consciência coletiva sobre as individuais. Porém, nas sociedades complexas, a coesão social provem da divisão social do trabalho.

Portanto, a alternativa **d** é correta, pois as assertivas I, II e III são verdadeiras.

4

Objeto da sociologia

Conceito de fato social

Durante o século XX, ocorreram profundos estudos científicos da sociedade. Entre os estudiosos estava Durkheim, que qualificou fato social como uma “coisa exterior ao indivíduo”, ou seja, são maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de poder coercitivo. Nesse sentido, fatos sociais são vistos também como normas coletivas às quais, gostando ou não, a pessoa se vê obrigada a segui-las e caso não sigam, poderão sofrer punição, consequências, retaliações etc.

São fatos sociais o modo de se vestir, a língua, a religião, o sistema monetário e uma infinidade de fenômenos do mesmo tipo. Pode-se observar o seguinte exemplo: se, em uma cerimônia de casamento, um dos convidados aparecer trajando maiô ou sunga, como se estivesse na praia, poderá ser alvo de risos, deboches, impedimento etc.

Segundo essa teoria, para ocorrer o estudo do fato social é necessário aplicar métodos e processos por meio de recursos experimentais, tal qual nas ciências exatas.

Durkheim defendia a ideia de que somente a partir da investigação das causas sociais é que se pode explicar os fatos que ocorrem na sociedade.

Apesar da enorme contribuição de Augusto Comte, considerado o pai da sociologia e primeiro estudioso a utilizar a palavra *sociologia*, foi Durkheim o primeiro a considerar a sociologia como ciência, demonstrando que o fato social tem características próprias. Para ele, “a sociologia é o estudo dos fatos sociais”.

Característica e natureza do fato social

As características do fato social, segundo Durkheim, são:

- **Generalidade:** é comum aos membros de um grupo ou à sociedade, como a forma de habitação, de comunicação, de sentidos e moral.
- **Exterioridade:** é externo ao indivíduo, independente de sua vontade; o que existe antes de seu nascimento são as regras sociais, os costumes, as leis, que são impostos de maneira coercitiva.
- **Coercitividade:** os indivíduos são obrigados a seguir o comportamento estabelecido, ou seja, a força que os fatos exercem sobre eles, levando-os a se conforma com as regras da sociedade em que vivem, independente de sua vontade de escolha.

Exterioridade

No conceito de Durkheim, a exterioridade é de consciência coletiva. E são as maneiras de agir, de pensar e de sentir, comuns entre os membros de uma determinada sociedade que são transmitidas através do tempo, de geração a geração. Os modos de agir, de pensar e de sentir são de fora para dentro, ou seja, são exteriores e estão além dos sentidos dos indivíduos, e por isso sobrevivem ao longo do tempo e permanecem.

Coercitividade

As leis e os costumes são transmitidos socialmente por meio da educação, que se encarrega de tornar aceito e válido o modo de agir, pensar e sentir.

Todas as pessoas têm direitos garantidos e deveres a cumprir estabelecidos pelo Estado, pela instituição familiar, por religiosos, pela empresa em que se trabalha etc.

As normas de condutas ou de pensamento são impostas independente da vontade das pessoas; portanto, agem de forma externa, por isso são dotadas de poder coercitivo.

As normas que regulam as instituições, por exemplo, estão estabelecidas mesmo que as neguemos ou deixemos de pertencer a elas. Ainda assim elas continuarão existindo.

O descumprimento das normas leva à punição. São várias as formas de punição. Uma delas é por meio de prisão, por exemplo, ao indiví-

duo que não cumpra as leis. As leis só passam a vigorar se o indivíduo não as cumprir. A coerção também ocorre através de risos, zombarias, afastamento das pessoas etc.

Socialmente, usos e costumes não são imóveis, estáticos, mas sim dinâmicos. Transformam-se diariamente.

A coerção não deixa de existir, mesmo ocorrendo transformações que modificam as normas e os costumes na sociedade. Quando uma pessoa procura inovar as regras dentro de uma sociedade, ela sofre pressão social e terá de lutar para obter êxito. Todas as mudanças, por melhores que sejam, de início não são aceitas. Geralmente, há pressões para que não vigorem.

Quando ocorre a pressão dos fatos sociais, observa-se a subjetividade que se impõe a nossa consciência, que é externa e alheia a nossa vontade; e a objetividade é a reação provocada no grupo por não nos submetermos às normas e condutas já existentes e que permanecem.

Generalidade

São os fatos sociais comuns na sociedade, ou seja, são as características que irão determinar a qual sociedade o indivíduo pertence, permitindo distinguir se ele é brasileiro ou mexicano, por exemplo.

Como vimos, Durkheim reconhecia a existência de duas consciências: a coletiva e a individual.

A consciência individual se manifesta por meio dos traços de caráter ou de temperamento e também por meio das experiências pessoais, possibilitando, assim, uma relativa autonomia no emprego e na adequação da forma de agir, de pensar e de sentir.

Na generalidade, a consciência coletiva pode se impor, com maior ou menor força, possibilitando à consciência individual diversos graus de autonomia.

Nas sociedades coletivas, é possível notar a generalidade dos fatos sociais com maior clareza, pois a consciência coletiva domina quase que totalmente as consciências individuais. O que não difere da sociedade moderna com uma tecnologia avançada, em que a generalidade do

fato social continua existindo, fazendo com que as consciências individuais passem a ter certa autonomia, surgindo, desse modo, grupos que possuem características distintas.

As relações familiares nas variadas nações ou até mesmo em diferentes regiões de um mesmo país sofreram e sofrem modificação. Em um tempo remoto, eram os pais que determinavam com quem seus filhos deveriam casar. Na atualidade, é a própria pessoa que, geralmente, escolhe o(a) companheiro(a).

Em algumas regiões do Oriente, a escolha dos cônjuges ainda é feita pelos mais velhos da família, sendo que só é permitido ao noivo ver o rosto de sua noiva no dia do casamento.

Durkheim ensina aos sociólogos que os fatos sociais podem ser estudados objetivamente, como “coisas”, e que, para estudá-los, teriam de aplicar métodos e processos científicos, ou seja, recursos experimentais como os aplicados nas ciências exatas.

Para ele, ao explicar o fato social, tem de haver uma necessidade de investigar as causas sociais, não pelos fatos históricos, nem psicológicos e nem biológicos. O pesquisador precisa ser neutro em relação aos fatos, tem de deixar de lado seus valores e sentimentos pessoais em relação aos acontecimentos estudados, para não distorcer a realidade dos fatos e para que sua pesquisa possa ter base científica. Nesse sentido, o pesquisador deve observar, comparar e medir independentemente do que as pessoas pensem ou declarem a seu respeito.

De acordo com as concepções de Durkheim, o cientista necessita identificar características exteriores comuns para se apoderar dos fatos sociais. O trabalho científico deve eliminar quaisquer traços de subjetividade, além de manter uma atitude de distanciamento.

Com esse rigor, Durkheim queria garantir o sucesso da ciência exata, definindo a sociologia como ciência, rompendo com as ideias e o senso comum e propondo que a realidade social deixasse de ser interpretada de maneira vulgar.

Natureza

De acordo com Durkheim, os fenômenos sociais devem ser tratados como *coisa* exterior ao indivíduo.

Para Durkheim, todo objeto do conhecimento que a inteligência não chega a perceber de maneira natural é *coisa*. Portanto, nas próprias palavras de Durkheim:

[...] tudo aquilo de que não podemos formular uma noção adequada por simples processo de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender, senão sob condição de sair de si mesmo, por meio da observação e da experimentação, passando, progressivamente, dos caracteres mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos.

É natural que os fatos sociais devam ser tratados como *coisas*, e, ao observá-los, o pesquisador precisa estudá-los de modo objetivo e científico, partindo tanto do princípio da observação de como ocorrem os fatos sociais como também da experimentação — isso porque nem tudo que nos chega do mundo exterior é de maneira natural.

Os fatos sociais devem ser explicados a partir das causas sociais. Segundo Durkheim:

[...] Desta forma, quando tentamos explicar um fenômeno social, devemos investigar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que ele desempenha. Preferimos servir-nos do termo função em vez do de fim ou objetivo, precisamente porque os fenômenos sociais não existem geralmente em vista dos resultados úteis que produzem. O que é necessário determinar é se existe correspondência entre o fato considerado e as necessidades gerais do organismo social e em que consiste esta correspondência, sem nos preocuparmos em saber se foi ou não intencional. Todas estas questões de intenção são, aliás, demasiado subjetivas para poder ser tratadas cientificamente [...] A causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais anteriores, e não entre os estados de consciência individual [...] A função de um fato social deve ser sempre buscada na relação que mantém com algum fim social.

Émile Durkheim. *As regras do método sociológico*.
São Paulo: Martin Claret, 2003.

Os fenômenos sociais não existem para resultados úteis, é necessário determinar uma relação entre os fatos considerados e as necessidades gerais do organismo social, sem a preocupação de ser ou não intencional. Vejamos a seguir um exemplo.

Imaginemos que alguns delinquentes entram em uma casa com o objetivo de roubar. No entanto, alguém vê e aciona a Polícia Militar. Um grupo de policiais vai até o local e cerca a casa. Como possuem reféns, os ladrões fazem exigências e solicitam um carro blindado. Na fuga, levam um dos donos da casa, sob ameaça de morte. No entanto, os ladrões são dominados, presos, julgados e condenados a cumprir pena.

O cumprimento da pena pelo crime cometido passa a ser a reação social pela intensidade dos sentimentos da sociedade causada pelo crime. Esse cumprimento da pena é também uma maneira de manter a sociedade coesa em um determinado grau de intensidade, para que não haja manifestações como agressões violentas de linchamento ou apedrejamento.

Os fatos sociais possuem uma dependência recíproca. Segundo Durkheim, “sejam quais forem as causas, repercutem em todas as direções do organismo social e não podem deixar de afetar, mais ou menos, todas as suas funções”.

Conceitos de ação social

Durkheim define que a sociologia tem caráter objetivo, pois determina o caráter social da ação, partindo da coerção do mundo exterior sobre o procedimento dos indivíduos.

Já Max Weber, em seu conceito sobre o modo subjetivo da ação social, procura fundamentar-se em critérios interiores aos indivíduos participantes. Para Weber, a ação social é a maneira pela qual o ser humano se comporta, dotado de sentidos dentro de uma sociedade. Ele afirmava que os agentes da ação social podem ser a política, a economia ou a religião.

Existem várias etapas que compõem a ação social. Por exemplo, ao enviarmos uma carta, podemos observar várias ações sociais com sentido, que determinam um objetivo: escrever, selar, enviar e receber. Portanto, a ação social tem efeito sobre a realidade em que ocorre, escapando ao controle do indivíduo e da previsão do agente. A ação social permite desvendar o seu sentido, que é social na medida em que cada indivíduo age levando em conta a resposta ou a reação dos outros.

O indivíduo, por meio de valores sociais e de sua motivação, produz o sentido da ação; isso não quer dizer que cada pessoa possa prever com certeza todas as consequências de determinada ação.

Por mais individual que seja o sentido de uma ação, o fato de se agir levando em consideração o outro dá um caráter social a toda ação humana. Sendo assim, o social só se manifesta em indivíduos, expressando-se sob forma de motivação interna e pessoal.

Para que haja uma relação social, é preciso que o sentido seja compartilhado. Podemos citar como exemplo uma sala de aula, onde o objeto da ação dos alunos é compartilhar, criando assim uma relação social.

Para Max Weber, o objetivo da sociologia é investigar a ação social; cada formação social adquire especificidade e importância própria. É o homem que dá sentido a sua ação social, pois estabelece a conexão entre o motivo da ação propriamente dita e seus efeitos.

A tarefa do cientista, para Weber, é descobrir os possíveis sentidos da ação humana presente na realidade social que lhe interessa estudar. Compete também ao pesquisador detectar o sentido produzido pelos diversos agentes em todas as suas consequências.

A ligação que o cientista faz entre motivos e ações sociais revela as diversas instâncias da ação social, sejam elas políticas, econômicas ou religiosas. Portanto, o cientista pode descobrir o vínculo entre as várias etapas que separam os elementos da ação social.

Quando Weber diferencia ação da relação social, é para mostrar que para se ter uma relação social é preciso que o sentido seja compartilhado. É o cientista que vai entender as frequências com que certas ações sociais levam o indivíduo a agir de determinado modo em cada sociedade. A meta do cientista é compreender, buscar as ligações causais que representam o sentido da ação social. Para Weber, qualquer que seja a perspectiva adotada por um cientista, será sempre parcial. São palavras dele: “Todo indivíduo em ação age guiado por seus motivos, sua cultura e sua tradição”.

Caracterização da ação social

Segundo Weber, a ação social pode ser:

- a) **Racional** (fins): por expectativa utilizada como condições ou meios para alcançar fins próprios que são racionalmente avaliados e procurados. Uma pessoa, quando atua de forma racional, procura visar os fins; quando orienta sua ação pelos meios ou quando atua de forma racional, procura fazer uma comparação dos meios com os fins, até mesmo pelas consequências envolvidas e também pelos diferentes fins possíveis.
- b) **Racional** (valores): através da crença que tem, de acordo com seu conhecimento, adquirindo valor ético, estético e religioso entre outros. Esses valores são próprios de uma conduta específica, baseados nos méritos desses mesmos valores. Quando o ser humano atua de forma racional, ele procura visar os valores; não tem a consideração com as consequências que poderá causar. Sua ação se dá através da certeza do que almeja sobre o dever, a dignidade, a beleza, a crença ou em nome de uma causa.
- c) **Afetiva**: determinada pelo afeto e o estado sentimental. Ocorre de forma afetiva, quando um indivíduo atua de forma a satisfazer apenas suas necessidades para alcançar algo que almeja, seja por vingança, prazer, crença em uma doutrina religiosa ou por sua paixão. A ação afetiva tem como objetivo adquirir valores através de sua própria ação.
- d) **Tradicional**: por um costume enraizado. A ação de uma pessoa é ligada a costumes tradicionais; portanto, é rigorosa e possui um limite que muitas vezes está além de seus limites, do que se pode chamar de uma ação com sentido. A reação é habitual, ligada por atitudes tradicionais que estão enraizadas nos costumes.

Segundo Weber, essas características apresentadas não representam uma ação específica, mas toda a ação do ser humano que atua em sociedade e que possui valores e crenças que estão ligados a traços de tradição ou não, pois cada indivíduo atua num mundo cheio de particularidades.

Ação

Ação é a maneira como um indivíduo age, atua ou se manifesta sobre outro, sendo de caráter social. É o sentido da ação do indivi-

duo que vai determinar se há relação social ou não, de acordo com a necessidade de cada um.

Weber distingue a ação da relação social. Para ele, a ação ocorre na maneira em que a pessoa age ou atua no ambiente em que está inserida; já a relação social tem a necessidade de que os sentidos sejam compartilhados. Caso isso não ocorra, haverá uma ação social, como, por exemplo: um sujeito que pede informação a outro está somente estabelecendo a ação social, mas não compartilha um sentido com o outro.

Em um ambiente em que o objetivo da ação é compartilhar, pode-se dizer que há uma relação social. Por exemplo: um grupo de jovens em que todos torcem para um mesmo time de futebol acaba compartilhando sentimentos pelo time; seja assistindo no estádio, na televisão ou conversando a respeito do assunto. Portanto, o modo em que o indivíduo age, manifesta-se ou atua é que vai determinar se ele está estabelecendo uma ação ou uma relação social.

Conforme as concepções de Weber, a motivação para a ação é algo sentido pelo sujeito sob forma de valores e modelos de conduta: “o sentido tem muito a ver com o modo como se encadeia o processo de ação, tomando-se a ação efetiva adotada de sentido como um meio para alcançar um fim, justamente aquele subjetivamente visado pelo agente”.

Para Weber, a ação social não é um ato isolado, mas sim um processo no qual percorre uma sequência definida de ligações.

1. (Seduc-CE) Entre as principais obras de Weber, destaca-se:
 - a) *A ação humana*
 - b) *Economia e sociedade*
 - c) *Por uma sociologia positivista*
 - d) *Suicídio*
2. Durkheim em seu conceito sobre o fato social procurou qualificá-lo como coisa exterior ao indivíduo, pois crê que ao estudarmos o fato social é necessário que apliquemos um método e processo, através de experiências, como faz a ciência exata, pois essa investigação é necessária para que possam ser explicados os fatos que ocorrem na sociedade.

Podemos definir um fato social como:

- a) a ação de um indivíduo de apenas olhar para outro.
 - b) o modo como a pessoa age, sem a intenção de coerção perante outro.
 - c) a maneira de agir, de pensar ou sentir que são exteriores ao indivíduo dotado de um poder coercivo.
 - d) nenhuma das alternativas está correta.
3. As três características do fato social, segundo Durkheim, são:
 - a) organização, poder e manifestação.
 - b) organização, generalidade e exterioridade.
 - c) ação, coerção e organização.
 - d) generalidade, exterioridade e coercitividade.
 4. Quando uma pessoa envia uma correspondência:
 - a) está transmitindo uma informação para outra por meio de correspondência.
 - b) consiste em fato social, pois está ocorrendo uma característica própria de fato social.
 - c) está ocorrendo um fato social que é exterior ao indivíduo.
 - d) está ocorrendo uma ação social que é escrever, selar, enviar e receber a carta.
 5. Max Weber, sendo o primeiro a considerar a sociologia como ciência, demonstrou em seus estudos que:
 - I. A tarefa do cientista é descobrir os possíveis sentidos das ações humanas, presentes na realidade social que lhe interessa estudar.
 - II. Ao cientista compete a função de captar o sentido produzido pelos diversos agentes em todas as suas consequências.

- III. As três características do fato social são a coerção social, exterioridade e a generalidade.
- IV. A ação ocorre na maneira pela qual o indivíduo age ou atua no ambiente.

Estão corretas:

- a) I, II, III, IV
- b) I, II e IV
- c) I e II
- d) II e IV
- e) III e IV

6. Durkheim, ao estudar a sociologia, demonstrou que os fatos sociais possuem características próprias. De acordo com essas características, Durkheim aconselha que:

- I. aos fatos sociais podem ser estudados como “coisa” exterior ao indivíduo.
- II. o pesquisador em suas análises deve ser neutro em relação aos fatos.
- III. em relação aos fatos estudados, o pesquisador tem de deixar de lado seus sentimentos e valores.

Assinale:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas III está correta.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) I, II e III estão corretas.

7. Quando estudamos os fenômenos sociais devemos:

- a) olhar os fatos sociais com sentimento de valorizar as coisas como realmente acontecem.
- b) tratar os fatos sociais como coisa, podendo estudá-la de forma objetiva e científica.
- c) estudar os fatos sociais sem a preocupação de explicar suas causas e efeitos.
- d) valorizar nossos sentimentos ao estudar os fatos sociais para garantir o sucesso dessa ciência.

8. O conceito de exterioridade baseia-se:

- a) nas normas de conduta dos pensamentos.
- b) no poder coercitivo que se opõem ao indivíduo.
- c) na concepção de Durkheim de consciência coletiva.
- d) nos costumes da sociedade, por não ser uma transformação contínua.

9. Na interpretação de Max Weber, a sociologia é:

- a) uma ciência cujo objetivo é compreender de forma clara a conduta humana e fornecer explicação causal de sua origem e resultados.
- b) uma ciência que tem como critério estudar a história dos fatos como realmente acontecem, valorizando as condutas, sem a necessidade de explicar suas origens.
- c) uma explicação dos fatos como realmente acontecem, conduzindo-a a uma realidade aparente.
- d) uma ciência racional que estuda as formas e os efeitos da história humana.

10. Segundo Max Weber, a ação afetiva é:

- a) determinada por suas crenças em valores éticos, estéticos, religiosos entre outros.
- b) determinada por costumes enraizados na sociedade.
- c) determinada por afeto e estado de sentimento.
- d) determinada pela coerção que os fatos sociais exercem sobre os indivíduos.

Descomplicando a sociologia

(Seduc-CE) A “consciência coletiva”, para Durkheim, dizia respeito a:

- a) morfologia social
- b) crenças e sentimentos
- c) divisão do trabalho
- d) solidariedade mecânica

Resolução e comentários

A consciência coletiva para Émile Durkheim é a somatória de crenças e sentimentos de membros de uma mesma comunidade. No caso das sociedades primitivas, as mesmas são caracterizadas pela solidariedade mecânica, pois apresentam semelhanças entre os membros.

Portanto, a alternativa correta é a alternativa **b**.

Conceito de estratificação Social

Estratificação social é a organização da sociedade em camadas, grupos sociais, ou seja, pessoas ocupando posições socialmente diferentes.

A estratificação é fruto das desigualdades sociais entre os indivíduos de uma determinada sociedade, que apresentam diferenças de riqueza, poder e prestígio.

Os três principais tipos de estratificação social são:

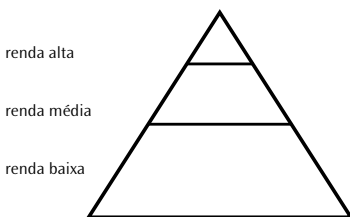
- **Estratificação econômica:** fundamenta-se na posse de bens materiais, onde se encontram pessoas ricas e pobres.
- **Estratificação política:** fundamenta-se no grupo que tem poder e no que não tem poder, ou seja, os grupos que mandam na sociedade.
- **Estratificação profissional:** fundamenta-se nos diferentes graus atribuídos a cada profissional.

Todos os aspectos de uma sociedade, sejam eles econômicos, políticos ou sociais, estão interligados.

Em uma sociedade, observa-se que os aspectos econômicos são muito mais importantes do que os outros tipos na caracterização dessa sociedade.

Desse modo, quando um indivíduo possui um poder aquisitivo elevado, sua posição de poder será valorizada, ele ocupará os melhores cargos e sua profissão será também mais valorizada dentro da sociedade, observando-se, dessa forma, a desigualdade social.

Para uma melhor compreensão dos fatores que fazem parte de uma sociedade em que ocorre a desigualdade social, podemos representá-la através de uma pirâmide, na qual os grupos sociais são classificados conforme o nível de sua renda. Observe:



A hierarquia social divide a sociedade em estratos ou camadas mais ou menos fixas. A divisão em camada ou estrato pode se dar em: **castas** (como na Índia); **estamentos** (como na Europa Ocidental durante a Idade Média); **classes sociais** (nos países capitalistas).

São vários fatores que diferenciam os grupos e os indivíduos de uma sociedade, sendo, portanto, uma hierarquia de posições que se dividem em estratos ou camadas. Em uma sociedade, os grupos ou indivíduos não possuem a mesma posição nem o mesmo prestígio, não existindo, assim, sociedade pura.

Ao longo do tempo, diversos estudiosos e sociólogos apresentaram teorias acerca da estratificação. Karl Marx, por exemplo, foi um dos primeiros autores a tratar desse problema. Para ele, o que determina a estratificação é o fator econômico. Por outro lado, Max Weber, em seus estudos, acreditava que não era apenas o fator econômico; por isso, apresentou três dimensões da sociedade, que são:

- **Ordem econômica:** representada pela classe, que está estratificada de acordo com suas relações com a produção e a aquisição de bens; é representada pelos rendimentos, bens e serviços que o indivíduo possui;
- **Ordem social (status):** é representada pelo estilo de vida, pelo prestígio de honra desfrutado, em função do consumo de bens;
- **Ordem política:** representada pelo partido, manifesta-se através da distribuição de poder entre os partidos políticos, ocorrendo a estratificação através da distribuição de poder entre os membros dos grupos. Para Weber, essas dimensões possuem estratificação própria.

Para o sociólogo russo Pitirim Sorokin (1889-1968), a estratificação apresenta três formas dependentes e recíprocas. São elas:

- **Estratificação econômica:** divisão entre ricos e pobres através da situação econômica ou financeira, manifesta-se de forma concreta no nível de vida, na posse de bens, podendo surgir nos diferentes tipos de sociedades capitalista ou socialista, não importando a forma de governo ou organização política;
- **Estratificação política:** a desigualdade política ocorre pela diversidade em decorrência da distribuição desigual de poder, de autoridade, de prestígio, de honra e de título. Essa estratificação ocorre independente da constituição particular da sociedade.
- **Estratificação profissional:** na sociedade profissional observa-se diferenças nas ocupações, fazendo com que o indivíduo ganhe prestígio ou não, dependendo do tipo de atividade exercida ou do grau hierárquico de sua função.

Melvin Marvin Tumin (1919), sociólogo recente, trata a desigualdade social e a estratificação social como sinônimos. Para esse autor, a estratificação é compreendida como a “disposição de qualquer grupo ou sociedade numa hierarquia de posições desiguais com relação a poder, propriedade, valorização social e satisfação psicológica”.

Para Tumin, o poder se dá quando uma pessoa recebe uma remuneração e esta, passando a ser sua propriedade, o possibilita a adquirir serviços ou bens (joias, imóveis, automóveis), o que o leva a obter certo prestígio social. Esse indivíduo passa a ser valorizado pelo que possui, sentindo assim orgulho e prazer, o que é considerado satisfação psicológica. Essa satisfação em possuir bens e até mesmo a forma como é valorizado diferencia-se de um indivíduo para outro.

Tanto na sociedade quanto nos indivíduos, o que importa é como se dá a distribuição dos bens. Por exemplo, em uma sociedade industrial urbanizada, a distribuição dos bens se dá de acordo com a posição ou **status** do indivíduo, sobretudo se ele possui uma profissão que lhe garante algum *status*.

A sociedade possui diversos estratos organizados hierarquicamente, conforme a quantidade de poder, propriedade, valorização e satisfação psicológica.

Os estratos consistem em *status* socialmente definidos que recebem cotas determinadas de poder, propriedade e prestígio. Dessa forma, estrato pode ser definido como conjunto de pessoas que, em uma determinada sociedade e em dado período, tem *status* equivalente ou semelhante, distinto dos *status* dos demais componentes dessa sociedade.

São diversos e variados os critérios que os pesquisadores atuais utilizam para analisar e investigar de forma empírica a divisão social da sociedade, e também como ocorre essa estratificação.

Do mesmo modo, são diversos os critérios usados nas investigações para estabelecer a estratificação. Exemplos: riqueza, prestígio da ocupação, montante e origem dos rendimentos, educação, zonas residenciais, origem étnica, entre outros critérios.

Para os sociólogos contemporâneos Kingsley Davis (1908-1997) e Wilbert E. Moore (1914-1987), “toda a sociedade, tanto do passado como a presente, mostra que não existe uma sociedade estratificada, isso porque a estratificação é universal e representa a distribuição desigual de direitos e obrigações no interior da sociedade”.

A estratificação social varia, dependendo do tipo de sociedade. Cabe aos pesquisadores observar, investigar e analisar a maneira como as pessoas estão hierarquicamente organizadas para contextualizar de forma científica como ocorre essa divisão social.

Tipos de estratificação social

Castas

Na Índia, por força da tradição, as castas permanecem fortemente enraizadas, apesar de legalmente não mais existirem. Nesse ambiente,

Saiba



As castas são grupos sociais fechados. O casamento só é permitido com membros da mesma casta.

Tradicionalmente, os filhos seguem a profissão herdada do pai.

A pessoa que nasce em uma casta deve permanecer o resto de sua vida nela. Ao nascer, sua posição social já está definida, não podendo subir socialmente por qualificação ou profissão.



A sociedade indiana ainda hoje é fortemente marcada pelas castas.

a estratificação social ocorre de maneira rígida e fechada, não oferecendo mobilidade social.

Os sacerdotes e mestres da erudição sacra, que são os brâmanes, ocupam o grau mais elevado da sociedade; a seguir vêm os guerreiros pertencentes à aristocracia militar e também os governantes, encarregados de manter e proteger a ordem social e o sagrado saber, sendo denominados de **xátrias**. Em terceiro lugar, estão os **vaícias**, que são os comerciantes, os artesãos e os camponeses. Os **sudras** constituem a casta mais baixa, fazem trabalhos manuais e atividades servis de toda espécie.

Os grupos de miseráveis não possuem nenhum direito de prestígio, não têm uma profissão definida e normalmente transmitem repugnância às outras pessoas. Vivem da compaixão dos outros. Socialmente, não é permitido que se banhem no rio Ganges e nem podem ler os livros sagrados.

Nessa sociedade, o povo acredita que “no princípio de toda a criação, foram introduzidas quatro castas, que são eternas, que se originaram de diferentes partes das divindades”.

Foi por volta de 1400 a.C. que esse sistema de casta foi introduzido na Índia pelos conquistadores arianos. Por ser muito rígido, o sistema de casta fez com que o povo indiano perdesse o sentimento de igualdade e se submetesse a esse sistema que permanece até hoje.

A estratificação na Índia desenvolveu o conceito de seres superiores e inferiores. Lá, esse sistema é tão relevante que, para o povo, a evolução do espírito depende da aceitação passiva de se manter nas

normas de casta, com a casta mais baixa servindo a casta superior e aceitando a desigualdade social.

Apesar de todo o desenvolvimento econômico influenciado pela industrialização, nas aldeias ainda permanece esse rígido sistema de castas devido à influência religiosa que está enraizada no íntimo de cada indiano. Contudo, nos grandes centros, iniciou-se o rompimento do sistema de casta.

Mesmo com a abolição oficial da casta por meio da lei Constitucional de 26 de novembro de 1947, que dá o direito de igualdade a todos os cidadãos, sendo proibido qualquer tipo de rejeição na sociedade hindu, verifica-se que essa lei nada significa, principalmente nas pequenas aldeias, onde as castas superiores não querem perder seus privilégios e as castas inferiores continuam sendo rejeitadas e humilhadas, não tendo acesso à educação, tendo os piores empregos, como, por exemplo, limpadores de fossa. Nos dias atuais, suas condições de vida permanecem as mesmas.

A diferença de castas para muitos sociólogos e historiadores ocorre devido ao contato de raças diferentes em decorrência de conquistas, como é o caso da Índia.

A palavra **casta** é de origem portuguesa, e para os indianos corresponde a **varna**, cujo significado é **cor**. Em consideração às ascensões regionais, ocorre certa relação entre as castas com referência à cor, sendo que a cor das castas superiores é mais clara que a das inferiores.

O economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987), em sua análise sobre a relação entre negros e brancos, nos Estados Unidos da América, utilizou o mesmo conceito com relação à cor. No processo histórico, o contato do branco com o negro ocasionou uma relação parecida com a do sistema de casta, na qual o branco impôs uma suposta superioridade sobre o negro, classificando-o como ser inferior, não havendo, geralmente, a possibilidade da mistura entre negros e brancos através do casamento, e não ocorrendo assim a mobilidade social.

Nos Estados Unidos da América, por força da influência religiosa, não se manteve forte o sistema de casta como ocorreu na Índia, pois o cristianismo¹³ é uma religião que preza igualdade entre homens e

13 O cristianismo é uma religião monoteísta que tem como princípio os ensinamentos de Jesus Cristo que estão registrados nos evangelhos de Marcos, Mateus, Lucas e João.

perante Deus. Por esse motivo, a escravidão nos Estados Unidos foi abolida; e também por ocorrerem diversos conflitos a partir de movimentos de descontentamento em relação à escravidão.

Os negros nos Estados Unidos nunca aceitaram o regime de escravidão, assim como também havia brancos que não aceitavam as condições dos negros. Mesmo com o descontentamento de negros e brancos, as características de casta estavam presentes e permaneceram por um século após o fim da escravidão.

Podemos considerar que, em determinadas sociedades históricas, existiu o sistema de casta, como: no Japão medieval, no Egito, na Alemanha nazista — com a divisão entre arianos e não-arianos — e na África do Sul com o **apartheid**, que determinava a separação entre negros e brancos.

No mundo inteiro, e ao longo de toda a história da humanidade, multiplicaram-se os fenômenos de classe e casta. Mesmo com todos os protestos e as manifestações em prol de igualdade social, as diferenças de classes sempre existiram e permanecem nas sociedades.

Estamento ou estrato

O sistema de estamento vigorou na Europa Ocidental durante o feudalismo, no período medieval.

O estamento é uma sociedade semelhante à casta, só que um pouco mais aberta. As divisões sociais no estamento são reconhecidas por leis que estão em geral ligadas ao conceito de honra.

Nesse tipo de sociedade, a mobilidade social era difícil de ocorrer, mas não totalmente impossível como na sociedade de castas. A mobilidade social era possível quando a Igreja escolhia pessoas menos favorecidas economicamente como membros; quando ocorria a libertação de um servo pelo seu senhor; quando um homem pobre recebia títulos permitidos pelo vassalo, ou pelo casamento de uma filha de um comerciante rico com uma pessoa pertencente à nobreza. Contudo, dificilmente ocorria a mobilidade na sociedade estamental. Geralmente, o indivíduo permanecia durante toda a vida no mesmo estamento que nascia.

A nobreza e o alto clero eram os donos das terras e obtinham rendas através da exploração dos servos. Os nobres exerciam o poder judi-

ciário e ocupavam-se da guerra e da caça. O alto clero compunha-se de cardeais, sacerdotes, arcebispos, bispos e abades, que eram eclesiásticos vindos da nobreza, uma camada letrada que desempenhava funções administrativas.

Os comerciantes, apesar de possuírem riquezas, não tinham poder como tinha a nobreza. Os artesãos viviam nas cidades reunidos em associações, os comerciantes livres trabalhavam a terra e vendiam os produtos nas cidades, o baixo clero era de origem pobre, vivia com o povo, prestando assistência religiosa.

Os servos trabalhavam a terra, e parte de sua produção era cedida para seu senhor. Por estarem ligados à terra, tinham novo senhor quando a terra passava a um novo dono.

Faziam parte da nobreza os guerreiros, com o poder de posse de terras, ligados por laços de vassalagem e de fidelidade. Os feudos eram terras imensas que eram exploradas; e, quando alguém recebia essas terras, ficava ligado ao vassalo pelo grau de fidelidade. O que impedia a organização dos estamentos eram as disputas pela posse de terra. Tinha mais poder e privilégio quem tinha maior quantidade de propriedades.

O clero era o grupo mais organizado; quando necessário, recrutava pessoas de outro estamento. Os que eram de origem da aristocracia e da burguesia e que tinham uma certa influência eram do alto clero, os dos outros estamentos pertenciam ao baixo clero. O clero era um grupo poderoso, que tinha acesso à leitura, conhecimento e riqueza.

Bibliothèque Nationale, Paris



Entrada de Filipe, o Bom, em Gante. Miniatura que representa diferentes estamentos da sociedade medieval.

O filósofo, historiador e sociólogo alemão Hans Freyer (1887-1969) ao se referir à sociedade estamental disse: “é como uma fase determinada na história das formas sociais de dominação; como um elemento na série das estruturas sociais fundamentais”.

Para Freyer, na medida que a classe dominante — aristocracia e o clero — ia se fortalecendo em seu poder, o sistema tornava-se duradouro como também a desigualdade dos direitos e deveres.

Os diferentes estamentos dentro da sociedade feudal desenvolveram sistemas de privilégios e atividades sociais. A classe dominante, por estar mais organizada, tratou de dar continuidade ao sistema e de realizar, de forma tradicional, os deveres que são próprios de cada estamento.

Para Hans Freyer, “essa estrutura da sociedade, segundo privilégios específicos e atividades atribuídas, se realiza naturalmente de cima para baixo; isto é, estabelecido por aqueles que detêm a dominação”. Os privilégios e as atividades têm início nas classes dominantes e vai se prolongando até as classes inferiores.

Não deixando haver nenhuma possibilidade de mobilidade, a classe dominante, para se manter no poder, teve inicialmente suas atividades voltadas para serviços de guerra, cargos públicos, propriedade de terra e também serviços ligados à Igreja. Em hipótese alguma executavam quaisquer serviços manuais ou do comércio.

O estamento, de forma geral, desenvolveu características no conceito de honra; modo específico de vida de cada estamento, dando origem a um tipo de ser humano, devido a sua atividade e posição em cada estamento.

Por ser uma camada fechada, sem a possibilidade de as camadas inferiores fazerem parte dela, mantinha-se no poder graças à submissão dos grupos inferiores. A forma de dominação sobre a camada inferior tornava impossível abalar a estrutura, reforçando cada vez mais a dominação aristocrática.

Em toda forma de dominação há desigualdade de direitos e privilégios, o que ocasiona revoltas, agressões e manifestações; contudo, os estamentos inferiores do período feudal não tinham a pretensão de ir contra o sistema estamental superior; quando se manifestavam era para lutar por igualdade de direitos e privilégios entre si.

Em toda estrutura que tem formação na dominação de grupos que são considerados inferiores há desigualdade de privilégio e direitos. Para Pitirim Sorokin, os estamentos superiores não são tão organizados em relação ao estamento inferior. Ele analisa o estamento superior contextualizando que, nos estamentos, não existe uma organização em relação ao inferior; o que há é uma coletividade sem organização alguma.

Para Sorokin, a dominação é hereditária (de pai para filho), não é fechada como o sistema de casta. O que há é um laço de ligação que mantém o estamento superior através de direitos, deveres, privilégios e obrigatoriedade do pagamento de impostos ao Estado.

Apenas uma pequena parcela do estamento possuiu um grau de vínculo com a linguagem e a raça comum; são pouquíssimos os grupos estamentais que mantêm um laço de parentesco.

Com o surgimento das cidades e o desenvolvimento do comércio, surgiu uma outra classe: a burguesia, que, aos poucos, foi adquirindo poder em relação aos nobres.

O estamento burguês especializou-se em diversos tipos de atividades. Enriquecendo, a burguesia passou a exigir maior liberdade e participação nas atividades políticas, além do rompimento dos laços com o senhor feudal, para que o comércio pudesse crescer cada vez mais.

Classes sociais

Na sociedade capitalista, alguns proprietários são donos do meio de produção, e a maioria representa a força de trabalho.

Nessa sociedade, ocorre a desigualdade social. Os proprietários, donos dos meios de produção (máquinas, terras etc.), possuem a renda mais alta, os de renda média são os trabalhadores de trabalho qualificado, os de renda baixa são os trabalhadores de mão de obra não qualificada.

Os donos dos meios de produção são os que gozam de maior prestígio social, têm mais privilégios e mais poder. A distribuição de poder baseia-se na posição dos indivíduos com relação aos elementos da produção.

Os que possuem os meios de produção têm um maior nível de consumo e mais prestígio social que os trabalhadores que possuem apenas seu trabalho, não desfrutando das mesmas condições dos do-

nos da produção, vendo-se obrigados a trabalhar para os proprietários recebendo em troca uma remuneração.

Sendo assim, podemos definir classe social como grupo de pessoas que apresentam uma mesma situação ou *status* social similar com relação aos elementos de produção ou a outros critérios, sobretudo o econômico.

A sociedade pode ser classificada de acordo com o nível de consumo de seus membros. Os donos dos meios de trabalho adquirem bens e serviços de luxo, os trabalhadores que possuem mão de obra qualificada adquirem bens por preços intermediários, já os trabalhadores de mão de obra não qualificada somente adquirem bens de primeira necessidade.

Na sociedade capitalista, a classe social está classificada da seguinte forma:

- **Classe alta:** indivíduos com grande poder aquisitivo; são os proprietários do grande capital, os grandes industriais, os banqueiros e os grandes comerciantes, além dos grandes proprietários de terras.
- **Classe média:** indivíduos com renda e poder aquisitivo medianos; são aqueles que vivem do pequeno capital, das pequenas indústrias (microempresários) e dos pequenos comércios, também os pequenos produtores agropecuaristas e os profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, dentistas, entre outros).
- **Classe baixa:** camada de pequeno poder aquisitivo e baixa renda; trabalhadores com pouca qualificação, do comércio informal, desempregados; os que vivem, geralmente, com uma renda pequena e insuficiente para o dia a dia.

Nas investigações sobre as classes sociais, só é possível compreender os aspectos sociais da sociedade capitalista levando em conta os aspectos econômicos.

Estudos a respeito de classes sociais

Como vimos, há diversas teorias científicas para definir o conceito de classes sociais. O contemporâneo sociólogo norte-americano Gerhard Emmanuel Lenski (1924) afirma que “durante séculos, houve uma ten-

dência, por parte dos conservadores, de interpretar a classe social como uma necessidade funcional para a sobrevivência da sociedade”.

Atualmente, a classe social é vista como uma necessidade funcional. Lenski, ao reunir diversas teorias sobre classe social, sustentou o conceito de classe social como *uma necessidade*, porque a sociedade está dividida de acordo com o seu grau de domínio econômico.

Os sociólogos italianos Gaetano Mosca (1858-1941) e Vilfredo Pareto (1848-1923), ao definirem classe social, e na tentativa de provar sua necessidade, foram mais longe. Para eles, nos modernos sistemas industriais ocorre a circulação de elites; portanto, não há nenhuma classe dominante permanente.

O termo classe social pode ser definido como um grupo de indivíduos segundo seu poder aquisitivo. No sistema de casta, por exemplo, a sociedade estava dividida por camada social. A diferença dos outros grupos, seja do sistema capitalista ou feudal, é que não existia a mobilidade social; a pessoa que nascia na casta considerada baixa permanecia na mesma, sendo impossível mudar de *status*, como ocorre no sistema capitalista.

Segundo Karl Marx, “as classes sociais estão associadas à divisão do trabalho. São grupos coletivos que desempenham o mesmo papel na divisão do trabalho num determinado modo de produção”. Na visão marxista, em toda sociedade, não importa se pré-capitalista ou com característica capitalista, a classe dominante controla direta ou indiretamente o Estado.

No sistema capitalista industrial, a sociedade pode ser classificada em três níveis diferentes: a classe alta, a classe média e a classe baixa. Nos países subdesenvolvidos, a classe média é a minoria e a classe baixa é a grande massa da população. A partir desta divisão é possível encontrar outras classes:

- **Classe altíssima:** composta por indivíduos que se destacam economicamente (elite). Exemplo: os donos das empresas de origem familiar tradicionalmente rica.
- **Classe alta:** composta por indivíduos que se tornaram ricos por receberem uma boa remuneração.

- **Classe média alta:** composta por indivíduos com uma remuneração razoável, como médicos e advogados, entre outros.
- **Classe média:** composta por indivíduos que recebem uma remuneração mediana, como gerentes, arquitetos, professores, entre outros.
- **Classe média baixa:** composta por indivíduos que recebem um salário mais baixo, como secretários, vendedores, recepcionista, entre outros.
- **Classe baixa:** composta por indivíduos que exercem trabalhos braçais, como os operários, serventes, garis, entre outros.
- **Classe dos miseráveis:** composta por pessoas que não representam mão de obra especializada, não possuem escolaridade suficiente para o campo de trabalho, por isso se tornam excluídas, sendo desprezadas pela sociedade de forma geral.

No mundo capitalista contemporâneo, quanto mais poder econômico um indivíduo possui, mais assume seu papel de classe dominante na sociedade, adequando sua estrutura social para perpetuação da exploração, controlando as outras classes de poder aquisitivo menor, para, assim, continuar no poder.

Exclusão social

As desigualdades sociais geram desfavorecimentos ou **exclusão social**, que é uma forma de levar o indivíduo a se afastar e se isolar da sociedade, sem poder exercer sua cidadania, gozar seus direitos ou cumprir seus deveres. A falta de acesso a oportunidades oferecidas pela sociedade a seus membros é uma forma de exclusão social.

A exclusão social atinge basicamente todas as áreas e setores da sociedade, bem como todos os gêneros e idades. Ela manifesta-se no mercado de trabalho (desemprego de longa duração, baixos salários); no acesso à moradia e aos serviços públicos de saúde, educação, iluminação e saneamento básico; no acesso aos bens públicos. Atinge idosos desprotegidos, mendigos, sem-teto, analfabetos, crianças trabalhadoras, índios, negros, mulheres, homossexuais etc.

1. (Seduc-CE) A organização hierárquica da sociedade em castas, estamentos ou classes é denominada:
a) territorialização c) estratificação
b) oligarquia d) mobilidade
2. (Seduc-CE) Socialização é o processo através do qual:
a) divulga-se o comunismo
b) a sociedade se renova
c) o indivíduo internaliza os padrões sociais
d) grupos se tornam solidários
3. Podemos entender que estratificação social é:
a) a economia dividida entre os operários.
b) a igualdade entre todos os indivíduos na sociedade.
c) divisão da sociedade em camada social.
d) a riqueza que cada um possui.
4. Segundo Marx, qual é o fator determinante para a estratificação?
a) A divisão da sociedade em camadas que ocasiona a estratificação.
b) São os fatores econômicos que determinam a estratificação.
c) São as sociedades fechadas como a de casta.
d) São as estruturas sociais observadas em cada camada.
5. No conceito de Sorokin, a estratificação pode ser classificada em três tipos fundamentais que são:
a) estratificação econômica, estratificação política e estratificação profissional.
b) estratificação de casta, estratificação estamental e estratificação de classe social.
c) estratificação de classe alta, de classe média e de classe baixa.
d) estratificação de ricos, pobres e miseráveis.
6. Na sociedade de casta, o casamento entre os membros só é permitido da seguinte forma:
a) Com membros de outras castas, pois é uma sociedade aberta que possibilita a mobilidade entre os grupos.
b) Com a permissão dos mais velhos quando o grupo de casta pertencer a casta inferior.
c) Entre os membros da casta inferior com a superior.
d) Com membros da mesma casta, pois é uma sociedade fechada, não permitindo a mobilidade social.
7. Em 1947, foi elaborado um decreto que colocou fim na estratificação de casta na sociedade indiana. O que aconteceu na Índia após este decreto?

- I. O sistema de casta permaneceu, principalmente nas aldeias, de uma forma rígida.
 - II. A influência religiosa está enraizada no íntimo de cada pessoa, não possibilitando o fim desse sistema.
 - III. Nas pequenas aldeias, os de casta superior não querem perder seus privilégios, e os de casta inferior continuam sendo humilhados.
- a) Apenas as afirmações I e II estão certas.
 - b) Apenas a afirmação III está certa.
 - c) Apenas as afirmações I e III estão certas.
 - d) Apenas as afirmações II e III estão certas.
 - e) As afirmações I, II e III estão certas.
- 8. O estamento pode ser definido como uma sociedade:**
- a) semelhante à de casta por ser rigidamente fechada.
 - b) fechada, que ocorreu no período moderno, no início da industrialização.
 - c) semelhante à de casta, porém mais aberta que a do período medieval.
 - d) aberta, permitindo a mobilidade social, ocorrida no período medieval.
- 9. Na sociedade estamental, a divisão social constituía-se da seguinte forma:**
- a) Nobreza, alto clero, escravos e casta.
 - b) Aristocracia, alto e baixo clero e nobreza.
 - c) Nobreza, alto e baixo clero, comerciantes e guerreiros.
 - d) Nenhuma das alternativas está correta.
- 10. Na sociedade capitalista ocorre:**
- a) desigualdade social, porque são diferentes as relações que as pessoas mantêm com o trabalho.
 - b) distribuição de poder baseada na posição dos indivíduos com relação aos elementos da produção.
 - c) desigualdade social, pois a sociedade está organizada em classe alta, média e baixa.
 - d) Todas as alternativas estão corretas.
- 11. (UEL-PR) Leia o texto:**
- O sentimento que experimento ao avistar de longe a favela da Rocinha esparramada no morro é idêntico ao de ter visto pela primeira vez, na África do Sul, o bantustão de Soweto, o gueto formado a pulso pelo regime racista do *apartheid* a partir dos anos de 1950. Lá está a sudoeste de Joanesburgo, o aglomerado de barracos também de madeira, zinco e papelão, lá está o gigantesco Soweto, o maior núcleo urbano da África do Sul, tão sólido quanto a Rocinha parece definitiva. No Rio de Janeiro, meu medo não é da "violência" nem do "crime": é medo da estratificação social e da pobreza irredutível.

Marilene Felinto. Movimento Viva Rio ou a calamidade pública no Rio de Janeiro.
In: *Caros Amigos*, ano VIII, n. 7, p. 6, abr. 2005.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A exclusão na cidade do Rio de Janeiro difere daquela que ocorre no sistema do *apartheid* da África do Sul, pois, nessa cidade brasileira, seu fundamento está circunscrito à questão racial.
- b) Soweto e Rocinha constituem-se em exemplos de bairros de maioria negra, cujos altos índices de pobreza foram equacionados pela forte atuação de políticas públicas.
- c) A autora adverte sobre a existência de situações sociais similares entre o Brasil e a África do Sul, apesar de a Legislação brasileira ser politicamente oposta à sul-africana no que se refere aos dispositivos legais relativos à discriminação.
- d) A África do Sul e o Brasil foram os últimos países a extinguir a escravidão, processo resultante de políticas públicas internacionais que elevou a situação econômica da população negra.
- e) A autora defende a necessidade de eliminação do regime de *apartheid* brasileiro como solução para os problemas de exclusão social no país.

Descomplicando a sociologia

(Enade 2008) Nos anos recentes, a noção de exclusão social tem sido utilizada como um conceito teórico pelas ciências sociais e como uma categoria empírica pelos movimentos sociais e na gestão pública. Embora não haja consenso sobre o conceito de exclusão, há alguns aspectos frequentemente lembrados a esse respeito: ruptura de laços sociais; precária inserção no mundo do trabalho e baixas condições de qualidade de vida; frágil incorporação dos direitos de cidadania. Considerando como válidos esses aspectos, é correto afirmar que haverá exclusão social quando houver:

- I. relações de conflito em uma sociedade.
- II. trabalho infantil.
- III. trabalho para todos, mas com remuneração diferenciada.
- IV. falta de saneamento básico em algumas comunidades.
- V. baixo índice de eleitoras mulheres.

Estão certos apenas os itens

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e V.
- e) II, IV e V.

Resolução e comentários

A alternativa correta é a **e**, que classifica trabalho infantil, ausência de saneamento básico e baixo número de mulheres eleitoras como exclusão social. Conflitos sociais e valores diferenciados de remuneração não constituem em si exclusão social.

6

Antropologia social

O surgimento da antropologia

A palavra *antropologia* origina-se da língua grega, sendo a fusão de dois termos: *antropos*, que significa *homem*, e *logia*, que vem de *logos*, cujo significado é *razão, pensamento, estudo*. Assim, antropologia significa a *ciência do homem, da humanidade e da cultura*.

Seu campo de atuação é bastante amplo, abrange todos os povos organizados socialmente em todos os períodos históricos. Divide-se em antropologia física ou biológica e antropologia cultural.

Apesar de ser uma ciência nova, a antropologia já existia no período da filosofia pré-socrática, pois alguns filósofos já estudavam as relações sociais entre as pessoas. Porém, foi somente na Antiguidade Clássica que as relações humanas passaram a ser tema de debates. Diversos povos, como chineses, gregos e romanos, fizeram registros sobre outras culturas. Desse modo, a antropologia já existia nesse período, mas não de forma organizada nem como ciência.

Os estudos que existiam até o século XVIII, sobre povos primitivos, baseavam-se em relatos e informações de viajantes, comerciantes e missionários, ou seja, pessoas totalmente leigas no aspecto antropológico, que não eram treinadas para perceber a realidade daqueles povos nem realizar uma análise antropológica; simplesmente passavam informações de como viviam, quais eram seus costumes e tudo que se relacionava aos mesmos, sob a ótica deles. Somente após o iluminismo a antropologia passou a constituir uma ciência que analisa as raças humanas em seu aspecto cultural.

No século XIX, duas obras de Charles Darwin — *A origem das espécies* (1859) e *A descendência do homem* (1871) — fazem surgir a teoria evolucionista e, conseqüentemente, a antropologia biológica ou antropologia física, que via os aborígenes como primitivos, e a

sociedade europeia como o auge da evolução. Em outras palavras, acreditava-se que a sociedade europeia era superior aos aborígenes, e, por esse motivo, consideravam-se justa a dominação que os europeus exerciam sobre tais povos.

A visão que se tinha era que somente os europeus eram civilizados, detentores de uma cultura superior, e os outros povos não-civilizados eram inferiores, sendo essa uma visão etnocêntrica.

Até o século XX, acreditava-se que as diferenças biológicas existentes entre as pessoas levavam a uma diferença cultural, predominando a ideia de sociedade primitiva e complexa, seguindo uma linha evolutiva.

Em 1927 a antropologia passou a ser disciplina de ensino em Paris; contudo, alguns acontecimentos a precederam, como exposto a seguir.

O antropólogo e etnólogo norte-americano Lewis Henry Morgan (1818-1881) já havia precedido os estudos antropológicos, ao realizar uma pesquisa de campo entre os indígenas iroqueses dos Estados Unidos. Nessa investigação, coletou material valioso para sua reflexão sobre cultura e sociedade. Morgan é considerado um dos fundadores da antropologia moderna.

Também no final do século XIX, o antropólogo teuto-americano Franz Boas (1858-1942) coordenou uma equipe de observadores treinados no aspecto antropológico para participarem de uma expedição à ilha de Baffin (Baffinland), no norte do Canadá. Nessa ilha, durante os anos de 1883 e 1884, estudou os esquimós, e desenvolveu relevantes teorias antropológicas evolucionistas.

Finalmente, Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942), no século XX, faz com que a antropologia avance ainda mais, com seu método da “observação participante”.

Entre 1914 e 1918, Malinowski trabalhou em sua primeira monografia etnográfica na Nova Guiné, junto aos habitantes das ilhas Trobriand.

Os argonautas do Pacífico Ocidental, sua obra mais conhecida, foi desenvolvida nas ilhas Trobriand. Nessa obra, Malinowski faz uma análise do Kula, que é basicamente um sistema de trocas, ou seja, consiste em uma troca de bens entre tribos, entre os povos de ilhas vizinhas e somente entre eles.

Para esses povos, as trocas não representavam apenas uma cerimônia, mas também uma espécie de comércio, sendo basicamente um meio de socialização entre as tribos, envolvendo também a magia.

Vale ressaltar que os bens trocados no Kula não são bens essenciais. São decorativos, de dois tipos: colares de conchas vermelhas e braceletes de conchas brancas, sem valor monetário. Essa obra prioriza tudo que diz relação ao *kula*.

Malinowski foi um brilhante professor universitário e trabalhou com diferentes tribos da Austrália, EUA, África e México. Ele é considerado o pai do funcionalismo, pois fundou a escola funcionalista, abandonando o evolucionismo, que mais tarde será duramente combatido pelo estruturalismo.

Definição de antropologia social

A antropologia social é também chamada de antropologia cultural. Esse ramo da antropologia tem como objeto de estudo o ser humano na sociedade em seu aspecto cultural: formas de comunicação e tipos de organização familiar entre outros.

A antropologia cultural investiga a origem, o desenvolvimento, a história e a estrutura da cultura.

Os seres humanos se diferenciam dos outros animais em decorência do aspecto cultural, ou seja, do padrão de comportamentos socialmente aprendidos, e pela possibilidade de transmitir sua herança social ou cultural.

Malinowski revolucionou a antropologia ao iniciar um método totalmente novo para a investigação de campo: o funcionalismo.

O funcionalismo

O funcionalismo predomina na antropologia social e na sociologia do século XX, colocando em questão a necessidade de se fazer um estudo da sociedade em sua totalidade de estruturas sociais e culturais interdependentes. Cada uma delas tem uma função, sendo primordial a observação do participante.

Nas relações sociais, as funções eram vistas como obrigações e seriam o apoio da estrutura social. O funcionalismo é essencialmente o estudo das funções e de suas consequências.

Durante o século XIX, autores como o inglês Herbert Spencer (1820-1903), Fustel de Coulanges (1830-1889) e até mesmo Augusto Comte priorizaram teorias comportamentais baseadas na ideia de que a sociedade liga-se a organismos em que as partes (instituições) mantêm a vida da sociedade.

Émile Durkheim, em 1895, esboça a teoria do funcionalismo em sua obra *As regras do método sociológico*.

Entre 1920 e 1930, o britânico Radcliffe-Brown (1881-1955) e Bronislaw Malinowski desenvolvem o funcionalismo. Para Malinowski, o pesquisador deve em primeiro lugar observar minuciosamente toda a vida social da cultura estudada, para só depois interpretá-la.

Apesar de ambos serem funcionalistas, Malinowski ressaltava a necessidade do indivíduo, enquanto no funcionalismo de Radcliffe-Brown era priorizada a possível necessidade de um sistema social.

Os principais representantes do funcionalismo são: Bronislaw Malinowski, Radcliffe-Brown, Raymond Firth, Talcott Parsons, Robert Merton, Émile Durkheim e Herbert J. Gans.

O funcionalismo predominou durante o século XX, mas foi ultrapassado pelo estruturalismo.

O estruturalismo

Após o funcionalismo, surgiu uma nova abordagem antropológica, denominada estruturalismo.

A antropologia estrutural surgiu com o francês Claude Lévi-Strauss, na década de 1940. Opõe-se ao funcionalismo pelo fato de acreditar que para se entender a sociedade é necessário identificar os dados empíricos.

Para o estruturalismo, as culturas são definidas como sistemas de símbolos que são partilhados e estruturados por meio de princípios norteadores do funcionamento intelectual.

Na década de 1960, o estruturalismo ganhou mais expressão com os franceses Jacques Lacan (1901-1981), Roland Barthes (1915-1980) e Jacques Derrida (1930-2004), que estenderam o estruturalismo a outras ciências. Desde essa época, o estruturalismo foi sendo aplicado

a outras áreas do conhecimento. Na atualidade, o estruturalismo foi substituído pelo pós-estruturalismo e pelo desconstrutivismo.

Lévi-Strauss

Claude Lévi-Strauss nasceu em Bruxelas, Bélgica, em 1908. Sua família judia era composta por intelectuais.

Iniciou seus estudos acadêmicos na Universidade de Paris, onde estudou direito e filosofia. Foi professor de filosofia até 1934, quando passou a ser professor de sociologia no Brasil, na Universidade de São Paulo, permanecendo até 1937.

Lévi-Strauss percebeu que sua verdadeira vocação se encontrava na etnologia¹⁴ e, durante sua permanência no Brasil, fez várias expedições ao Brasil central, onde investigou os indígenas e seus costumes.

Em 1936, publicou seu primeiro trabalho antropológico: um estudo sobre os índios bororos. Em seguida, retornou para a França, mas entre 1938 e 1939 fez uma outra viagem ao Brasil.

Trabalhou na Nova Escola de Pesquisa Social em Nova Iorque, e também no Laboratório de Antropologia Social da Universidade de Paris.

UNESCO/Michel Ravassard/Creative Commons



Claude Lévi-Strauss

¹⁴ Etnologia é um ramo da antropologia, e tem como ocupação o estudo das culturas de forma analítica e comparativa.

Em 1949, publicou o livro *As estruturas elementares de parentesco*, no qual faz uma análise dos aborígenes da Austrália, demonstrando que as alianças entre eles são mais importantes que o parentesco. Lévi-Strauss baseou-se nas ciências para abraçar o estruturalismo, utilizando, sobretudo, a linguística. Para ele, nosso pensamento opera através de pares opostos.

Em 1959, passou a coordenar o departamento de Antropologia Social no Collège de France, onde permaneceu até sua aposentadoria, em 1982. Retornou ao Brasil em 1985.

Lévi-Strauss é considerado um dos mais relevantes etnólogos, antropólogos e pensadores do século XX. Seus estudos são extremamente importantes para a antropologia. Parte de sua vida está registrada no livro autobiográfico *Tristes trópicos* (1955), no qual fala sobre o seu exílio ocorrido na década de 1930, além de suas viagens ao Brasil central, e sua vocação para a antropologia.

Sempre acreditou que as características humanas são iguais em qualquer cultura; portanto, para ele, por exemplo, a mente do indígena é igual a de qualquer outro indivíduo não indígena pertencente a outra cultura qualquer.

Seu objetivo sempre foi descobrir as estruturas em que se apoiam os valores e costumes, que propiciam diferenças e semelhanças culturais.

Lévi-Strauss é considerado o fundador do estruturalismo, pois usou esse método em seus estudos. Para ele, o “estruturalismo é a procura por harmonias inovadoras”.

Lévi-Strauss é conhecido no mundo inteiro como o fundador da antropologia moderna.

1. A teoria evolucionista surgiu com a publicação das obras *Origem das espécies* e *A descendência do homem*, cuja autor é:
 - a) Albert Einstein
 - b) Galileu Galilei
 - c) Charles Darwin
 - d) Florestan Fernandes
 - e) Hans Staden
2. Analise qual afirmativa contém uma atitude etnocêntrica:
 - I. os europeus pertencerem a uma cultura inferior, e outros povos não civilizados também serem inferiores;
 - II. os alemães na época do nazismo implantarem a teoria da raça pura, onde a raça ariana era superior à semita;
 - III. somente os europeus serem civilizados, e os aborígenes inferiores;
 - IV. na época da colonização portuguesa, os portugueses se acharem superiores aos índios;
 - V. qualquer povo se achar superior a outro.
 - a) I e IV são atitudes etnocêntricas.
 - b) II e IV são atitudes etnocêntricas.
 - c) I, III e IV são atitudes etnocêntricas.
 - d) somente a I está errada.
 - e) todas estão erradas.
3. Quem foi o fundador da escola funcionalista?
 - a) Émile Durkheim
 - b) Florestan Fernandes
 - c) Lévi-Strauss
 - d) Bronislaw Kasper Malinowski
 - e) Lewis Henry Morgan
4. Qual é o ramo da antropologia cujo objeto de estudo é o ser humano na sociedade em seu aspecto cultural?
 - a) antropologia física
 - b) antropologia biológica
 - c) antropologia social
 - d) antropologia estrutural
 - e) nenhuma das alternativas
5. De acordo com o estruturalismo:
 - a) a sociedade funciona como um sistema de casta.
 - b) as culturas são definidas como sistemas de símbolos que são partilhados e estruturados.

- c) todas as culturas dão importância para o poder econômico.
 - d) as sociedades devem ser estudadas em sua totalidade de estruturas sociais e culturais.
 - e) as culturas não são sistemas de símbolos.
- 6. O Kula, estudado por Bronislaw Malinowski, implica em:**
- I. um sistema de compras entre tribos vizinhas, onde o dinheiro tem muita importância;
 - II. um sistema de troca entre tribos;
 - III. comércio entre tribos, como no capitalismo;
 - IV. um sistema de integração entre tribos.
- a) I e IV estão corretas.
 - b) II e III estão corretas.
 - c) II e IV estão corretas.
 - d) somente IV está correta.
 - e) todas as afirmativas estão corretas.
- 7. Na obra *As estruturas elementares de parentesco*, Claude Lévi-Strauss faz uma análise das alianças realizadas por aborígenes:**
- a) do Brasil.
 - b) do México.
 - c) da Argentina.
 - d) do Peru.
 - e) da Austrália.
- 8. A antropologia social, também chamada de antropologia cultural, tem como objeto de estudo:**
- a) o ser humano na sociedade em seu aspecto religioso.
 - b) Populações rudimentares sem acesso à civilização.
 - c) as classes sociais existentes nas sociedades contemporâneas.
 - d) a descendência dos seres humanos.
 - e) o ser humano na sociedade em seu aspecto cultural.

Descomplicando a sociologia

(Enade 2008) Leia o texto.

O kula é uma forma de troca e tem caráter intertribal bastante amplo. É praticado por comunidades localizadas em um extenso círculo de ilhas que formam um circuito fechado.

[...] Em cada ilha e em cada aldeia, um número mais ou menos restrito de homens participam do kula — ou seja, recebem os artigos, conservam-nos consigo durante algum tempo e, por fim, passam-nos adiante. Cada um dos participantes do kula recebe periodicamente (mas não regularmente) um ou vários mwali (braceletes de concha) ou um soulava (colar de discos feitos de conchas vermelhas) que deve entregar a um de seus parceiros, do qual recebe em troca o artigo oposto.

Assim, ninguém jamais conserva nenhum artigo consigo por muito tempo. O fato de uma transação não ser consumada não significa o fim da relação estabelecida entre os parceiros; a regra é "uma vez no kula, sempre no kula". A parceria entre dois indivíduos no kula é permanente, para toda a vida.

Os mwali e os soulava encontram-se sempre em movimento, vão passando de mão em mão, e não há casos em que esses artigos fiquem retidos com um só dono.

Bronislaw Malinowski. Argonautas do Pacífico ocidental. 2ª ed.

Trad. Anton Carr e Lígia Mendonça.

São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 71 (com adaptações).

Com relação ao sistema de troca praticado nas ilhas Trobriand, descrito no texto, assinale a opção incorreta.

- a) O circuito de trocas é um fenômeno amplo e restrito aos seus participantes.
- b) A troca de braceletes e colares entre os participantes do kula é uma forma de assegurar uma relação duradoura de parceria.
- c) Cada transação envolve a troca de artigos opostos, ou seja, quem dá braceletes recebe colares e vice-versa.
- d) O kula é uma forma de troca intertribal e, por essa razão, envolve homens da mesma tribo de maneira restrita e igualitária.
- e) Nesse sistema de trocas, a necessidade da permanência em circulação de colares e braceletes obriga seus participantes a entregarem o artigo com o qual está ao receber outro.

Resolução e comentários

A resposta esperada está na alternativa **d**.

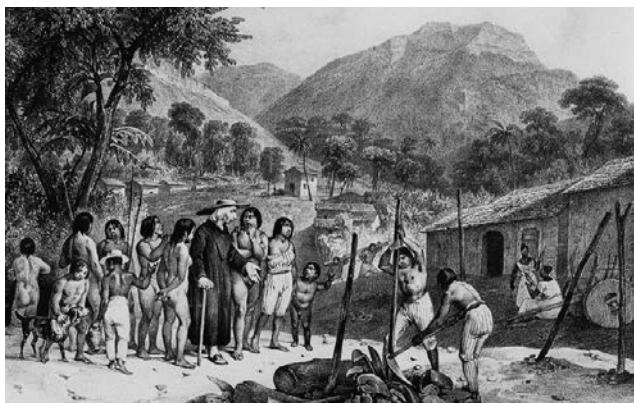
Este teste do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), avalia o nível de atenção e de letramento do leitor.

O Enade tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, bem como suas habilidades e competências. Note que o início do enunciado da alternativa se contrapõe ao final. Sabendo-se que o kula é uma troca intertribal, jamais envolverá pessoas de uma mesma tribo.

7

A sociologia brasileira

Desde a chegada, em 1500, dos primeiros europeus a estas terras, denominadas posteriormente Brasil, a cultura que aqui se estabeleceu e produziu era importada e/ou influenciada da Europa. Por outro lado, ordens religiosas praticamente detinham o monopólio cultural no Brasil colonial.



Royal Geographical Society, Londres

Jesuíta com índios tapuias.

Esse panorama durou muito tempo; contudo, a partir do século XVIII, período da mineração no Brasil, esta colônia portuguesa começou a dar alguns sinais de mudanças sociais.

O ciclo de mineração impulsionou a economia e fez surgir novas ocupações. Nessa época, com o movimento Barroco, elaboram-se as primeiras manifestações artísticas nacionais, ainda que tímidas. Contudo, culturalmente, a colônia ainda estava alienada a Portugal e, conseqüentemente, à cultura europeia. A Inconfidência Mineira representa uma tentativa de valorização nacional.

Somente no final do século XIX e início do século XX surge um nacionalismo mais propriamente dito, despertando o repúdio ao aspecto colonialista ainda restante em nossa cultura. Nessa época, o pensamento cultural, bem como social e histórico, revolucionou-se, dando origem a um novo modo de pensar.

Diversos acontecimentos das primeiras décadas do século XX representam a transformação cultural e a visão nacionalista na qual o país mergulhou: fundou-se o Partido Comunista no Brasil, surgiram movimentos revolucionários como o Tenentismo e a Coluna Prestes, os jovens artistas se reuniram e resolveram romper com a tradição europeia.

Na década de 1920, o advento da Semana de Arte Moderna marcaria para sempre a cultura brasileira, propiciando inovação na linguagem e na temática da arte nacional.

A Semana de Arte Moderna

A Semana de Arte Moderna foi um evento cultural ocorrido na cidade de São Paulo, no Teatro Municipal de São Paulo, entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922. Foi aberta com a conferência “A emoção estética da arte moderna”, do escritor Graça Aranha.



Revista *Klaxon*; fundamental para o Modernismo no Brasil.

O evento reuniu representantes de diversos segmentos artísticos: música, artes plásticas, literatura e dança. O evento contou com a presença dos escritores Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Antônio de Alcântara Machado, Mário de Andrade e Manuel Bandeira; contou também com os pintores Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Oswaldo Goedi e os músicos Villa-Lobos, Ernani Braga, Antão Soares, Guiomar Novaes e outros.

A Semana de Arte Moderna representou uma tentativa de liberdade de criação artística, buscando-se uma arte genuinamente brasileira, além de uma renovação de linguagem e a ruptura com o passado e a influência europeia. Foi a expressão do total descontentamento com as regras de arte vigentes e um apego às nossas raízes.

Diversos acontecimentos históricos precederam a Semana de Arte Moderna, dentre eles:

- Fundação por Oswald de Andrade do jornal *O pirralho*, no qual a pintura nacional é criticada;
- Pintura expressionista de Lasar Segall;
- Exposição de obras de Anita Malfatti, em 1917, duramente criticada pelo escritor e editor Monteiro Lobato;
- Influência de diversos movimentos culturais ocorridos no Ocidente, desde 1905.

A Semana de Arte Moderna inaugurou o Modernismo ou movimento modernista no Brasil e representou uma ruptura com o conservadorismo artístico e cultural até então predominante, permitindo às futuras gerações novos caminhos, além da valorização da arte brasileira.

O movimento, além de representar um grande avanço cultural, inovou o pensamento social brasileiro. Com o nacionalismo que passou a predominar e a crença na ciência, a sociologia, a partir da década de 1930, tomou um grande impulso no Brasil.

Geração de 1930

A década de 1930 é um marco transformador na história brasileira, no campo político e também nas artes e produção intelectual.

A geração intelectual de 1930 buscou descobrir o Brasil real, opondo-se ao Brasil colonizado. Surgem preocupações políticas e sociais. O nacionalismo passa a girar em torno de uma comoção em unir as desiguais camadas sociais.

Na literatura, surgem alguns dos nomes mais relevantes do romance brasileiro, refletindo o momento histórico e as mudanças vividas pelo Brasil. Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Érico Veríssimo são alguns dos autores que produzem romances repletos de denúncias sociais, representativos da realidade brasileira e das desigualdades que o povo vivenciava.

Nessa época, surgem também notáveis intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, entre outros.

A seguir, uma breve descrição da vida e obra de alguns dos intelectuais brasileiros de grande relevância para o desenvolvimento da sociologia no Brasil.

Gilberto Freyre

O sociólogo, antropólogo, escritor e pintor pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) é considerado um dos mais importantes historiadores brasileiros.

Foi orientado por Franz Boas no curso de pós-graduação na Universidade de Columbia, EUA.

Sua principal obra, *Casa grande e senzala*, publicada em 1933, apresenta uma exaustiva e detalhada pesquisa de documentos e uma qualidade literária inestimável.

Com essa obra, Freyre revolucionou a historiografia nacional, dando importância a pequenos fatos da história. Para isso, coletou nos diários dos senhores de engenho e também em informações da vida pessoal de seus próprios antepassados a história do brasileiro, segundo ele, fruto do cruzamento de índios, africanos e portugueses.

Sérgio Buarque de Holanda

Paulistano, nascido em 1902 e falecido em 1982, Sérgio Buarque é considerado um dos mais importantes historiadores brasileiros e dos

mais eminentes intelectuais do século XX. Foi um dos participantes da Semana Modernista de 1922.

Sérgio Buarque de Holanda iniciou suas atividades intelectuais mais voltado à crítica literária, dedicando-se mais tarde à historiografia pelo viés da sociologia, sobretudo pela análise social e histórica de Weber.

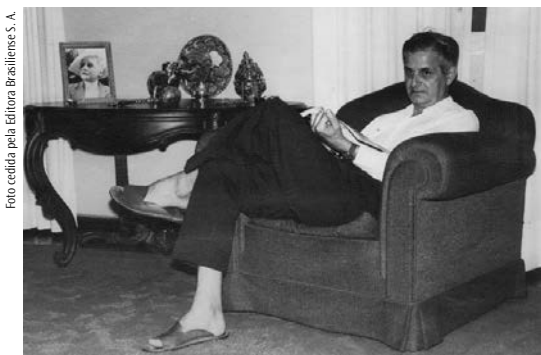
Em seu livro de estreia, *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque faz uma crítica à formação das elites brasileiras.

Caio Prado Júnior

O paulistano Caio Prado Júnior (1907-1990) foi historiador, geógrafo, escritor, político e editor. Desde jovem, teve importante participação na conjuntura política nacional.

Suas obras apresentam uma historiografia de caráter social, identificada com o marxismo. Muitas delas têm por finalidade a tentativa de compreender o Brasil, investigando-o desde a época em que era colônia até o período histórico em que foram elaboradas.

Embora oriundo de família abastada, Caio Prado Júnior jamais se deixou seduzir pela sua classe de origem, a burguesia. Foi um revolucionário lúcido que trouxe inestimável contribuição à vida intelectual brasileira e a diversas áreas da história, sociologia e antropologia, entre outras.



Caio Prado Júnior

Florestan Fernandes

Florestan Fernandes nasceu em 22 de julho de 1920, em São Paulo e era proveniente de uma família extremamente humilde (sua mãe era lavadeira). Florestan começou a trabalhar aos 6 anos. Por não conseguir conciliar trabalho e estudo, parou de estudar aos 9 anos, retomando os estudos somente aos 17.

Iniciou sua vida acadêmica na Universidade de São Paulo (USP), formando-se no ano de 1943 em ciências sociais. Tornou-se mestre em 1947 e doutor em 1951. Foi professor universitário e, durante a ditadura militar, foi cassado e exilado no Canadá. Faleceu aos 75 anos, em 1995.

Florestan foi um brilhante intelectual, excepcional professor, escritor e político. Foi eleito deputado federal duas vezes pelo Partido dos Trabalhadores. Em seus mandatos, preocupou-se em elaborar leis para melhorar a educação brasileira. Condenava a pedagogia tradicional, pois acreditava que ela estava muito distante da realidade brasileira e, principalmente, do processo social. Era um entusiasmado defensor da escola pública.

Como marxista, acreditava que os trabalhadores deveriam estar bem informados, o que só ocorreria através da educação.

Sempre esteve engajado na luta por um melhor ensino. Durante sua luta em defesa da escola pública, Florestan mostrou como um sociólogo pode sair do mundo acadêmico, do mundo da teoria, e partir para a prática, vinculando-se às lutas sociais. Foi um sociólogo socialista, demonstrou na teoria e na prática toda a sua preocupação com as classes menos favorecidas e combateu a desigualdade social.

Fundou a sociologia crítica no Brasil. Em tudo o que fez, quer como professor, escritor, político ou sociólogo, sempre refletiu sobre as desigualdades sociais e sobre qual seria o papel da sociologia em relação a isso. Acreditava que o sociólogo deveria participar ativamente para encontrar as transformações necessárias e a solução dos problemas sociais.

Com suas ideias inovadoras, Florestan possibilitou aos sociólogos um maior reconhecimento dessa profissão dentro da sociedade.

Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro nasceu em 26 de outubro de 1922, em Minas Gerais. Cursou a Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo, formando--se em ciências sociais no ano de 1946, também especializando-se em antropologia.

Homem de grande cultura, Darcy Ribeiro foi etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta e romancista.

De 1947 a 1956 foi etnólogo do antigo Serviço de Proteção ao Índio. Estudou a vida dos índios do Mato Grosso, Amazonas, Paraná e Santa Catarina. Criou o Parque Indígena do Xingu e fundou o Museu do Índio. Juntamente com a Organização Internacional do Trabalho, elaborou um manual sobre os aborígenes do mundo inteiro.

Criou a Universidade de Brasília, sendo também o primeiro reitor dessa universidade. Foi Ministro da Educação em 1961 e chefe da Casa Civil durante o Governo de João Goulart.

Foi exilado político no Uruguai, após o golpe militar de 1964. De volta ao Brasil, foi preso, julgado, absolvido, e novamente exilado, dessa vez na Venezuela. Retornou ao Brasil em 1979 e passou a lecionar na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornando-se posteriormente secretário da cultura no Rio de Janeiro, durante o governo de Leonel Brizola, e vice-governador em 1982.

Em 1990, eleito senador, defendeu vários projetos benéficos ao povo. Foi secretário de Estado da Cultura e coordenador do Programa Especial de Educação do Rio de Janeiro. Em 1992, foi eleito para ocupar a cadeira de número 11 da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 17 de fevereiro de 1997.

Darcy nos deixou uma vasta produção de livros e uma enorme contribuição para a educação brasileira. Também contribuiu com a cultura em geral, por meio de diversos ensaios.

Durante toda sua existência, Darcy Ribeiro foi um grande defensor dos direitos humanos, quer como antropólogo, etnólogo, educador ou político.

Em sua obra *O povo brasileiro*, ele escreveu:

Nós brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço, na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela

fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si... Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros... [...]

Meu livro mostra por que caminhos e como nós viemos, criando aquilo que eu chamo de Nova Roma com boa justificação... Roma por quê? A grande presença no futuro da romanidade, dos neolatinos é a nossa presença. Isso é o Brasil, uma Roma melhor porque mestiça, lavada em sangue negro, em sangue índio, sofrida e tropical. Com as vantagens imensas de um mundo enorme que não tem inverno e onde tudo é verde e lindo, e a vida é muito mais bela.... E é uma gente que acompanha esse ambiente com uma alegria de viver que não se vê em outra parte. Esse país tropical, mestiço, orgulhoso de sua mestiçagem... Isso é que me levou muito tempo. Entender como isso se fez... Havia muita bibliografia sobre aspectos particulares, mas não uma visão de conjunto. Deixa eu contar pra vocês como isso se fez?

[...]

No Brasil a mestiçagem sempre se fez com muita alegria, e se fez desde o primeiro dia... Eu prometi contar como. Imagina a seguinte situação: uns índios colocados na praia e chamando outros: "venham ver, venham ver, tem um trem nunca visto". E achavam que viam barcas de Deus, aqueles navios enormes com as velas enfiadas.... "O que é aquilo que vem? Eles olhavam, encantados com aqueles barcos de Deus, do Deus Maira chegando pelo mar grosso. Quando chegaram mais perto, se horrorizaram. Deus mandou pra cá seus demônios, só pode ser. Que gente! Que coisa feia! Porque nunca tinham visto gente barbada — os portugueses todos barbados, todos ferimentos de escorbuto, fétidos, meses sem banho no mar... Mas os portugueses e outros europeus feiosos assim traziam uma coisa encantadora: traziam faquinhas, facões, machados, espelhos, miçangas, mas sobretudo ferramentas. Para o índio passou a ser indispensável ter uma ferramenta. Se uma tribo tinha uma ferramenta, a tribo do lado fazia uma guerra pra tomá-la.

Ao longo da costa brasileira se defrontaram duas visões de mundo completamente opostas: a selvageria e a civilização. Concepções diferentes de mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Aos olhos dos europeus os indígenas pareciam belos seres inocentes, que não tinham noção do "pecado". Mas com um grande defeito: eram "vadios", não produziam nada que pudesse ter valor comercial. Serviam apenas para ser vendidos como escravos. Com a descoberta de que as matas estavam cheias de pau-brasil, o interesse mudou...

Era preciso mão de obra para retirar a madeira.

Nesse livro, Darcy compara nossa história com a de outros países da América. O trecho transcrito se inicia falando da mestiçagem brasileira e mostra, de forma bastante irônica e até divertida, como o indígena percebeu a chegada dos portugueses e como o português viu o indígena: foi o choque cultural de dois povos completamente diferentes.

Em outro trecho, Darcy escreve:

Mas foi essa gente nossa, feita da carne de índios, alma de índios, de negros, de mulatos, que fundou esse país. Esse "paizão" formidável. Invejável. A maior faixa

de terra fértil do mundo, bombardeada pelo sol, pela energia do sol. É uma área imensa, preparada para lavouras imensas, produtoras de tudo, principalmente de energia. A Amazônia devia ser um país, porque é tão diferente. O nordeste, até a Bahia... outro país que é diferente. A Paulistânia e as Minas Gerais juntas são outra gente... O sul, outra gente... Esse povão que está por aí pronto pra se assumir como um povo em si e como um povo diferente, como um gênero humano novo dentro da Terra. É claro que eu tinha de fazer um livro sobre o Brasil que refletisse de certa forma isso. E li tudo que se falou do Brasil. Então estava preparado para fazer esse livro. E gosto dele. Tenho orgulho do fundo do peito de ter dado ao Brasil esse livro. É o melhor que eu podia dar. Gosto muito disso.

Nesse livro, Darcy demonstra toda a sua paixão pelo Brasil, mostra a construção do país e sua formação étnica, além de fazer uma brilhante análise da estrutura da sociedade. Também mostra a regionalização do Brasil e analisa as classes sociais, acreditando que o país irá mudar; porém, acreditava que essa mudança viria por meio da democracia, sem guerra.

No campo da sociologia e da antropologia, Darcy Ribeiro teve uma contribuição fundamental.

Darcy lutou pelos povos indígenas e denunciou como a cultura e a etnia indígena vinham e vêm sendo exterminadas.

Ele buscou explicar em sua obra, historicamente, como a questão indígena se iniciou, mas não somente explicou como, principalmente, buscou formas de resolver a situação dos indígenas.

Fernando Henrique Cardoso

Também contribuiu para a sociologia brasileira Fernando Henrique Cardoso (1931), sociólogo, professor universitário e político, que mais tarde (1995-2003) viria a ser presidente do Brasil.

É da autoria de Fernando Henrique Cardoso a obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, na qual destaca a natureza política e social do desenvolvimento desse continente.

Fernando Henrique contribuiu com a *Teoria da dependência* e foi considerado o “príncipe dos sociólogos”.

Josué de Castro

O pernambucano Josué de Castro (1908-1973) também trouxe contribuição à sociologia brasileira, quando, na década de 1940, escreveu a obra *Geografia da Fome*, mapeando a fome no Brasil e no mundo.

Josué foi médico, professor, antropólogo, geógrafo, sociólogo e político. Toda a sua obra revela preocupação com o tema da fome e da exclusão social.

Cristóvam Buarque

Nascido em Recife no ano de 1944, o professor universitário e político Cristóvam Buarque é autor da obra *A segunda abolição*, publicada em 1999, na qual trata do problema da pobreza no Brasil, contribuindo na evolução da sociologia brasileira.

O golpe militar de 1964

Em 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, juntamente com outros dois generais, deu início a um golpe militar.

Nesse período, as massas urbanas e rurais lutavam pela reforma de base, iniciada por João Goulart. As elites tradicionais eram contrárias a essas reformas.

João Goulart era vice-presidente, porém foi empossado como presidente quando Jânio Quadros renunciou ao mandato. Segundo a *Constituição*, o vice deveria assumir em casos de morte, afastamento ou renúncia do presidente, o que aconteceu no caso de Goulart. Porém, pelo fato de concordar com reformas de base, e por ter sido Ministro do Trabalho e ter apoiado os trabalhadores, João Goulart era visto pelos militares como agitador.

Os militares não queriam que João Goulart tomasse posse; contudo, pressionados, cederam, mas com a condição de que o regime passasse a ser parlamentarista, como de fato tornou-se. Assim, o presidente teria um gabinete ministerial e um primeiro-ministro, diminuindo os poderes presidenciais.

João Goulart foi então empossado e pretendia convocar um plebiscito, para que o povo decidisse entre o parlamentarismo e o presidencialismo. No entanto, os militares, contrários a sua posse desde o início, resolveram conspirar contra seu governo, planejando um golpe militar.

Em seu discurso de posse, no dia 7 de setembro de 1961, Goulart declarou:

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes vice-presidente da República e que, em impressionante manifestação de respeito pela

legalidade e pela defesa das liberdades públicas, uniu-se através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada.

Com o argumento de que essas reformas propostas por João Goulart levariam ao comunismo, e por não apoiarem o seu governo, os militares resolveram, então, tomar o poder. O golpe teve apoio da grande maioria da imprensa, com raras exceções; também teve apoio de diversos políticos e governadores.

João Goulart buscou o apoio da população; porém, para evitar uma guerra civil, deixou de resistir e foi embora do Brasil. Foram destruídas as instalações do Jornal *Última Hora* e a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), por não apoiarem o golpe; diversas outras organizações que apoiavam João Goulart foram destruídas e seus líderes presos pelos militares.

Muitos ativistas de esquerda, artistas, líderes sindicais e políticos, assim como militares nacionalistas, foram presos. Um grande número de opositores do regime foram torturados e tantos outros executados.



Arquivo União Nacional dos Estudantes

Manifestação durante o regime militar.

Diversas das liberdades individuais do povo foram extintas; a ditadura ainda promoveu o fechamento do Congresso e rompeu a democracia no Brasil. Até mesmo a *Constituição* foi modificada para fortalecer os poderes do presidente da República. Os militares podiam cassar mandatos, suspender direitos políticos dos opositores, decretar

o estado de sítio, demitir funcionários públicos, entre vários outros atos arbitrários.

A segurança era crucial para o regime militar; assim, aqueles que não se enquadravam no regime eram vistos como uma ameaça, um perigo. E, em nome da segurança nacional, vários intelectuais e sociólogos foram perseguidos e mortos. Outros conseguiram se exilar, entre eles Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Entre os artistas perseguidos ou expulsos do Brasil estão Caetano Veloso e Chico Buarque de Holanda.

A ditadura militar brasileira durou até 1985, quando Tancredo Neves foi eleito indiretamente presidente do Brasil, apesar de não ter assumido a presidência, pois adoeceu e faleceu sem tomar posse. José Sarney assumiu em seu lugar, dando início a um novo momento da história do Brasil, o da redemocratização.

A sociologia teve um grande impulso nesse período, com uma preocupação maior em buscar técnicas de investigação e um maior conhecimento teórico através de cursos especializados.

Vários sociólogos protestaram inicialmente quando ocorreu o golpe militar, colocando-se contrários a ele, apoiando o povo em sua luta pelo fim da ditadura militar e pelo retorno da democracia.

O governo militar durou 21 anos; porém, finalmente, depois de muita resistência, acabou cedendo espaço para os civis, indicando assim que a resistência da sociedade civil pode derrubar qualquer regime.

1. (Seduc-CE) Em seus estudos, Darcy Ribeiro deu especial destaque à questão:
 - a) do desenvolvimento.
 - b) da presença do exército na política.
 - c) do papel social da religião.
 - d) da cultura indígena.

2. (Seduc-CE) Entre as obras de Florestan Fernandes, um dos maiores sociólogos do Brasil, destaca-se:
 - a) *A revolução burguesa no Brasil*
 - b) *Formação econômica do Brasil*
 - c) *Povo brasileiro*
 - d) *Retrato do Brasil*

3. (Seduc-CE) O nordestino Josué de Castro, já na década de 1940, apontava para a fome como sintoma da estrutural exclusão social no Brasil, a partir de sua obra:
 - a) *A inclusão inacabada*
 - b) *A falsa abolição*
 - c) *Geografia da fome*
 - d) *Bahia de todos os pobres*

4. (Seduc-CE) A definição do brasileiro como “homem cordial” foi disseminada a partir do clássico nacional *Raízes do Brasil*, de autoria de:
 - a) Sérgio Buarque de Holanda
 - b) Raymundo Faoro
 - c) Antônio Cândido
 - d) Afonso Arinos

5. (Seduc-CE) Em *Casa grande e senzala*, a sociedade brasileira é caracterizada pela democracia racial. O autor dessa obra polêmica é:
 - a) Paulo Freyre
 - b) Gilberto Freyre
 - c) Capistrano de Abreu
 - d) Joaquim Nabuco

6. (Seduc-CE) Fernando Henrique Cardoso já foi considerado o “príncipe dos sociólogos” no Brasil. Ele se tornou internacionalmente conhecido como tal, principalmente por sua contribuição à:
 - a) teoria da dependência
 - b) teoria das perdas internacionais
 - c) teoria do imperialismo
 - d) teoria da colonização interna

- 7. (UFU-MG)** Em 1922, aconteceu em São Paulo a Semana de Arte Moderna. A importância desse evento foi:
- a) ter recuperado a tradição do barroco português nos novos modelos arquitetônicos nacionais;
 - b) a valorização dos modelos clássicos, criando uma arte de temas internacionais;
 - c) ter significado um momento de ruptura dos antigos padrões estéticos e início do Modernismo;
 - d) ter significado um renovar da tradição renascentista adaptada à realidade nacional;
 - e) a defesa da arte acadêmica e tradicional, representada pelo Parnasianismo e o Simbolismo.
- 8. (UFPE)** Durante o regime militar (1964-1985), os governos decretaram vários atos institucionais, o que permitiu o aparecimento de um processo crescente de arbitrariedade, autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos. Em relação a esse regime podemos afirmar que:
- a) os atos institucionais foram os instrumentos legais que o regime militar teve em mãos para garantir a ordem política democrática.
 - b) nesse período de regime militar, em que vigoraram os atos institucionais, o Congresso Nacional funcionou plenamente, e os atos de corrupção parlamentar foram punidos.
 - c) a opção por um regime militar simbolizou o caminho escolhido pelas elites políticas, aliadas a interesses internacionais, para enfrentarem a crise social, política e econômica, face à crescente organização de parcelas da sociedade civil que reivindicavam os direitos de cidadania.
 - d) os vinte e um anos de regime militar introduziram o Brasil na modernidade e garantiram que os militares, aliados a um Congresso Nacional que funcionou com plena liberdade no cerceamento à livre expressão, evitassem a adesão do país ao comunismo.
 - e) entre os atos institucionais publicados durante a vigência do regime militar, o AI-5 foi o símbolo maior das medidas autoritárias necessárias à passagem ao regime democrático, alcançado imediatamente após a sua publicação.
- 9. Movimento que representou grande avanço cultural e artístico e inovou o pensamento social nas primeiras décadas do século XX. Trata-se de:**
- a) Primeira Guerra Mundial
 - b) Semana de Arte Moderna
 - c) Exposição das obras de Anita Malfatti
 - d) Tropicalismo
 - e) Barroco

Descomplicando a sociologia

(UFU-MG) O regime militar implantado no Brasil, a partir de 1º de abril de 1964, teve estas características, exceto a:

- a) repressão sobre os movimentos sindical e popular, como instrumento de inibição às reivindicações econômicas e liberdades políticas das classes trabalhadoras.
- b) hipertrofia do Poder Executivo em relação ao Legislativo e ao Judiciário, bem como a militarização do aparelho do Estado.
- c) criação das condições institucionais necessárias à contenção do iminente risco do estabelecimento de uma sociedade comunista no Brasil, representada pelas reformas de base propostas pelo governo de João Goulart e seus aliados.
- d) implementação de um padrão de acumulação capitalista favorável ao grande capital, principalmente à sua filiação financeira.

Resolução e comentários

Os militares suspeitavam que João Goulart fosse implantar o comunismo no Brasil, pelo fato de ele apoiar reformas de base. Desse modo, baseando-se na necessidade da contenção de perigo vermelho no Brasil, os militares derrubaram o governo de Goulart, por meio de um golpe, e instituíram o militarismo, uma das fases mais vergonhosas de nossa história.

A alternativa correta é a **c**.

Definição de cultura

Conceituar *cultura* sempre foi importante para todas as ciências criadas pelo ser humano. As definições e conceitos dessa palavra variam, dependendo de onde está inserida.

Cultura, às vezes, é confundida com aquisição de conhecimentos, com educação, com erudição. A cultura é informação, é a reunião de conhecimentos aprendidos teoricamente e também na prática que se passa aos semelhantes.

O ser humano recebe a cultura dos seus antepassados, pois ela é também uma herança social, mas cada pessoa também é capaz de fazê-la mudar, ou seja, o ser humano recebe a cultura e a remodela, pois a cultura não é algo imodificável, não é fixa.

A cultura é tudo que aprendemos e compartilhamos com nossos semelhantes. Ela é relativa, não existe cultura boa ou ruim, superior ou inferior.

Cada cultura é diferente uma da outra. Nesse sentido, a cultura do povo brasileiro é totalmente diferente da cultura do povo asiático, pois nossos costumes, religião e vestimentas são diferentes dos deles e também nossos padrões culturais são outros.

Por meio da cultura, o ser humano consegue sobreviver, pois aprende técnicas para a sua sobrevivência.

Todos possuem cultura, em qualquer tempo e em qualquer lugar; a única exceção é o recém-nascido, pois ainda não teve tempo suficiente para recebê-la.

Também os povos não-civilizados possuem cultura, pois a cultura não se baseia somente na linguagem escrita, ela é transmitida socialmente, de geração a geração; é uma herança social, que independe da escrita.



Pessoas dançando quadrilha em uma festa junina.

As funções da cultura

A cultura determina as ações e as regras da vida na sociedade, modelando e dirigindo a nossa condição humana.

Todo povo tem a sua própria cultura, sua forma de ver a vida, criando valores para os indivíduos que compõem essa sociedade. Exemplificando, em todos os povos, em todas as culturas, encontramos uma forma de casamento: para alguns, deve ser monogâmico, para outros, é aceitável a poligamia; em algumas culturas, é inaceitável o casamento entre pessoas do mesmo sexo, no entanto, em outras, já é aceito. O casamento para determinadas culturas deve ocorrer em função do sentimento de amor, em outras, deve-se pensar apenas no interesse econômico.

Para os hindus, a vaca é sagrada; no Brasil e no restante do mundo, é um animal comum. O carnaval faz parte da cultura brasileira; mas não é celebrada por alguns povos. Na região Sul do Brasil, é comum tomar chimarrão; em outras regiões brasileiras isso não ocorre.

A cultura determina os valores de uma sociedade, diz se determinado ato é correto ou não, qual deve ser o comportamento adequado de uma mulher ou de um homem perante certos fatos; determina o que uma “mãe de família” pode ou não fazer, diz se um ato é ou não “coisa de homem” ou de mulher.

Determina, ainda, que tipo de trabalho serve para o homem e para a mulher, e até mesmo valoriza ou desprestigia certas funções. Na Grécia antiga, o trabalho braçal era considerado aviltante, um homem de prestígio jamais deveria exercer uma função braçal, como a de sapateiro, por exemplo.

Assim, a cultura tem como função determinar o comportamento em sociedade de uma comunidade, dizendo o que se deve vestir, dançar, comer, pensar etc.

Mudanças culturais e aculturação

A mudança cultural ocorre quando acontece qualquer tipo de alteração na cultura. Essa mudança pode ser pequena ou de grandes proporções, alterando toda uma cultura. Pode ainda ser aceita facilmente ou por resistência.

As mudanças podem ocorrer por vários motivos; dentre eles, contato com outros povos, tecnologia, intempéries da natureza.

Coleção particular



Encontro entre europeus e índios, em gravura de Rugendas.

No Brasil, com a chegada dos portugueses, os povos indígenas que aqui viviam viram sua cultura ser modificada; as tribos que não foram exterminadas viram parte de sua cultura perder suas qualidades distintivas. Os jesuítas que para cá vieram queriam catequisá-los e integrá-los à cultura do branco. Impunham aos povos indígenas a aceitação da fé cristã, para que deixassem de lado os deuses da natureza em que acreditavam. Os jesuítas pretendiam, com isso, integrar os indígenas à cultura branca, descaracterizando-os.

Os povos africanos escravizados, que também tinham suas próprias culturas, sofreram mudanças culturais, e parte de sua cultura foi descaracterizada.

Quando aqui chegavam, os escravos africanos eram obrigados a abandonar a maior parte de seus costumes e a adotar outros, que eram impostos por seus donos. Com isso, a cultura dos escravos foi bastante descaracterizada, e muitos dos seus hábitos foram também incorporados aos dos brasileiros.

Geographical Society, Londres



Escravos africanos trabalhando nas lavouras.

Dá-se o nome de **aculturação** às mudanças culturais que ocorrem quando duas culturas diferentes entram em contato. Ou seja, é o processo de interação que ocorre entre duas ou mais culturas, quando uma cultura, ou ambas, absorve traços da outra ou outras, e os incorpora como parte integrante da sua, adaptando-os à sua realidade.

A cultura é transmitida socialmente, de geração a geração.

- 1. Podemos dizer que até mesmo os povos não-civilizados possuem cultura, pois:**
- I. a cultura é transmitida socialmente, de geração a geração;
 - II. a cultura não se baseia somente na linguagem escrita;
 - III. todos possuímos cultura;
 - IV. não existe classificação para as culturas em geral, assim, não existe cultura inferior ou superior.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) todas estão corretas

2. A cultura determina:

- a) a posição econômica do indivíduo;
- b) os valores de uma sociedade;
- c) as ações e as regras da vida na sociedade;
- d) a posição econômica faz com que o indivíduo tenha ou não cultura.

Estão corretas:

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) III e IV

3. Processo de interação que ocorre entre duas ou mais culturas, absorvendo traços uma da outra, incorporando-os como parte integrante de sua própria cultura.

A esse processo damos o nome de:

- a) miscigenação cultural
- b) funcionalismo
- c) estruturalismo
- d) aculturação

4. Qual destes é um exemplo de cultura brasileira:

- a) bumba-meu-boi
- b) touradas
- c) tango
- d) *halloween*

5. (Seduc-CE) A chamada “indústria cultural” se tornou possível a partir:

- a) da expansão do folclore
- b) da reprodutividade técnica das obras de arte
- c) do surgimento da TV
- d) do fortalecimento da indústria cinematográfica

Descomplicando a sociologia

(UFU-MG) Uma das hipóteses científicas mais reconhecidas na antropologia argumenta que a proibição do incesto estava presente na emergência da cultura, quando o homem deixou de ser apenas mais um animal social e se tornou um ser cultural, produtor de símbolos. Sobre este processo fundamental da humanidade, assinala a alternativa teórica **incorreta**:

- a) A proibição do incesto deve ser considerada como um dos fundamentos da cultura, conforme a concepção que as diversas sociedades têm da consanguinidade, do incesto, da exogamia e das regras de parentesco que as organizam.
- b) A proibição do incesto define-se como uma regra cultural praticamente universal, responsável pela exogamia observada na grande maioria das sociedades e que está na base do sistema de alianças por parentesco.
- c) A proibição do incesto é uma das regras culturais mais presentes nas sociedades humanas.
- d) Faz parte do repertório crescente de desnaturalização dos costumes observado com clareza maior nas sociedades modernas.
- e) A proibição do incesto tornou-se uma regra cultural decorrente de nosso condicionamento genético, que leva as sociedades humanas à percepção de que a reprodução consanguínea provoca a degenerescência da espécie.

Resolução e comentários

O incesto (conjunção carnal entre parentes que não podem se casar, por proibição de lei moral ou religiosa) é visto como um fundamento cultural, uma regra da cultura, pois o mesmo independe de uma determinação biológica.

A alternativa correta é a **c**.

Observação

No processo científico, a observação é essencial para uma futura elaboração de teoria. Dentro do campo das ciências sociais, ocorre o mesmo, ou seja, a observação é vital para futuras elaborações de teorias ou conceitos; isto é, a **observação** é o caminho natural para o conhecimento dentro do campo da sociologia. Evidentemente, ela não é sempre precisa, porém é fundamental e de grande valor.

Depende de treino e reflexão, além do sociólogo ter de saber o que exatamente procurar. O sociólogo, ao se utilizar da observação, jamais deve levar em conta seus preconceitos, pois, se assim o fizer, invalidará sua pesquisa.

Para analisar profundamente qualquer tipo de problema da sociedade, por exemplo a violência, o desemprego ou as drogas, o sociólogo inicia o seu trabalho com a observação.

Nesse momento inicial, a observação é feita com o único objetivo de colher dados e fatos que tenham relação com o assunto abordado na pesquisa. Ou seja, inicialmente, o cientista social começa sua pesquisa reunindo os dados brutos para, posteriormente, codificar esses dados, organizando-os. Finalmente, em terceiro lugar, as informações são tabuladas.

A observação pode ser dividida em observação em massa, observação sistemática e observação participante.

A **observação em massa** ocorre quando o investigador observa o comportamento de grande número de pessoas, no que diz respeito à reunião de determinados fatos.

A **observação sistemática** ocorre quando o pesquisador observa por um determinado tempo, sistematicamente, os fatos de seu interesse em um grupo específico escolhido para a realização da pesquisa,

podendo ser direta ou indireta. A observação sistemática é direta, quando os fatos são observados pessoalmente, e indireta quando a observação ocorre através de outras pessoas.

A **observação participante** consiste na incorporação do investigador dentro da comunidade que está estudando, revelando ou não sua condição de pesquisador. Esse tipo de observação é bastante interessante, pois o observador passa a participar do modo de vida do grupo, integrando-se totalmente ao grupo que está sendo estudado.

Na observação participante, se o cientista vai investigar algum tipo de seita religiosa, converte-se à mesma, para assim poder participar de tudo que diz respeito a essa determinada seita. Se tem como objeto de pesquisa o dia a dia do operário, vai trabalhar em uma fábrica para saber como é a rotina do operário e assim por diante.

A observação participante tem sido motivo de discussões entre os cientistas sociais, pois alguns são favoráveis a ela, acreditando que se deve sair do gabinete e ir a campo para realmente fazer uma boa pesquisa, enquanto outros acreditam que o fato de ir a campo pode levar o investigador a se identificar com o objeto de estudo, uma vez que o pesquisador acaba por se integrar ao grupo estudado.

Contudo, alguns estudiosos defendem a ideia de que, na realidade, isso não ocorre, pois essa identificação do cientista social com o objeto estudado não desacredita sua investigação, não desacredita a objetividade do que está sendo pesquisado, uma vez que sua objetividade não depende exclusivamente do método adotado e sim das teorias utilizadas bem como do quanto é treinado.

Quando o cientista social se integra à comunidade estudada, ele pretende observar melhor e mais profundamente a realidade social, pois a observação por si só torna-se periférica, mostrando apenas parcialmente a realidade do grupo estudado. Por meio da integração com o grupo, pode-se ter uma melhor visão do que se está estudando, tornando o conhecimento mais profundo.

Porém, nem sempre essa integração é possível, por variados motivos: distância, grupos extremamente fechados, entre outros. Nesses casos, quando não é possível a integração, o cientista social faz sua pesquisa utilizando-se de outros métodos, tais como leituras, filmes, fotos, internet etc.

Terminada a pesquisa, durante a elaboração de seu relatório, o sociólogo deverá se desvincular da realidade pesquisada, preocupando-se apenas com a objetividade e a exatidão. Se o trabalho for objetivo, a conclusão poderá ser comprovada por outros sociólogos que, através dos mesmos métodos, chegarão ao mesmo resultado, ou seja, seu trabalho deve ser verificável.

Fontes de pesquisa

Depois de determinados o campo e o objetivo da pesquisa, o sociólogo dá início ao seu estudo, utilizando-se de várias fontes, como exposto a seguir.

Questionário

O uso do questionário tem o objetivo de obter dados específicos sobre determinada população, através de perguntas organizadas de forma clara e conexa. O questionário não deve ser longo nem conter ambiguidades e contradições. As perguntas podem ser abertas ou fechadas; ou seja, é aberta quando o pesquisado pode responder do jeito que quiser, ou fechada, quando o pesquisado tem de escolher entre determinadas respostas sugeridas pelo pesquisador.

Entrevista

O pesquisador escolhe determinadas pessoas para, por meio de uma conversa, obter as informações necessárias à sua pesquisa. A entrevista pode ser de forma dirigida ou não dirigida. Dizemos que a entrevista é dirigida quando existe um roteiro a ser seguido; e, quando o entrevistado pode falar livremente, então é considerada não dirigida.

Documento

De acordo com a norma 6.023 da ABNT,¹⁵ **documento** é qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, sem modificações, que possa servir para consulta, estudo ou prova em uma pesquisa.

As fontes documentais incluem uma variada gama de suportes:

¹⁵ ABNT é a sigla da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens etc.

A análise documental é aquela que é realizada a partir de documentos, contemporâneos ou antigos, desde que sejam considerados autênticos. Tais documentos podem ser de fontes **primárias** ou **secundárias**.

Fontes documentais primárias são o conjunto de textos e documentos registrados em museus, arquivos públicos, bibliotecas, órgãos públicos, censos, acervo particular, entre outros. Exemplos: correspondência, diários, registros públicos, documentos, anúncios, textos literários, depoimentos escritos, periódicos etc.

Para a historiografia, fonte primária é qualquer documento cuja



Documentos antigos reunidos de arquivo público.

elaboração se deu na mesma época sobre a qual se está pesquisando.

As fontes secundárias são fontes interpretativas baseadas ou oriundas das fontes originais ou primárias, ou seja, são compostas de elementos derivados das obras originais. Geralmente, referem-se a trabalhos que têm o objetivo de analisar e interpretar as fontes originais.

A historiografia, por exemplo, considera fontes secundárias os documentos não contemporâneos ao período dos fatos que narra.

Formulário

Nesse tipo de fonte, o investigador faz as perguntas e anota as respostas dadas; posteriormente, pode tornar os dados mais abrangentes, com comentários complementares.

Cartografia

O investigador utiliza-se de mapas, desenhos, gráficos e outros documentos para assim tornar expressivas informações complexas.

Amostragem

A amostragem é o processo no qual seleciona-se parte de um grupo para realizar uma pesquisa demonstrativa daquele grupo social ou de toda a sociedade.

A amostragem pode ser **proporcional**, **aleatória** ou **por conglomerado**.

A amostragem é proporcional quando a mesma proporção de entrevistados de cada categoria é mantida, de acordo com a sua proporção na população completa. Nesse tipo de amostragem, sabe-se o total da população, e sua proporcionalidade é mantida por sexo, idade, estado civil etc.

A amostragem é aleatória quando as pessoas que farão parte da investigação são sorteadas ao acaso, podendo qualquer um ser sorteado.

A amostragem é considerada por conglomerado se for feita de acordo com a região geográfica e conforme a densidade populacional.

Levantamento histórico

No levantamento histórico, o sociólogo utiliza-se de variados tipos de documentos para compreender as sociedades em seus momentos históricos, em um determinado acontecimento, e o processo de transformação que levou a sociedade até ele. Os documentos podem ser, entre outros: vestimentas, arte, arquitetura, testemunhos, correspondências etc.

História de vida

Esse é um método de pesquisa bastante utilizado pela sociologia. Nesse caso, os dados são obtidos através da história pessoal do indivíduo, por meio de documentos pessoais, agendas e diários, além de cartas e, sobretudo, dos relatos biográficos ou autobiográficos coletados oralmente com a própria família, com familiares, amigos,

parentes, vizinhos, ou por meio de textos escritos de próprio punho, digitados, transcritos etc.

Análise de dados

A análise pode ser quantitativa e qualitativa.

Análise quantitativa é aquela que se utiliza de dados numéricos para investigar algo em uma determinada sociedade. Nesse tipo de análise, o investigador pretende chegar a um determinado grau de precisão; porém, muitas vezes, isso não ocorre, pois nem tudo que é objeto de estudo em sociologia pode ser analisado dessa forma numérica.

Saiba



Uma das formas de pesquisar a respeito de uma sociedade é usando como fonte informações censitárias, isto é, de censo ou recenseamento realizados por órgãos públicos.

Em quase todos os países estão à disposição dos pesquisadores o levantamento sistemático de informações relativas à população: número de habitantes, de eleitores, população quanto a sexo, renda, idade, ocupação, religião, nacionalidade, escolaridade, cor da pele etc.

Na **análise qualitativa**, o investigador não se preocupa com estatísticas e números; seu objetivo, nesse caso, é compreender determinados fatos em toda sua complexidade e amplitude.

Na análise qualitativa, o sociólogo procura obter uma grande quantidade de informações para, assim, analisar mais seguramente os fatos, objetivando um resultado mais confiável e preciso.

As duas análises são importantes a uma investigação. No entanto, um resultado melhor e/ou mais seguro dependerá unicamente do bom desempenho do investigador e das condições que o mesmo dispõe.

1. Tendo como objetivo o processo científico, o sociólogo inicia seu trabalho através de:
 - a) análise textual
 - b) observação sistemática e observação participante
 - c) observação, que pode ser: observação prioritária e observação massificante
 - d) fontes documentais

2. Um dos instrumentos utilizados como metodologia da pesquisa em sociologia é a análise, que pode ser:
 - a) análise empírica
 - b) análise empírica e quantitativa
 - c) análise quantitativa e qualitativa
 - d) quantitativa e por amostragem

3. (Enade) Julgue os itens subsequentes, relativos às práticas de pesquisa de campo nas ciências sociais.
 - I. Nas ciências sociais, o conhecimento depende de uma relação empírica com o ator social.
 - II. A prática da pesquisa social mostra como dificilmente o objeto de pesquisa e sua interpretação podem ser modificados pela interação entre o pesquisador e o ator social.
 - III. No âmbito da pesquisa social, os documentos são como importantes fontes de informação acerca de um dado problema sociológico. A análise desses documentos envolve a atividade de compreensão e interpretação por parte do pesquisador, de modo que se estabeleça o que efetivamente os documentos mostram acerca da realidade.
 - IV. Como a pesquisa quantitativa está baseada em técnicas consolidadas, sob a garantia do instrumento matemático, ela interage fracamente com a pesquisa de orientação qualitativa, que se baseia em técnicas discursivas e dialógicas.
 - V. A sofisticação das técnicas de pesquisa nas ciências sociais, por meio de novas tecnologias e software de processamento de dados, pode levar à produção cada vez mais objetiva de dados e informações, tornando desnecessária a vigilância teórica a respeito dessas técnicas e dos dados que elas produzem.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e IV
- d) III e V
- e) IV e V

Descomplicando a sociologia

(Enade) Leia o texto.

Um objeto de pesquisa só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada. O cientista social que recusa a construção controlada e consciente de seu distanciamento ao real e de sua ação sobre o real pode não só impor aos sujeitos determinadas questões que não fazem parte da experiência deles e deixar de formular as questões suscitadas por tal experiência, mas ainda formular-lhes, com toda a ingenuidade, as questões que ele próprio se formula a respeito deles, por uma confusão positivista entre as questões que se colocam objetivamente aos sujeitos e as questões que eles formulam de forma consciente. Sem dúvida, pode-se e deve-se coletar os mais irreais discursos, mas com a condição de ver neles, não a explicação do comportamento, mas um aspecto do comportamento a ser explicado.

Pierre Bourdieu; Jean-Claude Chamboredon; Jean-Claude Passeron. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Considerando os argumentos apresentados no texto com relação à construção do objeto de pesquisa nas ciências sociais, assinale a opção incorreta.

- a) Os discursos e problemas sociais já se encontram previamente elaborados para os sujeitos sociais; cabe ao cientista social, durante a realização de uma pesquisa empírica, interpretar os dados e informações orientando-se pela problemática teórica pertinente.
- b) Objetos de pesquisa, problemas teóricos, hipóteses e metodologias de investigação são partes constitutivas dos projetos de pesquisa nas ciências sociais e visam criar uma situação de distanciamento epistemológico diante da realidade a ser investigada.
- c) Todos estão sujeitos ao exercício de uma observação espontânea da realidade, ao passo que a observação do cientista social se diferenciará das demais pela sensibilização de seu olhar pelas teorias sociais disponíveis.
- d) Métodos e técnicas de pesquisa como observação participante, pesquisas de opinião, questionários e entrevistas, aplicados aleatoriamente e sem a orientação de uma problemática teórica, contribuem pouco para a construção de uma perspectiva sociológica acerca de um dado objeto de pesquisa.
- e) A metodologia das ciências sociais busca uma reprodução do senso comum na transformação dos problemas sociais como problemas de pesquisa.

Resolução e comentários

A alternativa correta é a **e**, posto que as metodologias utilizadas pela sociologia não se interessam pelo senso comum e sim pela pesquisa científica para obtenção de informações mais seguras.

10 Etnia

Os mitos raciais

Mito é uma crença que surge em torno de algum fato; é uma noção falsa de alguma coisa. Assim, os mitos raciais são ideias falsas que se tem acerca das raças, são concepções não comprovadas. Essas concepções podem ou não ser criadas com variados objetivos.

O conceito de raça é somente biológico; está ligado à hereditariedade, não se aplica à cultura ou a fatores sociais. Porém, o conceito de raça humana foi amplamente utilizado pelos regimes coloniais e também pelo *apartheid* que ocorreu na África do Sul, utilizando-o como diferenças sociais, religiosas e culturais, com o objetivo de eternizar a submissão dos colonizados, além de justificá-la.

Saiba



Apartheid foi o regime racista da África do Sul que proibia negros de frequentar os mesmos locais públicos que os brancos, de estudar nas mesmas escolas, de morar nos mesmos bairros e de casarem-se com brancos. Os negros, sob este regime, eram impedidos de votar.

Atualmente, esse vergonhoso regime não vigora mais na África do Sul.

Até o século XIX acreditava-se que as diferenças hereditárias, como cor da pele, textura do cabelo e outras características, refletiam em diferenças na questão da moral e da inteligência. Pela classificação racial, baseando-se em características físicas, distingue-se o “eu” e o “outro”, diferenciando o “outro” e a sua cultura como inferior.

Os mitos raciais, ao longo de toda a nossa história, foram utilizados para defender os interesses de determinadas classes sociais, ou ainda de potências imperialistas. Na Alemanha nazista, divulgava-se o mito do arianismo, que levou milhões de judeus à morte.

O arianismo é uma doutrina de razões políticas, econômicas e religiosas que justifica a desigualdade entre os homens em função da raça. Foi extremamente utilizada na Alemanha nazista. Por essa doutrina, os arianos seriam superiores aos semitas, sendo considerado ariano apenas o europeu puro, sem mistura de raças.

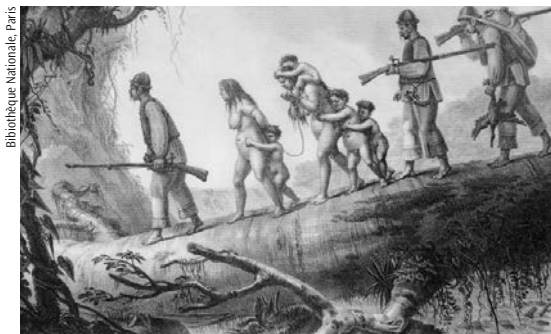
Em função do mito ariano, os nazistas impuseram aos judeus a categoria de classe inferior. Os nazistas se denominavam a classe superior, em função de elementos raciais e linguísticos, usando do arianismo para subjugar os judeus.

Nos Estados Unidos, encontramos outro exemplo de mito racial. Em tempos remotos, por pregarem a falsa ideia de que Deus havia dividido as pessoas em senhores e escravos; posteriormente, surgiu o mito da segregação racial, separando negros e brancos e propiciando lutas sangrentas, injustiças, desumanidades e mortes.

O mito racial no Brasil surgiu com a colonização portuguesa para justificar a suposta superioridade sobre os habitantes que aqui já viviam e a segregação dos mesmos.

Os indígenas foram escravizados e subjugados pelo europeu português, que via nos habitantes destas terras o “outro”: seres inferiores e preguiçosos.

O mito racial no Brasil não se aplicou apenas aos povos indígenas, mas também aos negros africanos que foram escravizados, tratados como animais de raça inferior e vistos como objetos a serviço da raça “branca e superior”.

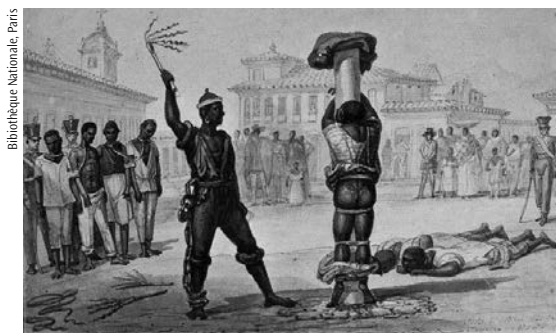


Índigenas sendo escravizados. Gravura de Debret.

Mesmo após a libertação dos escravos, os negros daquele período continuaram sendo tratados como inferiores aos brancos, considerados indignos, sendo relegados a atividades degradantes.

Ao longo da história da humanidade, em diversos conflitos internacionais, o mito racial foi utilizado como desculpa para justificar a atitude do agressor.

Grandes potências, invadindo outros países, utilizam as mais variadas justificativas, desde libertar o povo de um governo tirânico até preservar a paz mundial, tem sido o discurso enganoso de nações como os Estados Unidos, usado atualmente para interferir em países aos quais julgam uma ameaça.



Escravo sendo castigado. Gravura de Debret.

Assim, em toda a história humana, encontramos povos que se utilizam do mito racial para justificar sua pretensa superioridade sobre outros povos ou países. O fato é que, como foi dito, raça é um conceito apenas e meramente biológico. Somos todos pertencentes a uma única raça, ou seja, a humana; portanto, somos todos irmãos.

Classificação racial

Denomina-se classificação racial a distribuição e organização das pessoas em raças diferentes. O que, geralmente, tem levado à hierarquização dos grupos humanos e à concepção de raça superior e raça inferior.

No século XVIII, o antropólogo alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) classificou a espécie humana em três raças: branca ou caucasoide, negra ou negroide e amarela ou mongoloide. Posteriormente, o índio americano foi classificado como mongoloide, e negroide o aborígine da Austrália. Essa classificação originava-se pela geografia, ou seja, era uma classificação gerada em função do local, da geografia, de cada agrupamento humano, de cada raça.

Porém, antes dele, em 1684 o médico e antropólogo francês François Bernier (1620-1688) havia publicado em um jornal artigo a respeito da classificação racial, que não estava ligada à geografia ou ainda à cultura. Nesse artigo, ele desvalorizava os olhos asiáticos e os cabelos dos negros entre outras depreciações raciais.

No século XIX, a classificação racial continuou existindo; tentava-se classificar as raças de acordo com seus caracteres físicos. No século seguinte, a genética possibilitou a descoberta de que só existe uma espécie humana e que, geneticamente, não podemos definir brancos, negros ou amarelos; ou seja, para a biologia não existe raça.

No século XX, o ápice da classificação de raças e a superioridade de uma sobre a outra teve seu expoente máximo no nazismo, quando mais de seis milhões de judeus morreram em campos de concentração.

Os alemães consideravam-se provindos da raça ariana, que era pura, enquanto os judeus eram da raça semita. Segundo a visão ariana, imposta na época, os arianos eram hierarquicamente superiores aos semitas. Os alemães pretendiam, então, "limpar a raça"; ou seja, propagavam a ideia de raça pura, sendo os judeus diferentes e inferiores na visão deles, justificando, assim, o antissemitismo e as atrocidades que cometiam contra os judeus.

No Brasil, desde 1991, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usa como classificação racial a autodeclaração. Utiliza-se um questionário onde se encontram registrados os nomes de cinco cores de pele: branca, preta, parda, amarela e indígena. É a própria pessoa entrevistada quem escolhe a cor de pele na qual julga se enquadrar. Assim, o indivíduo é negro ou branco conforme a declaração que fizer.

Normalmente, a história tem mostrado que, quando se fala em diferença racial, quase sempre é com o objetivo de provar a suposta superioridade branca e/ou ariana, como justificativa para gozar de privilégios e para causar submissão e escravidão.

Assim, a classificação racial é na verdade uma forma encontrada para justificar as atrocidades cometidas contra grupos étnicos, quer seja pela expansão imperial, quer seja por “limpeza racial”.

O fato é que a classificação racial leva ao preconceito e à intolerância, ferindo a *Declaração dos direitos humanos* em seu artigo I, que diz:

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir, em relação uns aos outros, com espírito de fraternidade.

Etnocentrismo

Etnocentrismo é a inclinação a considerar o seu grupo étnico como mais importante que os outros. É uma atitude de avaliar qualquer outro grupo social com base nos valores próprios do seu grupo.

Parte do choque e da estranheza ocorre quando dois ou mais grupos totalmente diferentes se encontram. A partir desse choque, passa a existir o “eu” e o “outro”, sendo que o “eu” sempre é o normal, e o “outro” diferente, primitivo, mostrando todo preconceito possível.

Enfim, o etnocentrismo é o fato de um grupo considerar-se superior a outro, ou ainda uma nação considerar-se superior a outra. Nesse tipo de posição, não se percebe as diferenças como simplesmente diferenças, como fazendo parte de uma cultura que tem outros valores próprios. O pensamento etnocêntrico coloca o indivíduo e seu grupo numa posição de superioridade em relação ao outro.

O descobrimento da América foi marcado pelo acentuado etnocentrismo. O fato de o colonizador possuir tecnologia desconhecida para os indígenas, por exemplo, possuir arma de fogo, deixou-os à mercê dos europeus.

Desse modo, ao se deparar com uma cultura totalmente diferente da sua, o colonizador, em uma atitude etnocêntrica, achou-se superior

aos nativos e lhes impôs outra forma de cultura, tentando domesticá-los. O colonizador acreditava que os indígenas eram selvagens e que eram povos totalmente primitivos e antropofágicos¹⁶.

Nesse sentido, durante toda a colonização, os povos indígenas sempre foram vistos pelos olhos dos colonizadores, sendo sempre mal interpretados.

Nesta cena, Américo Vespúcio desperta a América, representada por uma índia Tupinambá, que dormia em uma rede. Ao fundo, há cena de antropofagia, prática dos tupinambás na época.



América (1589), de Theodore Galle.

Encontramos postura etnocêntrica na civilização grega antiga em relação aos povos bárbaros que, para eles, eram aqueles que não adotavam os costumes gregos da época, tampouco sua língua; não percebiam as diferenças culturais. Os gregos acreditavam que sua civilização era superior às outras, vistas pelos mesmos como bárbaras.

Sabemos que não existem grupos superiores ou inferiores, o que existem são grupos diferentes, com costumes, com culturas diferentes. Ter acesso a tecnologia não é fator determinante para se classificar um grupo, ou seja, ter um maior desenvolvimento tecnológico não quer dizer ser superior a outro grupo.

¹⁶ Antropofágico é todo ser humano que se alimenta de carne humana.

Uma cultura não pode ser valorizada pelos olhos da outra, ou seja, não se pode hierarquizar culturas, acreditando que existem povos superiores e povos inferiores.

O etnocentrismo resulta da incompreensão em relação aos aspectos das outras culturas e da crença de que essas outras culturas são inferiores.

A antropologia e a sociologia estudam essas diferenças culturais e têm a preocupação de mostrar que essa hierarquia cultural não existe.

1. O *apartheid*, que vigorou por muito tempo na África do Sul:
- I. proibia que os negros votassem em eleições gerais;
 - II. proibia o casamento entre brancos e negros;
 - III. permitia ao negro morar onde quisesse;
 - IV. limitava os negros a morar somente em bairros negros;
 - V. restringia vários direitos dos negros.

Assinale:

- a) Apenas I e II são corretas.
 - b) São corretas apenas I, II e III.
 - c) As afirmações II e IV são incorretas.
 - d) São corretas apenas I e V.
 - e) Apenas a informação III é incorreta.
2. Quais destas alternativas não contêm um exemplo de intolerância racial, cultural ou religiosa?
- a) As leis antissemitas em vigor na Alemanha durante o período nazista.
 - b) Dominação, massacre e escravização dos indígenas brasileiros pelo europeu colonizador.
 - c) Política do *apartheid* na África do Sul até o início dos anos 1990.
 - d) Movimento estudantil e trabalhista pelo fim do regime militar no Brasil.
3. Quanto “às espécies humanas” mais conhecidas, quais são as classificações que o antropólogo alemão Johann Friedrich Blumenbach apresentou em seus estudos?
- a) caucasóide e negróide
 - b) caucasóide, negróide e mongolóide
 - c) mongolóide e negróide
 - d) caucasóide, negróide e caucasiano
 - e) nenhuma das anteriores
4. (UFSJ-MG) Leia o texto.

Os nazistas eram totalmente ignorantes em genética. Tudo o que fizeram era furado. Eles, inclusive, tinham a ideia de uma raça homogênea ariana, o que não faz nenhum sentido porque 95% da variabilidade genética humana está dentro do que eles chamavam de raças.

Sérgio Danilo Pena, geneticista da Universidade Federal de Minas Gerais, em entrevista à Revista *Galileu*, de fevereiro de 2003.

O nazismo alemão pregava:

- a) a política de “separados, mas iguais”, com a segregação dos negros, em escolas e outras instituições, com a garantia da mesma qualidade de serviços.
- b) a superioridade dos brancos puros, os arianos de origem germânica e a submissão ou extermínio dos racialmente inferiores.

- c) a miscigenação como fator de eugenia para o povo alemão, com a implantação de uma política imigratória da Ásia, África e América Latina.
- d) o predomínio dos judeus europeus, objetivando a capitalização do Estado alemão, e a política de segregação de católicos e protestantes.

5. (UFES) Sobre o etnocentrismo, Claude Lévi-Strauss (1976) argumenta em *Raça e história* que “um machado não gera outro machado”.

Com essa proposição, afirma-se que:

- a) no plano biológico, uma sociedade gera outra sociedade.
- b) a evolução biológica é independente da evolução cultural.
- c) a evolução cultural obedece às leis da natureza.
- d) a diversidade cultural é o que distingue os grupos humanos.
- e) a diversidade cultural é determinada pelas relações biológicas.

Descomplicando a sociologia

(Unesp) Leia estes textos:

Texto 1:

Etnocentrismo: *tendência para considerar a cultura de seu próprio povo como a medida para todas as outras.*

Novo Dicionário Aurélio.

Texto 2:

[Os índios] não têm fé, nem lei, nem rei [...]. são mui desumanos e cruéis, [...] são mui desonestos e dados à sensualidade [...]. Todos comem carne humana e têm-na pela melhor iguaria de quantas pode haver [...]. Vivem mui descansados, não têm cuidado de cousa alguma se não de comer e beber e matar gente.

Pero de Magalhães Gandavo. Tratado da terra do Brasil, século XVI.

- a) O texto 2 pode ser considerado etnocêntrico? Justifique sua resposta.
- b) Comente algumas das consequências, para as populações indígenas, da chegada dos portugueses à América.

Resolução e comentários

- a) Sim, o texto é etnocêntrico porque o autor faz uma análise dos indígenas a partir dos valores europeus. Dessa forma, as diferenças existentes entre os indígenas e os europeus são classificadas como negativas ou inferiores. Essa tendência do autor é explícita, sobretudo pelo emprego dos adjetivos *desumanos*, *desonestos*, *cruéis* e pelo apontamento de características como *descrentes*, *desocupados* etc.
- b) Diversas são as consequências da invasão portuguesa às terras indígenas, entre elas: aculturação do indígena, doenças, tortura, massacre, mortalidade, escravidão, perda de liberdade, exploração, abuso sexual, perda de identidade, imposição da religião católica, perda de terras etc.

Violência e criminalidade

A violência e a criminalidade são assuntos bastante atuais e vêm sendo objeto de estudo e investigações de várias ciências humanas e sociais, entre elas a sociologia.

Tais fenômenos atingem toda a população do planeta, sem distinção entre ricos e pobres, causando revolta e indignação. Geralmente, está ligada à falta de ordem ou regras estabelecidas não respeitadas.

A violência é apontada por alguns estudiosos como inerente à natureza humana. Outros não aceitam essa visão, posto que o ser humano é o único animal que utiliza armas para atacar seu semelhante.

No reino animal, quando um animal ataca o outro, normalmente é pelo instinto de sobrevivência, ou seja, ataca para se alimentar, para demarcar território, para liderar, para acasalar. Porém o ataque nunca é sem motivo; diferentemente do ser humano, que, às vezes, desmotivadamente, ataca seu semelhante.

Os seres humanos inventaram a guerra, que é uma forma de matança generalizada. A justificativa para a ocorrência de uma guerra — conflitos religiosos, anexação ou defesa de território, desenvolvimento de armas nucleares etc. — quase sempre oculta o verdadeiro motivo de sua realização: o poder.

Até mesmo a Igreja, que deveria pregar a não violência, a bondade e o amor, outrora incentivou a guerra e a matança. Por motivos religiosos, milhares de pessoas morreram durante as cruzadas, promovidas pela Igreja católica, e várias outras foram torturadas e outras tantas morreram no período da inquisição católica.



Cena da Inquisição (1812-1814), de Goya.

Em nome da religião, periodicamente, homens-bombas se matam em atentados terroristas, levando dezenas e/ou centenas de outras pessoas à morte.

Os conflitos entre pessoas, grupos, povos, nações existem desde os primórdios da humanidade, sobretudo a partir do nascimento das civilizações.

O Tibete e a China, por exemplo, vivem um longo período de conflito. Os tibetanos lutam para se livrar do domínio chinês, pois sempre foram uma nação independente, com seus próprios costumes, modo de vida e cultura.

Também recentemente os Estados Unidos da América invadiram o Iraque, tomando o poder e causando a morte de um grande número de civis.

A violência dissociada de guerras também cresce a cada dia. Diariamente, ocorrem uma infinidade de roubos, sequestros, homicídios etc.

A violência, sob qualquer forma, sempre denota uma relação de poder sobre o outro, quer seja o outro um país ou uma pessoa.

Estudos revelam que diversos fatores podem levar ao aumento da violência e da criminalidade, dentre eles: desigualdade econômica

e social; desvalorização dos valores morais e espirituais; racismo; pobreza; muita exposição da violência na imprensa; despreparo da polícia; crime organizado; desemprego; excesso de população carcerária etc.

É sabido que o ser humano não nasce criminoso, não nasce para o mal. Diversas causas o levam a isso. Normalmente, essas causas são sociais e econômicas. Contudo, nem sempre a pobreza é preponderante para a ocorrência de crime ou de violência.

Recentemente, em São Paulo, dois casos de morte foram praticados por estudantes universitários que não eram oriundos de famílias pobres. Em um deles, uma estudante universitária de família rica planejou e participou do assassinato dos pais enquanto eles dormiam. Para isso, contou com o plano e a ajuda do namorado e do cunhado.

Há alguns anos, um estudante universitário, que cursava medicina, entrou em um cinema, atirando aleatoriamente nas pessoas que assistiam ao filme, matando várias delas.

Como explicar esses e tantos outros casos de violência aparentemente sem explicação? Desajuste emocional, trauma infantil, desejo de fama? Ainda que se encontre uma justificativa, a criminalidade e a violência são reais e efetivas e se constituem em um grave problema da sociedade.

O fato é que a criminalidade cresce a cada dia. Tornou-se um fato integrante do mundo moderno, tanto na região urbana quanto na rural.

Muitos afirmam que a criminalidade é um problema que deve ser resolvido pelo Estado, mas também cabe à população e a toda a sociedade resolvê-lo; é, na verdade, um problema de responsabilidade social de todos, visto que o que leva ao crime são diversos fatores, inclusive sociais.

A simples inclusão de mais policiais nas ruas e a repressão ao crime não têm se revelado suficiente para solucionar essa problemática. Entende-se que é necessário um trabalho mais efetivo, não só envolvendo o poder público, como também todas as áreas da sociedade, buscando prevenção e redução da criminalidade e da violência.

Algumas medidas são apontadas nesse sentido, tais como: melhoria da justiça quanto a leis, prazos, recursos e rapidez; formação,

preparo e remuneração digna para policiais; investimentos em educação, lazer, cultura, saneamento básico, infraestrutura e manutenção dos conceitos morais.

Essa deve ser, inquestionavelmente, uma mobilização de toda a sociedade e não apenas dos governos.

Violência e a função do Estado

As unidades federativas do Brasil, ou Estados, têm, em geral, a responsabilidade pela segurança pública e pela autodefesa. O artigo 144 da *Constituição* vigente, promulgada em 1988, trata dessa questão:

Artigo 144 — A segurança pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I — polícia federal;
- II — polícia rodoviária federal;
- III — polícia ferroviária federal;
- IV — polícias civis;
- V — policiais militares e corpos de bombeiros militares.

Através da força policial, o Estado organiza a segurança pública e tem a função de zelar pela ordem e pela justiça. Assim, não cabe ao cidadão fazer justiça pelas próprias mãos, não cabe promover vingança. É o Estado que deve promover a justiça, levando a ordem aos membros de uma sociedade.

A *Constituição* legitima o poder do Estado como mediador dos conflitos. Desse modo, o Estado, através da força física, assegurada na *Constituição*, e pelas várias corporações policiais, combate a violência.

Por meio de leis próprias, estabelecidas no *Código Penal*, sabemos o que é uma prática criminosa ou não. Para quem infringir tal código, há variadas sanções penais.

Enfim, o Estado tem a função de combater a violência e de promover a justiça. Contudo, a justiça no Brasil ainda é morosa e burocrática.

Por outro lado, “brechas” existentes nas leis muitas vezes acabam favorecendo a impunidade de criminosos, sobretudo os de alto poder aquisitivo.

A violência e os meios de comunicação

Os meios de comunicação exercem grande influência na vida humana. Diariamente, as pessoas assistem a programas de TV, ouvem rádio, leem jornal, acessam à internet e rapidamente se informam sobre os mais variados assuntos, inclusive aqueles que envolvem conflitos, criminalidade, violência.

A invenção da imprensa significou um grande avanço para toda a humanidade, pois possibilitou a todos o acesso à informação.

Telefone, rádio, televisão e internet, entre outros, fizeram com que as informações circulassem com grande velocidade em qualquer parte do mundo. Nesse sentido, os meios de comunicação são excelentes formas de circulação de informações, conhecimento e cultura, desde que utilizados realmente para esses fins.

A discussão sobre o fato de os meios de comunicação influenciarem ou não o aumento da violência é bastante antiga e divide opiniões e estudos. Parte dos pesquisadores creditam aos meios de comunicação uma certa responsabilidade pela incidência da violência quando exposta em excesso, e outros discordam dessa teoria.

Como vivemos em uma democracia, a liberdade de imprensa é garantida por lei. No entanto, é dever de cada cidadão selecionar as informações que circulam nos meios de comunicação.

O artigo 5º da *Constituição* garante: “[...] é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Contudo, o Estado tem a obrigação de controlar a programação, estipulando horários e faixas etárias que sejam adequados ao espectador.

Estes outros trechos da *Constituição Federativa do Brasil* também tratam do tema meios de comunicação:

Artigo 220 — A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

[...]

§ 2º — É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º — Compete à lei federal:

I — regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II — estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no artigo 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Artigo 221 — A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I — preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II — promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetiva sua divulgação;

III — regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV — respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Pela leitura destes artigos, é possível perceber que, apesar de não haver censura, o Estado tem uma parcela de responsabilidade na programação diária do rádio e da televisão; compete a ele o controle dessa programação.

Grande parte dos meios de comunicação, com mais ênfase a emissoras de TV, extrapolam os limites éticos. Em diversos programas, filmes e novelas há exageros nas cenas de sexo e de violência em horários inadequados contribuindo para que os valores morais se tornem banais e sem importância.

A concorrência entre as emissoras e a disputa pela audiência levam ao exagero e à irresponsabilidade, tornando a programação inadequada e de mau gosto.

Influenciando ou não para o aumento da violência, o fato é que os meios de comunicação, em especial o rádio e a televisão, são poderosos veículos de informação e devem estar a serviço da população, atendendo seus anseios de informação, entretenimento e cultura. Devem ainda despertar no indivíduo a valorização da vida, da paz entre todos e do respeito mútuo, possibilitando ao telespectador exercer e refletir sobre sua própria cidadania.

1. (Seduc-CE) Na escola, a violência exercida por alguns grupos de jovens se expressa muitas vezes através de:
- a) gangues
 - b) times
 - c) turmas
 - d) grêmios
2. (UEL-PR) Leia o texto a seguir:

Como problema que inquieta e choca a sociedade, a pobreza aparece no entanto no registro da patologia, seja nas evidências da destituição dos miseráveis que clamam pela filantropia pública ou privada, seja nas imagens da violência que apelam para sua ação preventiva e, sobretudo, repressiva. Num registro ou no outro, a pobreza é encenada como algo externo a um mundo propriamente social.

Vera da Silva Telles. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 31-32.

Considerando que o texto está se referindo à sociedade brasileira, assinale o que for **correto**.

- a) A autora apresenta uma análise sociológica sobre a pobreza no Brasil, alerta para o fato de que esse problema gera violência e defende que ações privadas filantrópicas poderiam preveni-lo.
 - b) A autora afirma que, no Brasil, há uma naturalização da pobreza. Assim, nossa sociedade geralmente não considera os condicionantes sociais e históricos do fenômeno em questão.
 - c) A identificação do Estado como um pai, muito presente no imaginário social brasileiro, corresponde àquilo que, no texto, a autora denomina “filantropia pública”.
 - d) A autora apresenta uma análise sociológica sobre a forma como a sociedade brasileira concebe a pobreza. Com isso, ela procura esclarecer alguns dos fatores que, historicamente, contribuem para sua reprodução.
3. (UEL-PR) Leia o texto:

A proteção e a promoção dos direitos humanos continuaram a se situar entre as principais carências a ser enfrentadas pela sociedade civil. [...] A enumeração das principais áreas de intervenção das organizações da sociedade civil soa como demandas de séculos passados: a ausência do estado de direito e a inacessibilidade do sistema judiciário para as não elites; o racismo estrutural e a discriminação racial e a impunidade dos agentes do Estado envolvidos em graves violações aos direitos humanos. Como vimos, a nova democracia continuou a ser afetada por um “autoritarismo socialmente implantado”, uma combinação de elementos presentes na cultura política do Brasil, valores e ideologia, em parte engendrados pela ditadura

militar, expressos na vida cotidiana. Muitos desses elementos estão configurados em instituições cujas raízes datam da década de 30.

PINHEIRO, P. S. "Transição política e não estado de direito na República". Em: WILHEIM, J. e PINHEIRO, P. S. (org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 296-297.

Em relação à violência, analise o texto anterior e selecione a alternativa que corresponde à ideia desenvolvida pelo autor:

- a) A democracia brasileira é fortemente responsável pelo surgimento de uma cultura da violência no Brasil.
- b) Muito mais do que os traços culturais, é o desenvolvimento econômico que acarreta o desrespeito aos direitos humanos no Brasil.
- c) Com a democratização, as não elites brasileiras finalmente tiveram pleno acesso ao sistema judiciário e aos direitos próprios do estado de direito.
- d) Historicamente, o desrespeito aos direitos humanos afeta de modo igual a brancos e negros, ricos e pobres.
- e) A violência no Brasil expressa-se na vida cotidiana e, para ser superada, depende de ações da sociedade civil.

4. (UFMG) "Nós pensamos que fosse um mendigo..."

Essa frase foi atribuída aos adolescentes que, em Brasília, queimaram vivo o índio Galdino, que dormia em um ponto de ônibus. Esse fato, ocorrido em 1997, pode ser associado:

- a) ao descaso e à violência com que as minorias e os pobres têm sido historicamente tratados no Brasil.
- b) ao surgimento de grupos organizados de extrema direita que veem os índios e os pobres como responsáveis pela crise do desemprego.
- c) à política de eliminação das diferenças e das desigualdades sociais, através do extermínio dos pobres.
- d) ao conflito interétnico que tem caracterizado a luta pela posse e distribuição das terras das reservas indígenas.

5. (UFRGS-RS) Considere o texto abaixo:

Que país é este
Nas favelas, no Senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é este?

Renato Russo

Em relação à sociedade brasileira, o texto acima:

- I. denuncia a existência da impunidade no conjunto da sociedade e a falta de compostura de parte da elite política brasileira.

- II. explicita a inexistência de desigualdade social e concentração de renda no país.
- III. esconde as mazelas da sociedade através de um discurso alienado e ufanista.

Quais estão corretas?

- a) apenas I
- b) apenas II
- c) apenas I e II
- d) apenas I e III
- e) I, II e III

Descomplicando a sociologia

(ESPM-SP) Leia o texto.

Percebi [...] que os narcotraficantes são os cangaceiros do asfalto. [...] O sentimento que gerou o cangaço é o mesmo que alimenta o tráfico nas favelas.

LG, cantor da banda carioca AfroReggae. In: *Folha de S.Paulo*, 14 jan. 2001. C 11.

A associação que LG faz entre o cangaço e o narcotráfico das favelas cariocas:

- a) é possível, porque em âmbito nacional, os dois movimentos têm origem na pobreza e na omissão do Estado em suas funções assistencialistas e, em âmbito internacional, estão ligados a uma extensa rede criminosa que atua em boa parte da América Latina.
- b) não é possível, porque no cangaço havia um forte componente político que era a resistência ao regime republicano recém-criado, enquanto o narcotráfico não se envolve em questões políticas.
- c) é possível, porque nos dois casos os movimentos criminosos cresceram entre a população socialmente marginalizada, economicamente carente, e se valeram da ausência do Estado no atendimento às necessidades básicas da população.
- d) é equivocada, porque cerca de um século separa os dois movimentos, o contexto histórico e as questões sociais que afligem hoje o Brasil são muito diferentes daqueles do início do século XX, o que impede qualquer tipo de comparação.
- e) é falsa, porque em sua análise o cantor deixou de lado o fato de o governo não ter desenvolvido uma política de repressão ao cangaço, ao contrário do que ocorre em relação ao narcotráfico.

Resolução e comentários

Existe uma certa relação entre os dois movimentos, pois ambos surgiram entre a população economicamente carente e marginalizada. Além do fato de que, tanto na época do cangaço como hoje, essa camada da sociedade não foi atendida pelo estado em suas necessidades básicas. Portanto, a alternativa correta é a **c**.

Conceito de cidadania

Cidadania é a possibilidade que todos têm de cumprir seus deveres e de exercer seus direitos assegurados em lei. Cidadão é o indivíduo que desfruta desses direitos assegurados pelo Estado, participando consciente e efetivamente de tudo que diz respeito à sociedade em que vive.

No caso do Brasil, os direitos sociais do cidadãos estão estabelecidos, entre outros, no artigo 6º da *Constituição*:

[...] são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da *Constituição*.

Estão também descritos no artigo 196 da *Constituição*:

[...] A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Embora garantidos pela *Constituição*, nem toda a população brasileira consegue usufruir desses direitos. Essa distância entre o que está assegurado em lei e o que ocorre na prática do cotidiano não é uma realidade somente do Brasil; em vários outros países a cidadania só é conquistada com muito esforço.

A *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, aprovada na França em 26 de agosto de 1789 pela Assembleia Nacional Constituinte, assegurava a todos o direito à cidadania, justiça, igualdade, liberdade e fraternidade.



A liberdade guiando o povo (1830), de Delacroix.

A Declaração dos direitos do homem e do cidadão

Os representantes do povo francês, constituídos em Assembleia Nacional, compreendendo que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo pelos direitos do homem são a única causa da infelicidade pública e da corrupção do governo, decidiram expor numa declaração solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que essa declaração, estando sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre os seus direitos e deveres; e para que todos os atos dos poderes legislativo e executivo, podendo em qualquer momento ser comparados com o fim de toda a instituição política, sejam sobretudo respeitados, e a fim de que as reclamações dos cidadãos, fundadas desde agora em princípios simples e incontestáveis, tendam sempre à inviolabilidade da Constituição e à felicidade de todos. Em consequência, a Assembleia Nacional reconhece e declara, sob os auspícios e na presença do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Artigo 1º — Os homens nascem livres e iguais em direitos e as distinções sociais não podem fundar-se senão na utilidade comum.

Artigo 2º — Toda a sociedade política tem por fim conservar os direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência contra a opressão.

Artigo 3º — O princípio de toda a soberania reside essencialmente na nação. Nenhum indivíduo ou corporação pode exercer autoridade que não provenha expressamente dela.

Artigo 4º — A liberdade consiste em se poder fazer tudo aquilo que não prejudique a outrem: portanto, o exercício dos direitos naturais do homem fica apenas limitado por aqueles que assegurem aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites só podem ser determinados pela lei.

Artigo 5º — A lei só tem o direito de proibir as ações nocivas à sociedade. Nada pode ser impedido que não esteja vedado pela lei e ninguém pode ser obrigado a executar o que a lei não ordene.

Artigo 6º — A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito a contribuir para a sua elaboração, quer pessoalmente, quer por representação. A lei deve ser igual para todos, quer proteja ou castigue. Todos os cidadãos são iguais entre si, e têm igualmente o direito de concorrer a todas as dignidades, cargos ou empregos, conforme a sua capacidade, sem outra distinção que não seja a sua virtude ou talento.

Artigo 7º — Ninguém pode ser acusado, detido nem preso senão nos casos determinados pela lei e conforme as formalidades nela prescritas. Aquele que solicite, expeça ou faça executar ordens arbitrárias deve ser castigado; mas todo o cidadão requerido ou preso pela lei deve obedecer imediatamente, e qualquer resistência implica culpa.

Artigo 8º — As leis só devem estabelecer as penas estritas e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser castigado em virtude de uma lei promulgada posteriormente ao delito cometido e que não seja legalmente aplicada.

Artigo 9º — Todo homem se presume inocente antes de ser declarado culpado, mas se a sua prisão for considerada indispensável, todo o rigor excessivo na detenção da sua pessoa deve ser severamente reprimido pela lei.

Artigo 10º — Ninguém deve ser incomodado pelas suas opiniões, embora sejam religiosas, contanto que a manifestação das mesmas não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Artigo 11º — A livre emissão das opiniões e dos pareceres é um dos direitos dos mais preciosos do homem; portanto, todo e qualquer cidadão pode falar, escrever e imprimir livremente, salvo nos casos em que o abuso desta liberdade implique uma responsabilidade determinada pela lei.

Artigo 12º — A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; essa força é então instituída para a vantagem de todos e não para a utilidade particular daqueles a quem ela for confiada.

Artigo 13º — Para a manutenção da força e para os gastos da administração é indispensável uma contribuição comum, contribuição que deve ser repartida entre todos os cidadãos em harmonia com suas posses.

Artigo 14º — Todos os cidadãos têm o direito de verificar diretamente ou por intermédio dos seus representantes a necessidade da contribuição pública, consenti-la livremente, fiscalizar o seu uso e determinar a qualidade, quota, meio de pagamento e duração.

Artigo 15º — A sociedade tem o direito de exigir contas da sua administração a todos os funcionários públicos.

Artigo 16º — Não tem uma Constituição toda a sociedade em que a garantia dos direitos não estiver assegurada, nem devidamente determinada a separação dos poderes.

Artigo 17º — Sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, ninguém dela poderá ser privado senão em razão de utilidade pública, legalmente justificada, e justa e prévia indenização.

Bibliothèque Nationale, Paris



A queda da Bastilha, um dos marcos do início da Revolução Francesa, em desenho de Claude Chollat.

A *Declaração* foi bastante inovadora para a época, servindo posteriormente de inspiração para movimentos em diversas partes do mundo. Muitos países usaram esses artigos da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* como base para suas constituições.

No Brasil, a *Constituição federal* vigente traz, em seu artigo 5º, todos os direitos e garantias fundamentais do povo brasileiro:

Título II – Dos direitos e garantias fundamentais

Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos

Artigo 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I — homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II — ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III — ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV — é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V — é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI — é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

[...]

VIII — ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei;

IX — é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X — são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI — a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII — é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

[...]

XVI — todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII — é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter militar;

[...]

XXII — é garantido o direito de propriedade;

XXIII — a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV — a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

[...]

XXVI — a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII — aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

[...]

XXX — é garantido o direito de herança;

XXXI — a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus;

XXXII — o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII — todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV — são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

[...]

XXXVIII — é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX — não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL — a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI — a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII — a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII — a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV — constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

[...]

XLVII — não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do Artigo 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII — a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX — é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L — às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI — nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII — não será concedida extradição de estrangeiros por crime político ou de opinião;

LIII — ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV — ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

[...]

LVII — ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

[...]

LXI — ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII — a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII — o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

[...]

LXVI — ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII — não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII — conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

[...]

LXXIII — qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV — o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV — o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

[...]

LXXVII — são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

[...].

A *Constituição* brasileira assegura direitos sociais, englobando a cidadania; contudo, exercer a cidadania não é somente ter direitos, é também cumprir uma série de deveres e atitudes de indivíduo, de cidadão pelo bem comum.

A cidadania é também a exigência da aplicação dos impostos que pagamos, é a reivindicação dos direitos básicos que a *Constituição* assegura, como saúde e educação, por exemplo. É também zelar pelo patrimônio público: praças, escolas, hospitais, telefones públicos, meios de transporte... enfim, tudo que faz parte do bem comum.

Cidadania é poder praticar qualquer tipo de religião sem sofrer discriminação ou ser perseguido por praticá-la. É trocar um alimento ou mercadoria que não percebemos que estava estragado ao comprá-lo; é poder se reunir em grupos sem ser perseguido; é poder falar sobre o governo sem ter medo de ser preso; é poder se expressar. É também ter o direito de se candidatar a qualquer cargo público e votar em quem quiser.

Exercer a cidadania é respeitar o direito do outro. Ser cidadão é cumprir as normas sociais: respeitar o semáforo vermelho, estacionar automóveis apenas em local permitido, não obstruir passagens e rampas de acesso para deficientes, não jogar o lixo na rua e em outros locais inadequados, é separar o lixo para a reciclagem, é pensar no coletivo, e não apenas no individual etc.

A educação é primordial para o processo de cidadania. Nesse sentido, são de extrema relevância as campanhas educativas para conscientizar indivíduos sobre determinados assuntos.

A cidadania deve ser ensinada pelos meios de comunicação, nos lares, nas igrejas, nas escolas, em todas as áreas do conhecimento humano.

É possível ensinar o conceito de cidadania, mas ela só se realiza na prática, no respeito ao direito do outro, com a participação diária do cidadão, e com a predominância do coletivo sobre o individual, ou seja, com a consciência de que o outro deve ser respeitado em todos os aspectos.

Por meio da educação, o cidadão se conscientiza quanto à vida em sociedade, quanto à importância do voto e de sua própria formação. Pela educação, o ser humano pode chegar a grande plenitude e a ver a cidadania como possível a todos e fundamental para o bem comum.

Direitos humanos

A *Declaração universal dos direitos humanos* foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, tendo como objetivo principal que todos os países aplicassem seus princípios na prática, tornando os seres humanos mais fraternos, livres e iguais. Dada a sua importância, foi transcrita a seguir em sua íntegra, acompanhada de um breve comentário.

Declaração universal dos direitos humanos

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade, e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum.

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão.

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações.

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades.

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso.

A Assembleia Geral proclama:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Esse primeiro artigo mostra que a liberdade é essencial para o ser humano e, principalmente, que devemos ser fraternos uns para com os outros, pois todos somos irmãos.

Artigo II

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Por esse artigo, percebemos que todos têm os mesmos direitos, independente de raça, sexo, religião ou qualquer outra coisa que possa limitar os direitos do ser humano. A intolerância, a discriminação e o preconceito não devem ser admitidos, sob nenhuma forma.

Artigo III

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Esse artigo não necessita de maiores comentários, visto todos estarmos conscientes do direito inalienável que temos à liberdade, à vida e à segurança.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

A escravidão é a pior humilhação que um ser humano pode impor a outro. Apesar de parecer algo antigo, que não existe mais, infelizmente ainda ocorre em alguns locais do Brasil e do mundo.

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Durante toda a história da humanidade, a tortura sempre foi utilizada por governos tiranos, para se manter no poder. Também foi e é utilizada por alguns profissionais da segurança pública, como forma de obterem confissões, mesmo que as mesmas não sejam verdadeiras. Em nosso país, a tortura foi utilizada durante o regime militar.

Artigo VI

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Quando nascemos, adquirimos personalidade civil, nos tornamos pessoas humanas, com direitos e obrigações. Somente os mentalmente incapazes estão isentos de cumprir obrigações, mas, assim como todos nós, também têm seus direitos.

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

O direito à igualdade diz respeito a todos; porém, esse direito quer dizer que todos somos iguais, em relação às condições em que nos encontramos ou nos deparamos. Como exemplo, podemos citar o direito a dirigir um automóvel. Todos temos esse direito, porém, para que possamos dirigir, a primeira condição é que tenhamos maioria civil, e a segunda, que tenhamos a carteira de habilitação. Sem essas condições, apesar de sermos iguais perante a lei, e, portanto, termos esse direito, não poderemos dirigir.

Artigo VIII

Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

A justiça deve garantir os nossos direitos, e o *habeas corpus* (que tenhas teu corpo), é o que garante esse direito, pois nos garante constitucionalmente o direito à locomoção, para quem sofreu ou está para sofrer ilegalmente abuso da lei, sendo, portanto, o remédio constitucional contra ilegalidades e uso exagerado de poder.

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Apesar de sua importância, muitas vezes esse artigo não é respeitado por determinadas nações. No Brasil, pelas leis atuais, uma pessoa só pode ser presa em flagrante ou se condenada em processo criminal.

Na época da ditadura militar, muitas pessoas foram exiladas, sendo o exílio uma espécie de prisão ilegal.

Artigo X

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Todos que forem acusados têm o direito de defesa. Pela lei brasileira, todos têm direito a um advogado, mesmo que não possam pagar. O Estado garante isso através da defensoria pública.

Artigo XI

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Todos são inocentes até que se prove o contrário. Ninguém pode ser declarado imediatamente culpado. Somente após ser processado e tendo o direito a defesa e a um julgamento justo, poderá ser decla-

rado ou não culpado. Na dúvida da culpa ou não de um réu, devemos considerá-lo inocente: *in dubio pro reu* (na dúvida, pelo réu).

A lei jamais pode voltar ao tempo para condenar alguém, ou ainda, ser criada uma lei para punir algo que se fez no passado.

Artigo XII

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Aqui, é garantido o nosso direito à privacidade, tanto dentro do seio familiar, como individualmente ou ainda em casos de correspondência, que não podem ser violadas.

Artigo XIII

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

É direito de qualquer cidadão locomover-se, dentro e fora de seu país. Porém, apesar dessa garantia prevista na declaração, atualmente, para uma pessoa entrar em outro país, é necessário um visto que permite essa entrada; sem esse visto, não se pode entrar em outro país legalmente.

Artigo XIV

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Se alguém se sentir perseguido por crença política ou religiosa em seu país, poderá procurar asilo em outro. Porém, se cometeu um crime comum, como homicídio ou roubo, não poderá gozar dessa garantia.

Artigo XV

1. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Nacionalidade é a condição de quem é cidadão, a que todos temos direito, além da garantia que temos de poder mudar de nacionalidade.

Artigo XVI

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

Aqui, a declaração garante o direito de cada um poder escolher livremente com quem quer se casar para constituir uma família. Se o casamento não for uma escolha livre, se for imposto, poderá ser considerado nulo.

Artigo XVII

1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Todos têm direito à propriedade particular, porém essa propriedade deve ser produtiva, pois, se assim não for, poderá ser desapropriada pelo poder público, que deverá pagar pela desapropriação.

Artigo XVIII

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

O direito a escolher a sua religião ou crença é inquestionável, não devendo, porém, essa religião ser imposta a outros, nem ser motivo para guerras e conflitos.

Artigo XIX

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios independentemente de fronteiras.

Por esse artigo, fica garantido o direito à expressão de pensamentos, assim como também de informações sobre qualquer outro país. No Brasil, durante a época da ditadura militar, esse direito não foi respeitado, pois existia a censura, que não permitia a expressão de opiniões.

Artigo XX

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

A associação não é obrigatória a ninguém; por outro lado, o ser humano tem a garantia de poder reunir-se livremente com quem quiser, para tratar de assuntos que lhe digam respeito.

Artigo XXI

1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Trata-se, nesse artigo, da garantia de poder se candidatar a cargos públicos, assim como de acessar livremente o serviço público de seu país. Garante também o direito ao voto, que é a expressão máxima de uma democracia.

Artigo XXII

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

A nação deve garantir ao cidadão a possibilidade de realização pessoal, para que assim possa ser bem-sucedido tanto economicamente, como culturalmente.

Artigo XXIII

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Por esse artigo, fica garantido ao ser humano o direito ao trabalho. Todos devem receber uma remuneração justa por trabalhos iguais. O sindicato é um meio encontrado para regularizar as relações de trabalho, permitindo ao trabalhador que seus direitos sejam protegidos.

Artigo XXIV

Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

Todos necessitamos de descanso. Ninguém pode viver apenas para o trabalho; o lazer é imprescindível para a saúde mental e física do ser humano, e todos temos direito a ele.

Artigo XXV

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

O artigo XXV trata do direito de uma vida digna que todos temos, quando temos saúde para conquistar ou quando estamos impossibilitados de fazê-lo por doença, velhice, gravidez ou por ser criança, ou ainda por qualquer outro motivo.

Artigo XXVI

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Para sermos conscientes de nossos direitos, para lutarmos pelo que queremos, para termos uma remuneração justa e condizente com nossas qualidades, precisamos, em primeiro lugar, ter instrução; e é justamente disso que trata esse artigo, assegurando esse direito a todos.

Artigo XXVII

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Neste artigo, o ser humano tem garantido o direito a liberdade cultural, além da garantia de receber pelo que originalmente criou, assim como também de não ter a sua produção cultural copiada sem o seu consentimento.

Artigo XXVIII

Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Trata-se do desejo de fraternidade entre as nações, assim como do desejo de que todos possam realmente gozar dos mesmos direitos.

Artigo XXIX

1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

O ser humano tem assegurados a liberdade e seus direitos; mas também deve ter suas obrigações. E seus direitos não podem ir contra as determinações do que está prescrito na *Declaração universal*.

Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

Este último artigo solicita, em síntese, que nenhuma pessoa ou nação utilize de qualquer artigo da *Declaração* para destruir qualquer direito ou liberdade assegurado.

A *Declaração Universal* não é uma lei constituída, são apenas diretrizes, princípios que devem ser seguidos. Se fosse uma lei, deveria ter sanções, ou seja, punição para o caso do seu não cumprimento.

A Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou essa *Declaração* em 1948, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e da vitória contra o nazismo. A intenção, ao criá-la, era promover a paz mundial, para que, assim, não houvesse mais o perigo de uma Terceira Guerra Mundial.

Apesar de a ONU reunir representantes da maior parte das nações mundiais, esse órgão não pode interferir diretamente em nenhum país;

ou seja, a ONU não tem poder para impor coisa alguma a nenhum país, ela apenas pode dar conselhos e sugestões, mas jamais determinar algo, pois cada país, por ser soberano, tem o direito de tomar suas próprias decisões.

Assim, a *Declaração* serve como apoio, como consulta e ideal, mas jamais como lei, apesar de sua grande importância e plenitude.

1. (UECE) São princípios básicos da democracia:
 - a) governo forte e soberano.
 - b) soberania popular e igualdade de direitos.
 - c) sistemas de governos independentes da vontade popular.
 - d) eleições indiretas e sufrágio universal dos alfabetizados.
2. (Concurso SSP-SP) Resolução proclamada pela Assembleia Geral da ONU contém trinta artigos, precedidos de um preâmbulo, na qual se assegura o princípio da indivisibilidade dos direitos aos seres humanos.
 - a) *Carta das nações unidas*
 - b) *Declaração universal dos direitos humanos*
 - c) *Declaração americana dos direitos humanos*
 - d) *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*

3. (UFU-MG) Leia o texto.

A Constituição não existe no vácuo, mas em funcionamento. E só funcionará se, além de legítima, for um texto suficientemente genérico e econômico [...] para acomodar o pluralismo que se pretende numa sociedade democrática e para ter o grau de flexibilidade necessário à sua sobrevivência diante de futuras alterações da realidade.

João Ubaldo Ribeiro. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 134.

Análise as informações que seguem.

- I. Um estado democrático não possui constituição.
- II. Constituição é o conjunto de normas que se sobrepõe a todas as outras.
- III. A sociedade democrática possui meios para realizar os ideais presentes na constituição.
- IV. A ação do governo não é limitada pela lei constitucional, em uma sociedade democrática.

Selecione a alternativa correta.

- a) I e IV estão corretas.
 - b) II e III estão corretas.
 - c) II, III e IV estão corretas.
 - d) I, II e III estão corretas.
4. (UFSCAR-SP) Leia a seguinte nota jornalística de 1884.

Escravos premiados com a liberdade.

É notório o serviço relevantíssimo que, por ocasião do motim levantado na casa de detenção, a 12 de dezembro último, por grande número que tentaram evadir--se, prestaram a ordem pública os escravos ali reclusos em número superior a 100 [...] Estes homens, apesar de sua humilde condição de escravos, procederam então

como procederiam bons cidadãos, adquiriram, portanto, o direito de serem levados até a altura de verdadeiros cidadãos.

Jornal Província de São Paulo, 20.01.1884.

A partir da análise do documento, é correto deduzir que, na época, acreditava-se que:

- a) a educação na senzala possibilitava ao escravo uma formação para ser um cidadão.
- b) o escravo devia provar seu mérito, em atitudes e comportamentos, para ingressar na sociedade civilizada.
- c) a intransigência da escravidão estava ameaçada por leis nacionais relacionadas aos direitos humanos.
- d) da perspectiva do caráter, por princípio, a sociedade exigia igualmente dos brancos e negros e dos homens livres e escravos.
- e) a condição de escravo era socialmente semelhante a de um cidadão, quando não cometia infrações criminais.

5. (UEL-PR) Leia o texto a seguir.

Um povo, portanto, só será livre quando tiver todas as condições de elaborar suas leis num clima de igualdade, de tal modo que a obediência a essas mesmas leis signifique, na verdade, uma submissão à deliberação de si mesmo e de cada cidadão, como partes do poder soberano. Isto é, uma submissão à vontade geral e não à vontade de um indivíduo em particular ou de um grupo de indivíduos.

Milton Meira Nascimento. “Rousseau: da servidão à liberdade”. Em: Francisco Weffort. *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2000. p. 196.

Com base no texto é correto afirmar que:

- a) a legislação que rege o estado deve ser elaborada por um indivíduo escolhido para tal e que se tornará o soberano desse estado.
- b) a liberdade de uma nação é ameaçada quando se confere ao povo o direito de discutir a legitimidade das leis às quais está submetido.
- c) devido à ignorância e ao atraso do povo, deve-se atribuir a especialistas competentes o papel de legisladores.
- d) a legitimidade das leis depende de que as mesmas sejam elaboradas pelo conjunto dos cidadãos, expressão da liberdade do povo.
- e) a vontade do monarca, cujo poder é assegurado pela hereditariedade, deve prevalecer na elaboração das leis.

6. (UFF-RJ) Fruto da Revolução Francesa, a Declaração dos direitos do homem e do cidadão foi discutida e aprovada entre 20 e 26 de agosto de 1789. Indique dois valores consagrados por essa Declaração.

Descomplicando a sociologia

(UEFS-BA) Leia o texto.

A expressão *direitos humanos* é utilizada em direito internacional para indicar os direitos de todos os seres humanos. Geralmente, são divididos em *direitos civis* e *direitos políticos*, que não devem ser restringidos pelos governos, e *direitos econômicos, sociais e culturais*, que os governos deveriam oferecer.

IstoÉ Guinness. p. 436.

Em alguns momentos da história brasileira, os direitos humanos foram violentados. Um direito humano igualmente atingido pela ditadura de Vargas (1937-1945) e pela ditadura militar (1964-1985) foi a:

- a) liberdade de culto.
- b) garantia à educação.
- c) posse da propriedade privada.
- d) inserção no mercado de trabalho.
- e) livre expressão dos meios de comunicação.

Resolução e comentários

Durante o regime militar, foram encontrados meios de reprimir e controlar pessoas, instituições, movimentos e organizações contrários ao regime. Em decorrência da Lei de Imprensa, vigente na época, os meios de comunicação eram controlados e a liberdade de expressão não existia. Situação similar se deu durante o período da ditadura de Vargas.

Portanto, a alternativa **e** contém a resposta correta.

A questão racial e o preconceito

Durante a época da escravidão no Brasil, os quilombos foram a forma encontrada pelos negros para resistirem à injusta condição em que se encontravam. Nos quilombos, podiam se sentir quase como em casa, apesar de não ser o seu verdadeiro território, seu lar. Podiam ainda preservar sua cultura, além de fugir dos maus-tratos que os senhores lhes infringiam; e, principalmente, sentiam-se livres.

Bibliothèque Nationale, Paris



Gravura de Debret que demonstra os maus tratos sofridos pelos negros escravos.

Além dos quilombos, os negros também se utilizaram de rebeliões, fugas e suicídios como forma de resistir à escravidão.

Decorridos vários anos da abolição da escravidão, o negro continua a lutar. Atualmente, luta-se contra o racismo camuflado, por melhores condições de trabalho e por igualdade de oportunidades, embora o artigo 5º da *Constituição* lhe garanta direito de igualdade: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

Além disso, o artigo 5º continua: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Também no *Código penal brasileiro*, o artigo 140 do decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, proíbe qualquer espécie de discriminação:

Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena: detenção, de um a seis meses, ou multa. [...]

Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem.

Pena: reclusão de um a três anos e multa. (inserido pela Lei 9.459, de 13 de maio de 1997)

Em 5 de janeiro de 1989, a lei 7.716, que foi alterada pelas leis 8.081 e 9.459 de 1997, definiu os crimes resultantes de discriminação de raça e cor:

Artigo 1º — Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (nova redação dada pela Lei 9.459, de 13 de maio de 1997).

Artigo 20º — Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fim de divulgação do nazismo.

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

Como vimos, no Brasil há leis que proíbem o racismo, mas elas ainda não se revelaram suficientes para que não ocorra na prática. Camuflado ou declarado, o racismo ainda é um problema na sociedade brasileira.

Além disso, assim como em outros países, nos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo em São Paulo, surgem grupos que se autodenominam neonazistas e pregam o extermínio de negros.

Em relação aos indígenas, mesmo com a publicação do novo *Código civil brasileiro*, em 2002, a legislação brasileira até hoje os considera incapazes, pois, no artigo 4º, menciona legislação especial para os índios, mas o texto é inconsistente. Leia:

Artigo 4º

São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

I — os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II — os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

III — os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;

IV — os pródigos.

Parágrafo único: A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.

Mas não há uma legislação especial que atenda às necessidades dos indígenas. A legislação que está em vigor é a Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que é o *Estatuto do índio*; extremamente ultrapassado, pois seu texto é conflitante com o teor do *Código civil brasileiro* e com a *Constituição federal*.

De acordo com o conteúdo do *Estatuto*, os indígenas são considerados incapazes e precisam ser tutelados, o que pode ser classificado como racismo e preconceito contra os povos indígenas.

O artigo 231 da *Constituição* (1988) em vigor apresenta alguns direitos dos indígenas brasileiros:

[...] são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.



Jefferson Rudy/MMA

Contudo, a legislação brasileira e os seguidos governos não foram e ainda não são eficazes o suficiente para assegurar plenamente os direitos dos povos indígenas, reconhecendo-os como primeiros habitantes desta terra e possibilitando a eles o resgate de sua dignidade e a preservação de sua cultura.

A sociologia e o preconceito

Não são apenas negros e índios que sofrem com o racismo ou são vítimas de preconceito no Brasil. Dependendo do contexto, do local e da situação, crianças, sem-teto, mendigos, mulheres, homossexuais, obesos, entre outros, também sofrem preconceito.

Não apenas no Brasil, mas em toda parte do mundo, é possível encontrar variadas formas de perpetuação do racismo.

A sociologia é uma ciência que, pelo seu objeto de estudo, ocupa-se, entre outras coisas, da análise dessas minorias. Suas pesquisas revelam a diferença social entre brancos e negros, as diferenças em termos de escolaridade, de salário e outras. O objetivo é compreender a sociedade para encontrar soluções e formas de eliminar essa cultura tão vergonhosa e impiedosa que é o racismo.

Questão ambiental

Até a década de 1950, as preocupações mundiais giravam em torno das consequências da Segunda Guerra Mundial, da Guerra Fria, do capitalismo e do socialismo. Os problemas ambientais apresentados como preocupantes eram relacionados ao desenvolvimento industrial e aos testes nucleares.

A partir da década de 1960, foram desenvolvidos estudos para calcular a relação existente entre crescimento econômico e meio ambiente, surgindo, assim, a questão do ambientalismo. Em 1968, foi realizada em Paris uma conferência que, além de detalhar a questão da biosfera, tinha como pauta promover uma reflexão mundial a respeito do meio ambiente. Em 1972, ocorreu na Suécia a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente.

Durante a década de 1980, a questão do ambiente ganhou força e foi divulgada em todo o planeta, levando a população mundial a

refletir sobre a importância do ambiente para a sobrevivência humana. Nesta década, ocorreram diversos acidentes ecológicos.

Em 1992, realizou-se no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, a Eco-92, despertando o mundo definitivamente para o problema ambiental, que, durante muito tempo, foi deixado em segundo plano.

Desde então, a questão ambiental passou a ser vista como um grande problema para a nova ordem mundial; e os governos, em geral, começaram a valorizar aquilo que antes preocupava apenas ecologistas e cientistas, ou seja, a ameaça de possíveis catástrofes ecológicas.

Atualmente, é consenso mundial de que as preocupações humanas com guerras, terrorismo, capitalismo, pobreza e tantas outras não adiantarão, se não houver preservação do planeta.

Dentre outras questões ambientais, é relevante a questão do clima, mais precisamente das alterações climáticas em decorrência da destruição da camada de ozônio, protetora da superfície terrestre, o que tem contribuído para a elevação média das temperaturas e, consequentemente, o derretimento das calotas polares e as catástrofes climáticas.

Especificamente no caso do Brasil, uma das mais relevantes preocupações é a destruição das matas, sobretudo da floresta amazônica, que é o maior bioma existente no planeta e que vem sofrendo, ao longo do tempo, significativo desmatamento, provocado pela agricultura, pela pecuária e pelo extrativismo de madeira.



Fototeca Internacional

Vista aérea da floresta amazônica.

A Amazônia é uma área que possui grandes recursos minerais, possui a maior bacia hidrográfica do mundo e drena aproximadamente 20% da água doce dos rios para os oceanos, sendo, portanto, de vital importância.

Também as queimadas, que constantemente ocorrem na Amazônia e em outras florestas e matas, são bastante preocupantes, pois alteram o clima do planeta, destroem vegetações e causam a morte de animais silvestres.

Outro problema de alteração ambiental é causado pela atividade do garimpo: grandes escavações e/ou desvio de curso dos rios, causando erosão; envenenamento de águas de rios, provocado pelo mercúrio utilizado no garimpo, causando a morte de peixes, de seres humanos e da vegetação.

Também a escassez e o desperdício de água doce representam importante questão ambiental, pois a água é vital para o ser humano. Durante muito tempo, considerou-se a água como um recurso natural inesgotável, mas, atualmente, já começou a escassez em algumas partes do mundo.

A Eco-92 aprovou dois documentos para a preservação ambiental no mundo todo: a *Carta da Terra*, que são princípios norteadores para os povos e as nações sobre o meio ambiente, e a *Agenda 21*, que prevê a organização de programas e soluções ambientais por todos os governos mundiais.

Outro documento de intenções ambientais é o *Protocolo de Kioto*, que obriga as potências industrializadas a reduzirem, até o ano de 2012, a emissão de gases formadores do efeito estufa em 5%.

A degradação do meio ambiente ocorre a cada dia com mais intensidade. Por isso, são necessárias medidas urgentes e a conscientização de todos os habitantes do planeta, preservando e cuidando do ambiente.

A questão da criança

No Brasil, existe uma parcela significativa de crianças abandonadas, vivendo nas ruas em absoluto estado de pobreza, longe de seus familiares e sem frequentar uma escola.

Essas crianças vivem rejeitadas nas ruas, muitas vezes, usando drogas como forma de se alienar da realidade; praticando pequenos delitos; sendo alvo de grupos de extermínio e de maus policiais, enfim, vivem à margem da sociedade, sem nenhum valor moral, cultural, religioso.

Mães adolescentes, desemprego, drogas, abuso sexual, espancamento, fome, miséria, desestruturação familiar, falta de planejamento familiar... são diversos os fatores que levam as crianças para as ruas.

No Brasil, além de alguns trechos da *Constituição*, o *Estatuto da criança e do adolescente* (1990) assegura aos menores o direito à alimentação, família, escola, moradia, saúde e ao lazer, entre outros direitos. Contudo, isso não acontece plenamente. Além do abandono das crianças, existem outras crueldades praticadas contra elas: espancamento, trabalho infantil, trabalho doméstico, escravidão, abuso sexual, privação, aprisionamento, espancamento etc.

A questão do desrespeito e da crueldade para com o menor não é uma exclusividade do Brasil nem da atualidade. Ao longo da história humana, crianças já foram utilizadas como mão de obra barata durante a Revolução Industrial; na época das grandes navegações; já foram sacrificadas em nome de deuses e deusas; foram feitas prostitutas; foram sacrificadas por nascerem com problemas físicos; foram sacrificadas em seitas religiosas etc.

Por conta de tudo isso, a ONU publicou em 20 de novembro de 1959 a *Declaração dos direitos da criança*, transcrita a seguir:

Declaração dos direitos da criança

Artigo I

A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

Artigo II

A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal, em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis, visando este objetivo levar-se-ão em conta, sobretudo, os melhores interesses da criança.

Artigo III

Desde o nascimento, toda criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade.

Artigo IV

A criança gozará os benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e criar-se com saúde; para isto, tanto à criança como à mãe, serão proporcionados cuidados e proteção especial, inclusive adequados cuidados pré e pós-natais. A criança terá direito a alimentação, recreação e assistência médica adequadas.

Artigo V

À criança incapacitada física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar.

Artigo VI

Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material, salvo circunstâncias excepcionais, a criança da tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas.

Artigo VII

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário.

Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.

Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais.

A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

Artigo VIII

A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro.

Artigo IX

A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma.

Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente;

de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Artigo X

A criança gozará proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.

Com essa *Declaração*, o objetivo da ONU era fazer com que todos os povos respeitassem as crianças, assegurando a elas saúde, carinho, educação, alimentação e moradia.

No entanto, apesar das recomendações da ONU, ainda há milhares de crianças morando nas ruas, ferindo, assim, todos os artigos da *Declaração dos direitos da criança*.

Em 20 de novembro de 1989, baseando-se nessa *Declaração*, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a *Convenção sobre os direitos da criança*, que entrou em vigor em 2 de setembro de 1990.

Diversos países concordaram com a *Convenção* e assinaram-na, inclusive o Brasil. Ela tem como objetivo incluir proteção jurídica a todas as crianças, em todos os países, dada a sua condição de falta de maturidade e dependência de pessoas adultas no tocante a sobrevivência, além das condições desumanas em que vivem milhares de crianças em todo o mundo. Leia alguns dos artigos da *Convenção*:

Convenção sobre os direitos da criança

Artigo 2

Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança sujeita à sua jurisdição, sem distinção alguma, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiências físicas, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra toda forma de discriminação ou castigo por causa da condição, das atividades, das opiniões manifestadas ou das crenças de seus pais, representantes legais ou familiares.

Artigo 3

Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança.

Os Estados Partes se comprometem a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários para seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores ou outras pessoas responsáveis por ela perante a lei e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.

Os Estados Partes se certificarão de que as instituições, os serviços e os estabelecimentos encarregados do cuidado ou da proteção das crianças cumpram com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à segurança e à saúde das crianças, ao número e à competência de seu pessoal e à existência de supervisão adequada.

[...]

Artigo 6

Os Estados Partes reconhecem que toda criança tem o direito inerente à vida.

Os Estados Partes assegurarão ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

[...]

Artigo 18

Os Estados Partes envidarão os seus melhores esforços a fim de assegurar o reconhecimento do princípio de que ambos os pais têm obrigações comuns com relação à educação e ao desenvolvimento da criança. Caberá aos pais ou, quando for o caso, aos representantes legais, a responsabilidade primordial pela educação e pelo desenvolvimento da criança. Sua preocupação fundamental visará ao interesse maior da criança.

A fim de garantir e promover os direitos enunciados na presente Convenção, os Estados Partes prestarão assistência adequada aos pais e aos representantes legais para o desempenho de suas funções no que tange à educação da criança e assegurarão a criação de instituições, instalações e serviços para o cuidado das crianças.

Os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas a fim de que as crianças cujos pais trabalhem tenham direito a beneficiar-se dos serviços de assistência social e creches a que fazem jus.

[...]

Artigo 20

As crianças privadas temporária ou permanentemente do seu meio familiar, ou cujo interesse maior exija que não permaneçam nesse meio, terão direito à proteção e assistência especiais do Estado.

Os Estados Partes garantirão, de acordo com suas leis nacionais, cuidados alternativos para essas crianças.

Esses cuidados poderiam incluir, inter alia, a colocação em lares de adoção, a kafalah do direito islâmico, a adoção ou, caso necessário, a colocação em instituições adequadas de proteção para as crianças. Ao serem consideradas as soluções, deve-se dar especial atenção à origem étnica, religiosa, cultural e linguística da criança, bem como à conveniência da continuidade de sua educação.

[...]

Artigo 24

Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de gozar do melhor padrão possível de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde. Os Estados Partes envidarão esforços no sentido de assegurar que nenhuma criança se veja privada de seu direito de usufruir desses serviços sanitários.

[...]

Os Estados Partes adotarão todas as medidas eficazes e adequadas para abolir práticas tradicionais que sejam prejudiciais à saúde da criança.

Os Estados Partes se comprometem a promover e incentivar a cooperação internacional com vistas a lograr, progressivamente, a plena efetivação do direito reconhecido no presente Artigo. Nesse sentido, será dada atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento.

[...]

Artigo 27

Os Estados Partes reconhecem o direito de toda criança a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

[...]

Artigo 32

Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

[...]

Artigo 33

Os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas, inclusive medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais, para proteger a criança contra o uso ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas descritas nos tratados internacionais pertinentes e para impedir que crianças sejam utilizadas na produção e no tráfico ilícito dessas substâncias.

Artigo 34

Os Estados Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir:

a) o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal;

b) a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais;

c) a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos.

[...]

Artigo 39

Os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para estimular a recuperação física e psicológica e a reintegração social de toda criança vítima de qualquer forma de abandono, exploração ou abuso; tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; ou conflitos armados. Essa recuperação e reintegração serão efetuadas em ambiente que estimule a saúde, o respeito próprio e a dignidade da criança.

A *Convenção sobre os direitos da criança* é composta de 54 artigos, sendo dividida em três partes, além de um preâmbulo. Define o conceito de criança, e é uma espécie de complementação da *Declaração dos direitos da criança*, representando uma Lei Internacional, sendo que os países que aderirem a ela ficam comprometidos a adotarem normas em benefício das crianças, que representam o futuro de toda a humanidade.

Pela sua condição, a criança deve ser objeto de cuidados e atenção especial. Por isso, tanto a *Declaração do direito das crianças* como a *Convenção sobre os direitos da criança* devem ser cumpridas em qualquer parte do mundo.

Desemprego

Ficar sem emprego por longo período é um dos maiores temores do homem moderno, pois isso significa problemas de toda ordem.

O desemprego é um fenômeno social que ocorre em qualquer país, porém é mais observado em países em desenvolvimento.

As novas tecnologias, apesar de excelentes para o progresso da humanidade, também causam desemprego. Esse tipo de desemprego recebe o nome de **desemprego estrutural**, pois não é resultado de

uma crise econômica, mas sim de uma nova forma de organização do trabalho; é resultante do avanço tecnológico e da robótica.

O trabalho que antes era executado por várias pessoas, através dos recursos apresentados pelas novas tecnologias, passa a ser executado por uma única pessoa, ou, em muitos casos, por uma máquina, extinguindo, assim, funções e postos de trabalhos.

No Brasil, a migração, que é o deslocamento de pessoas de uma região para outra, também acaba gerando desemprego. Em busca de empregos, muitas pessoas ainda se deslocam para a região Sudeste, sobretudo para o Estado de São Paulo, deixando o estado de origem. Porém, o sonho de uma ótima colocação nem sempre ocorre e torna-se um pesadelo.

Segundo alguns especialistas, além de fatores econômicos e outros, uma das causas do desemprego é a falta de qualificação dos trabalhadores, pois o pouco preparo funciona como um limitador. No entanto, pessoas com nível superior completo e até mesmo com curso de pós-graduação engrossam as filas dos desempregados em busca de uma colocação profissional.



A automatização das fábricas contribui para o desemprego.

Alguns trabalhadores, após enfrentarem longos períodos desempregados se veem em subempregos ou na informalidade, em decorrência da absoluta falta de recursos para sobreviver.

Diversos são os motivos que levam ao desemprego: globalização, má distribuição de renda, robotização, falta de escolaridade, urbanização e outros. O fato é que o desemprego é enorme, um problema mundial, agravando ainda mais os problemas sociais enfrentados em todo o mundo na época contemporânea.

Saiba



Após a libertação dos escravos, a economia brasileira contou com a vinda de imigrantes para trabalhar, sobretudo, nas lavouras. Porém, no ano de 1934, foi promulgada a Lei de Cotas, que só autorizava a entrada no país de até 2% de imigrantes de uma mesma nacionalidade já estabelecida no Brasil nos 50 anos anteriores.

A medida escondia, na verdade, a intenção dos governantes de diminuir a entrada de italianos no Brasil, pois a mão de obra de origem italiana era bastante politizada.

Movimentos sociais

Movimentos sociais são manifestações que têm como objetivo reivindicar interesses de um determinado grupo perante a sociedade. São formas de associações entre pessoas e também entre entidades que se organizam para chamar atenção para determinado problema.

Atuam e se fazem notar por meio de manifestações públicas, passeatas, ações judiciais e outras atividades pacíficas; mas também, algumas vezes, atuam de forma mais enérgica, como acontece nas invasões de propriedades, ocupações de bens públicos etc.

Ao longo da história do Brasil, foram diversos os movimentos sociais, como o cangaço e Canudos, entre outros.

Movimentos sociais podem ser definidos pela sua organização segundo interesses coletivos, partindo de problemas concernentes às condições de classe, à etnia, aos processos ambientais, ou de problemas específicos de certos grupos sociais, como estudantes, desempregados e outros.

Quando o movimento é amplo, como o das feministas, tem o objetivo de atender interesses de todos, mas pode apresentar problemas específicos como o fundamento de unidade. Nos movimentos sociais

ampos, seus participantes podem ser provenientes de classes sociais diferentes, como é o caso dos movimentos estudantis.

Os movimentos sociais ocorrem também no campo, devido a, entre outros fatores, luta pela posse da terra, como é o caso do Movimento dos Sem-Terra (MST).

O MST surgiu na década de 1970, quando centenas de trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras, quer seja pela cultura de exportação que exigia grandes extensões de terra, quer seja pelo uso das máquinas no campo. Assim, diversos trabalhadores rurais foram praticamente obrigados a se transformar em boias-frias, ou irem para as grandes cidades em busca de emprego. Foi em meio a esse caótico cenário que surgiu o MST.

A principal proposta do MST é a reforma agrária. Geralmente, militantes em grupos invadem terras abandonadas ou que não são cultivadas, com a intenção de que o governo as desapropriar para que, assim, sejam divididas em lotes para os trabalhadores rurais.

O artigo 184 da *Constituição federal* prevê:

“Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização...”

E no artigo 186:

[...] A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I. aproveitamento racional e adequado;
- II. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

O MST pretende que esses artigos sejam realmente cumpridos e que a reforma agrária ocorra de forma efetiva.

No Brasil, mais recentemente, na década de 1990, os “caras-pintadas” se destacaram nas amplas mobilizações sociais de que

participaram. Eram em sua grande maioria jovens estudantes do ensino médio e de cursos superiores, que pintavam seus rostos com as cores da bandeira brasileira e protestavam em passeatas nos grandes centros urbanos contra os políticos corruptos, mais especificamente contra o então presidente Fernando Collor de Mello, pedindo o seu *impeachment*.

Cores do Brasil



Acampamento do MST.

1. (Cesgranrio-RJ) A Amazônia Brasileira foi definida pela geógrafa Bertha Becker como um “paraíso experimental”, que polariza a atenção de interesses nacionais e estrangeiros. Esta definição pode ser explicada em virtude da(o):
 - a) ocorrência de gigantescas jazidas minerais que permitem experiências novas no campo da siderurgia.
 - b) enorme diversidade da vida vegetal e animal da floresta amazônica, constituindo-se num rico banco de dados genéticos.
 - c) instalação de modernos laboratórios científicos em Manaus e Belém, com o objetivo de planejar uma rápida industrialização para a região.
 - d) presença de numerosos cientistas estrangeiros na região, visando à exportação de conhecimentos para seus países de origem.
 - e) esforço do governo brasileiro em instalar e desenvolver universidades públicas na região, incentivando a pesquisa e o desenvolvimento.
2. (Unube-MG) Na história da imigração para o Brasil, no século XX, há de se destacar a Lei de Cotas, de 1934. Por essa lei, só poderiam ingressar, anualmente, até 2% do total de imigrantes de uma mesma nacionalidade já estabelecidos no país nos 50 anos anteriores. Com isso, o governo federal visava a diminuir a importância política da mão de obra operária de origem:
 - a) italiana
 - b) portuguesa
 - c) japonesa
 - d) sírio-libanesa
 - e) coreana
3. (UFU-MG) Em sociologia, a natureza dos movimentos sociais contemporâneos se define sob alguns critérios de maior ou menor homogeneidade ou heterogeneidade de sua composição social. Considere as alternativas a seguir e assinale a assertiva conceitual incorreta.
 - a) movimentos sociais amplos quase sempre apresentam composição socialmente heterogênea, seus agentes podem ser oriundos de classes sociais diferentes, incluindo participantes de organizações não-governamentais (ONG's), a exemplo do que se vê nos movimentos estudantil e ecológico.
 - b) um movimento social se define por ser organizado segundo interesses coletivos, a partir de problemas relativos às condições de classe, à origem étnica, à identidade de gêneros, aos processos ambientais, ou então a partir de problemas específicos de certos grupos sociais, como estudantes, desempregados, trabalhadores sem-terras e outros.
 - c) movimentos sociais amplos, como o estudantil, o ecológico e o feminista, visam atender interesses coletivos, mas têm problemas específicos como fundamento de unidade, cujo tratamento depende da interlocução com os agentes do estado e da sociedade como um todo.
 - d) movimentos sociais agenciados por organizações não-governamentais (ONG's) são sempre socialmente homogêneos, voltados para interesses coletivos específicos e limitados e, por seu caráter antiestatal, evitam in-

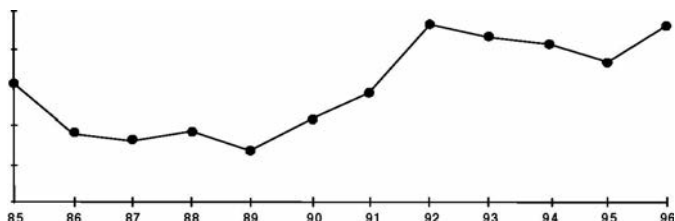
terloquções com as agências do estado e até mesmo a institucionalização formal e jurídica.

- 4. (Unirio-RJ) A Amazônia é uma área em evidência, seja pela questão ecológica ou pela riqueza de seus recursos minerais. A expansão e a crescente valorização dessa área provocam uma infinidade de suposições a respeito do seu quadro natural. Sobre a Amazônia, são feitas as seguintes afirmações a seguir:**
- as queimadas podem alterar o clima do planeta e a destruição da floresta pode influenciar o aumento da temperatura.
 - a floresta Amazônica funciona como “pulmão do mundo”, sendo a principal fonte produtora de oxigênio.
 - a bacia hidrográfica do Amazonas é a maior do mundo, drenando em torno de 20% da água doce dos rios para os oceanos.
 - os solos amazônicos são de alta fertilidade, o que é facilmente explicado pelo concentração de matéria-orgânica e pelo tempo de formação.

As afirmações corretas são:

- somente I e III
 - somente II e III
 - somente I, II e III
 - somente II, III e IV
 - somente I, II e IV
- 5. (UFMG) A água, considerada por muito tempo um recurso natural inesgotável, começa a escassear em algumas partes do mundo. Todas as afirmativas a seguir apresentam aspectos que vêm colaborando para a escassez da água, exceto:**
- a utilização da água tem se caracterizado, em geral, por má gestão e por desperdício.
 - a ampliação do sistema de esgotos no Terceiro Mundo tem provocado a diminuição dos níveis de água dos rios tropicais.
 - o crescimento acelerado da população, nas últimas décadas, intensificou o nível de consumo de água no mundo.
 - o emprego crescente da irrigação na agricultura tem gerado conflitos no uso múltiplo da água.
 - o reaproveitamento da água é ainda pouco usado, exige altos investimentos, disponíveis, sobretudo, no Primeiro Mundo.
- 6. (Seduc-CE) Definido como um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil, o livro *A segunda abolição* foi escrito em 1999 pelo ministro da educação do governo federal:**
- Ciro Gomes
 - Cristóvam Buarque
 - José Graziano
 - José Dirceu

7. (Seduc-CE) Estimulando a participação dos alunos, a escola está:
- a) abrindo mão de sua responsabilidade específica.
 - b) dispersando a atenção dos alunos.
 - c) contribuindo para a formação do cidadão.
 - d) facilitando a competição entre os jovens.
8. (ENEM) Um estudo sobre o problema do desemprego na Grande São Paulo, no período 1985-1996, realizado pelo Seade-Dieese, apresentou o seguinte gráfico sobre taxa de desemprego.



Pela análise do gráfico, é correto afirmar que, no período considerado:

- a) a maior taxa de desemprego foi de 14%.
- b) a taxa de desemprego no ano de 1995 foi a menor do período.
- c) a partir de 1992, o desemprego foi decrescente.
- d) no período 1985-1996, a taxa de desemprego esteve entre 8% e 16%.
- e) a taxa de desemprego foi crescente no período compreendido entre 1988 e 1991.

Descomplicando a sociologia

(Seduc-CE) No Brasil, os “caras-pintadas” se destacaram nas amplas mobilizações sociais que levaram:

- a) ao fim do governo João Goulart
- b) à conquista das Diretas-Já
- c) ao *impeachment* de Collor de Mello
- d) ao fim do Provão nas universidades brasileiras

Resolução e comentários

A sociedade não estava satisfeita com o governo de Fernando Collor de Mello, pois os trabalhadores foram prejudicados com o confisco dos depósitos bancários e com o congelamento dos salários, bem como foram muitas as denúncias de corrupção.

O clamor nacional era pela saída do presidente Collor. Os estudantes se organizaram, sob o comando da União Nacional dos Estudantes (UNE), e realizaram passeatas nas principais capitais do país, clamando pelo *impeachment* do presidente. A esta geração, que pintava o rosto para ir à passeata, chamou-se de caras-pintadas.

Diante da força popular dos caras-pintadas e dos demais setores da nação, o presidente renunciou e o *impeachment* foi aprovado pelo senado federal. Desse modo, os jovens estudantes tiveram um papel essencial nesta conquista democrática.

Portanto, a resposta certa está registrada na alternativa **c**.

RESPOSTAS DAS ATIVIDADES

Capítulo 1

1. d 2. d 3. d 4. c 5. d 6. c 7. a 8. a 9. c

Capítulo 2

1. d 2. a 3. a 4. b 5. e 6. e 7. e 8. c 9. b

Capítulo 3

1. c 2. a 3. a 4. b 5. d 6. a 7. a 8. c 9. a 10. e 11. c

Capítulo 4

1. b 2. c 3. d 4. d 5. a 6. e 7. b 8. c 9. a 10. c

Capítulo 5

1. c 2. c 3. c 4. b 5. a 6. d 7. d 8. c 9. d 10. d 11. c

Capítulo 6

1. c 2. d 3. d 4. c 5. c 6. c 7. e 8. e

Capítulo 7

1. d 2. a 3. c 4. a 5. b 6. a 7. c 8. c 9. b

Capítulo 8

1. d 2. c 3. d 4. a 5. c

Capítulo 9

1. b 2. c 3. a

Capítulo 10

1. e 2. d 3. b 4. b 5. d

Capítulo 11

1. a 2. a 3. e 4. a 5. a

Capítulo 12

1. b 2. d 3. b 4. b 5. d

6. Algumas sugestões de resposta:

as pessoas nascem e permanecem livres e iguais nos direitos;

a finalidade de qualquer associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis ao ser humano;

usar a liberdade é fazer tudo o que não prejudique os outros;

ninguém pode ser acusado, detido ou preso a não ser nos casos previstos pela lei.

Capítulo 13

1. b 2. a 3. d 4. a 5. b 6. b 7. c 8. d

SIGLAS DAS INSTITUIÇÕES

Cesgranrio-RJ	Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
ESPM-SP	Escola Superior de Propaganda e Marketing
FESP	Faculdade de Engenharia de São Paulo
FGV-SP	Fundação Getúlio Vargas
Fuvest-SP	Fundação Universitária para o Vestibular da Universidade de São Paulo
Insaf-PE	Instituto Salesiano de Filosofia
Mackenzie-SP	Universidade Presbiteriana Mackenzie
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Seduc-CE	Secretaria de Educação do Ceará
SSP-SP	Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo
UEFS-BA	Universidade Estadual de Feira de Santana
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL-PR	Universidade Estadual de Londrina
UFC-CE	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF-RJ	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS-RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCAR-SP	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ-MG	Universidade Federal São João Del-Rei
UFU-MG	Universidade Federal de Uberlândia
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unirio-RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Uniube-MG	Universidade de Uberaba
Uniaraxá-MG	Centro Universitário do Planalto de Araxá

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Ferreira de (trad.). *Bíblia sagrada*. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

CHALITTA, Mansour (trad.). *Alcorão*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ELIADE, Mircea; COULIANO, Ioan P. *Dicionário das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IGREJA CATÓLICA ROMANA. *Catecismo da doutrina cristã*. São Paulo/Petrópolis: Libreria Editrice Vaticana/Vozes/Paulus/Paulinas/Loyola/Ave Maria, 1992.

JOHNSON, Paul. *História do cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

LURKER, Manfred. *Dicionário de Figuras e Símbolo*. São Paulo: Paulus, 1993.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Bernardo do Campo: IMS-Edims, 1995.

NABHAN, Neuza Neif. *Islamismo, de Maomé a Nossos Dias*. São Paulo: Ática, 1996. Coleção As religiões na história. 1996.

ROYER, Edwino A. (trad.). *Atlas da Bíblia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

SZLAKMANN, Charles. *O judaísmo para iniciantes*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

VALLA, Victor Vincent (org.). *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A. Coleção O sentido da escola, vol. 17.

VERGER, P. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na antiga costa dos escravos, na África*. São Paulo: EDUSP, 2000.

VOLTAIRE, Françoise Marie Arouet. *Tratado sobre a tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WALZER, Michael. *Da tolerância*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

WOLFGANG, Gruen. *Pequeno vocabulário da Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1984.

